EARNINGS RELEASE **4T24**

AZZAS 2154

FARM RIO | 2025

Videoconferência de Resultados

zoom

12 DE MARÇO DE 2025
10h (BRASÍLIA) / 9h (US ET)

VIDEOCONFERÊNCIA
EM PORTUGUÊS
COM TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA PARA O INGLÊS
https://us06web.zoom.us/j/88158866169

PREÇO DA AÇÃO E MARKET CAP
– AZZA3
11 DE MARÇO DE 2025

PREÇO POR AÇÃO: R$26,43
MARKET CAP: R$ 5,5 Bi

AREZZO FARM RIO HERING Reserva SCHUTZ
BIRMAN ANACAPRI ANIMALE ANIMALE ORO BRIZZA AREZZO CAROL BASSI CRIS BARROS
fábula foxton HERINGKIDS HERINGINTIMATES HERINGSPORTS INK MARIA FILÓ
nv OFFPREMIUM Oficina PARIS TEXAS ReservaGo Reserva mini VANS "OFF THE WALL" Vicenza ZZ'MALL

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T24 E 2024

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS – 4T24

Receita Bruta

R$ 4,2 Bi

+15,1% vs. 4T23 (pro forma)

Destaque para o Vestuário Democrático (+17,6%), impulsionado pelo B2B, Vestuário Feminino (+22,9%), impulsionado pela marca Farm e Vestuário Masculino (+20,7%).

EBITDA Recorrente

R$ 443 Mi (pré IFRS-16)

+4,0% vs. 4T23 (pro forma)

Margem Bruta Recorrente

55,5%

-60 bps vs. 4T23 (pro forma)

Impactada pela normalização de estoques do Vestuário Masculino, aceleração das vendas de marcas descontinuadas

Margem EBITDA Recorrente (pré IFRS-16)

13,0%

-120 bps vs. 4T23 (pro forma)

Sólido crescimento da receita bruta, parcialmente compensado por pressão na margem bruta e nas despesas operacionais

Despesa / Receita Líquida Recorrente

(ex Depreciação e Amortização)

+70 bps vs. 4T23 (pro forma)

Aumento de despesas, principalmente variáveis, decorrentes de impactos temporários no Vestuário Masculino, investimentos em marcas e projetos do Vestuário Feminino e aumento do share dos canais de sell-out

Lucro Líquido Recorrente

R$ 169 Mi

Lucro Líquido Recorrente, excluindo os impactos da Lei 14.789/23 seria de **R$ 242 milhões (-8,1%)**

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T24 E 2024

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS – 2024

Receita Bruta

R$ 14,2 Bi

+10,8% vs. 2023 (pro forma)

Destaque para o Vestuário Masculino (+18,4%), Vestuário Feminino (+16,5%) e Vestuário Democrático (+8,0%)

EBITDA Recorrente

R$ 1,6 Bi (pré IFRS-16)

+4,3% vs. 2023 (pro forma)

Margem Bruta Recorrente

55,1%

-10 bps vs. 2023 (pro forma)

Impactada pelo maior nível de desconto, decorrente de normalização de estoque, principalmente, no Vestuário Masculino e no Vestuário Feminino no 2S24

Margem EBITDA Recorrente

13,5% (pré IFRS-16)

-80 bps vs. 2023 (pro forma)

Sólido crescimento da receita bruta, parcialmente compensado por pressão na margem bruta e nas despesas operacionais

Despesa / Receita Líquida Recorrente

(ex Depreciação e Amortização)

+70 bps vs. 2023 (pro forma)

Menor diluição das despesas, principalmente, devido ao maior volume de despesas referentes à integração, implementação de novos projetos e ineficiências temporárias decorrentes da criação do Soma Brands

Lucro Líquido Recorrente

R$ 591 Mi

Lucro Líquido Recorrente, excluindo os impactos da Lei 14.789/23 seria de **R$ 907 milhões (+2,7%)**

Mensagem da Administração

O ano de 2024 foi transformacional para a moda brasileira. A fusão da Arezzo&Co com o grupo SOMA, resultando na criação do Azzas 2154, consolidou uma empresa com um portfólio diversificado em um mercado endereçável de R$ 71,8 bilhões e potencial de alavancar substancialmente nossas oportunidades de crescimento.

Sabíamos desde o início que uma fusão deste porte seria complexa e não subestimamos os desafios. Focamos em garantir uma transição eficiente: (1) preservamos a autonomia das marcas para que o foco dos seus líderes fosse apenas um: manter a melhor satisfação dos clientes e, consequentemente, o crescimento das vendas; (2) integramos as áreas financeiras; (3) aceleramos o turnaround da unidade de negócio de Vestuário Democrático (Hering); (4) garantimos uma transição suave na unidade de Vestuário Masculino (Reserva); (5) suportamos o crescimento consistente da operação internacional da Farm; (6) identificamos e começamos a implementar sinergias de receitas, principalmente no que diz respeito ao lançamento de calçados em Hering e Farm; (7) mapeamos as sinergias de custos e despesas para começar a implementá-las ao longo de 2025; (8) revisamos nosso portfólio de modo a descontinuar ou vender as marcas que não apresentam retorno, que possuem baixa geração de caixa e alto capital empregado; e, (9) em relação à governança, implementamos os arquétipos do grupo e das quatro unidades de negócio, e nos estruturamos de modo a preservar a independência criativa das marcas, mantendo os benefícios de uma estrutura de gestão centralizada para apoiar as unidades e buscar sinergias.

Como parte do nosso espírito empreendedor, lançamos rapidamente a categoria de calçados na Hering e na Farm, cientes de que existe uma curva de aprendizado, a exemplo do que vimos quando lançamos o Reserva Go. Em 2021, levamos de 12 a 18 meses para, de fato, escalar o segmento.

Conseguimos acelerar nossa taxa de crescimento consolidada para 15,1% vs. o 4T23 frente a 12,1% no 3T24 vs. o 3T23, atingindo um faturamento bruto de R$ 4,2 bilhões. Nos canais de sell-out (55,6% da receita no 4T24), nosso crescimento atingiu 17,9% e o sell-in também acelerou para 8,0%. Das nossas quatro unidades de negócio, três cresceram acima de 17,0% no 4T24 vs. 4T23, evidenciando a força do nosso portfólio diversificado (marcas, canais e produtos) e o foco na execução.

Na unidade de **Vestuário Democrático**, o crescimento atingiu 17,6% no 4T24 vs. o 4T23. Todos os canais cresceram, mas vale destacar a recuperação do canal de sell-in (+11,8%), principalmente em multimarcas (+14,9%), fruto da implementação de melhores práticas vindas da Arezzo&Co, cujo canal B2B tem grande relevância devido à gestão do canal de franquias e a sua capacidade de análise geoeconômica por meio do mapeamento do canal multimarca nos milhares de municípios do Brasil. Encerramos o ano de 2024 com 52 megastores e entregamos um faturamento de R$ 480,0 milhões no e-commerce (+44,4% yoy e 20,0% acima do guidance).

A unidade de **Vestuário Feminino** cresceu expressivos 22,9% no 4T24, com destaque para a Farm no Brasil e para a operação internacional. Os produtos da Farm Etc., uma extensão da marca focada em acessórios, tem crescido a taxas expressivas, ajudando no constante rejuvenescimento da marca, e atingindo em pouco tempo um faturamento considerável.

O crescimento da unidade de **Vestuário Masculino** atingiu 20,7% vs. o 4T23. O sell-in foi destaque, com crescimento de 38,0% vs. 4T23. Todas as marcas continuaram a crescer a taxas de duplo dígito e o SSS atingiu 10,3%.

Mensagem da Administração

Por fim, a unidade de **Calçados e Acessórios** apresentou crescimento de 4,5% no 4T24. Entre os destaques temos Arezzo, Vans e Vicenza. Anacapri, que teve um crescimento mais baixo no período, já apresenta uma boa recuperação no sell-in das coleções de outono e de inverno 2025. A Schutz segue um processo contínuo de fortalecimento do seu posicionamento.

A nossa principal prioridade estratégica para o ano de 2025 será melhorar a eficiência da nossa operação e otimizar a alocação de capital, visando os projetos e iniciativas com maior taxa interna de retorno (TIR) e tendo como principal objetivo maximizar a geração de caixa.

Ao olharmos para o momento atual do negócio, observamos uma boa demanda, com leituras de sell-in positivas e, por ora, dentro das nossas expectativas. Entretanto, mesmo exposto majoritariamente a um público consumidor das classes A e B e sem depender de concessão de crédito, uma taxa básica de juros em patamares elevados por um longo período somada à incerteza em relação aos rumos da curva de juros reforçam nossa decisão de focar em geração de caixa.

Somos jovens. O ano de 2024 foi de preparação, organização e planejamento.

O ano de 2025 será de eficiência e rentabilidade.

Mensagem da Administração

"As pessoas são o coração do Azzas 2154. São elas que cuidam, inovam e impulsionam nossas marcas todos os dias. E são nossos consumidores que nos dão propósito e nos desafiam a evoluir constantemente. A cada colaborador que faz essa engrenagem girar, a cada cliente que escolhe nossas marcas, e ao nosso conselho de administração responsável pela nossa governança e planejamento estratégico, nosso mais sincero agradecimento. Seguimos juntos, construindo o futuro da moda."

Alexandre Birman
CEO Azzas 2154

Resultados Pro Forma e Simplificação do Portfólio

Em decorrência da incorporação do Grupo SOMA pela Arezzo&Co ("Combinação de Negócios"), a Azzas 2154 (nova denominação da Arezzo&Co), passou a consolidar no 3T24 os resultados do Grupo SOMA a partir de agosto de 2024. Portanto, as demonstrações contábeis do 4T24 já refletem três meses de operações consolidadas.

Para auxiliar o mercado na análise dos resultados e facilitar a sua visualização e interpretação, neste relatório incluímos os indicadores financeiros pro forma para o 4T23 e 2023, sendo estes meramente informativos e não revisados ou auditados.
A planilha de resultados disponibilizada no site de RI (https://ri.azzas2154.com.br/resultados-e-apresentacoes/planilha-dinamica/), simula a estrutura da Azzas 2154 em unidades de negócio e equaliza os tratamentos contábeis entre Arezzo&Co. e Grupo SOMA como se a Combinação de Negócios tivesse ocorrido no 1T22.

Em 9 de dezembro de 2024, a Companhia anunciou a conclusão da revisão do seu portfólio de marcas com foco em (1) simplificação, (2) ROIC e, (3) geração de caixa. Como resultado desse processo, as marcas Alme, Dzarm, Reversa, Simples e Troc foram descontinuadas. BAW foi revendida aos fundadores da empresa.

Os resultados do 4T24 ainda incluem essas marcas e também consideram os impactos contábeis dessa decisão, como rescisões e baixas. A Companhia pretende concluir esse processo ao longo do 1S25, sendo que eventuais resultados serão tratados como operações descontinuadas.

Principais Indicadores

Indicadores financeiros consolidados

AZZAS 2154

Principais Indicadores

PERFORMANCE DAS BUSINESS UNITS

Calçados e Acessórios consolida as marcas: Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Carol Bassi, Vans, Vicenza e Paris Texas.

Vestuário Feminino consolida as marcas: Farm, Farm Global, Animale, NV, Cris Barros, Maria Filó, Foxton, Fábula e Off Premium.

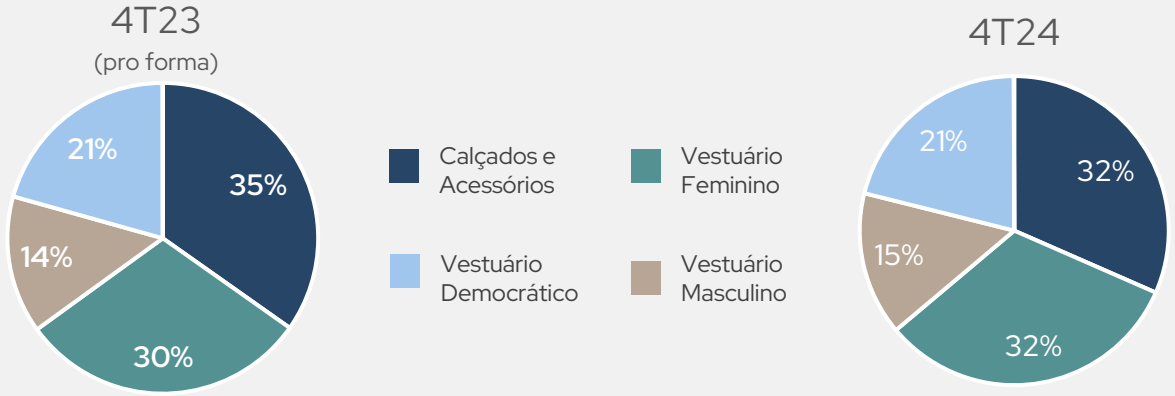
Vestuário Masculino consolida as marcas: Reserva, Oficina Reserva, Reserva Mini, Reserva Simples, Reversa, Reserva Go e Reserva Ink.

Vestuário Democrático consolida as marcas: Hering, Hering Kids, Hering Sports e Hering Intimates.

Outros considera valores alocados à indústria.

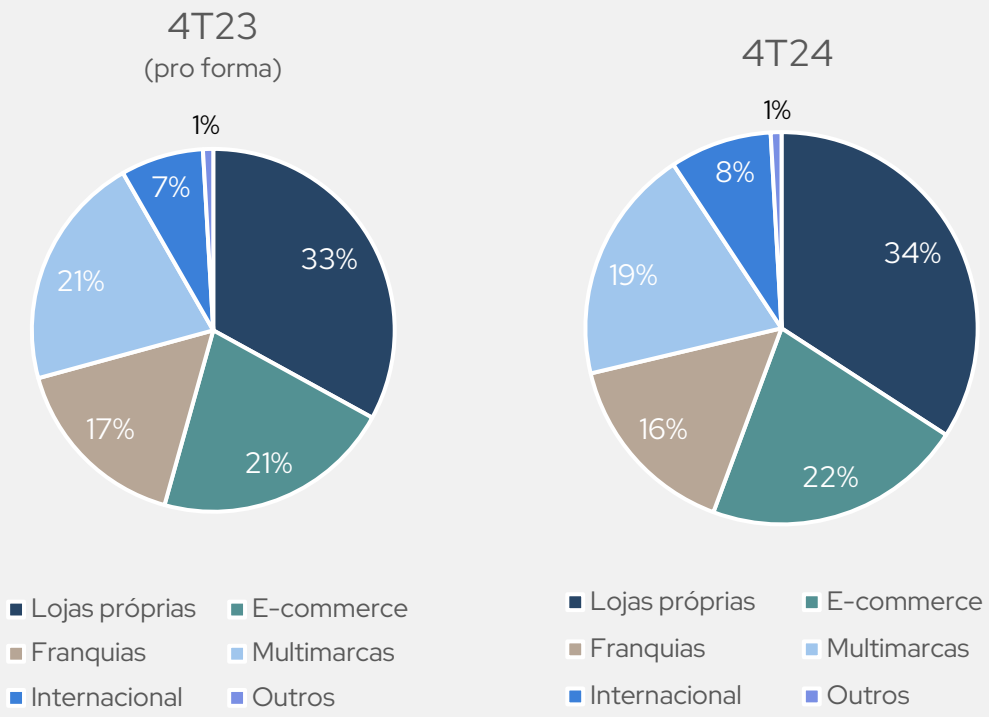
R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Receita bruta	3.667,3	4.221,7	15,1%	12.779,4	14.159,8	10,8%
Calçados e Acessórios	1.275,6	1.332,7	4,5%	4.565,8	4.785,2	4,8%
Vestuário Feminino	1.109,0	1.362,9	22,9%	4.103,9	4.782,0	16,5%
Vestuário Masculino	525,3	634,2	20,7%	1.516,2	1.794,9	18,4%
Vestuário Democrático	757,0	889,9	17,6%	2.587,7	2.794,0	8,0%
Outros	0,4	2,0	-	5,8	3,7	-

RECEITA BRUTA POR **BUSINESS UNIT**



Principais Indicadores
Sell-out + 17,9%

RECEITA BRUTA POR CANAL



R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Receita bruta	3.667,3	4.221,7	15,1%	12.779,4	14.159,8	10,8%
Sell-Out	1.992,6	2.348,6	17,9%	6.124,3	7.161,2	16,9%
Lojas próprias	1.210,1	1.441,6	19,1%	3.691,5	4.307,6	16,7%
E-commerce	782,5	907,0	15,9%	2.432,8	2.853,6	17,3%
Sell-In	1.370,6	1.479,7	8,0%	5.359,6	5.445,8	1,6%
Franquias	602,0	660,6	9,7%	2.111,9	2.187,9	3,6%
Multimarcas	768,6	819,1	6,6%	3.247,7	3.257,9	0,3%
Internacional	270,7	354,6	31,0%	1.205,7	1.422,3	18,0%
Outros [1]	33,4	38,8	16,2%	89,8	130,5	45,3%

(1) Contempla a receita secundária decorrente da venda de matéria-prima, saldo alocado à indústria e outras transações não relevantes.

Indicadores Financeiros 4T24

R$ Milhões	4T23 recorrente (pro forma)	4T24 recorrente	Δ (%) recorrente 4T24 vs. 4T23
Receita Bruta	3.667,3	4.221,7	15,1%
Receita Líquida	3.001,3	3.403,9	13,4%
CMV	(1.318,1)	(1.515,8)	15,0%
CMV (ex. D&A)	(1.309,1)	(1.504,5)	*14,9%*
CMV (ex. D&A ex. IFRS-16)	(1.310,0)	(1.505,8)	*14,9%*
Arrendamento (impacto IFRS-16)	0,9	1,3	*44,4%*
Depreciação e Amortização	(9,0)	(11,3)	*25,6%*
Lucro Bruto	1.683,2	1.888,1	12,2%
Margem Bruta	*56,1%*	*55,5%*	*-0,6 p.p.*
Despesas	(1.310,1)	(1.525,4)	16,4%
Despesas (ex. D&A)	(1.193,5)	(1.380,2)	*15,6%*
(%) Receita Líquida	*39,8%*	*40,6%*	*0,8 p.p.*
Fixas	(470,3)	(536,5)	14,1%
(%) Receita Líquida	*15,7%*	*15,8%*	*0,1 p.p.*
Variáveis	(618,8)	(719,6)	16,3%
(%) Receita Líquida	*20,6%*	*21,1%*	*0,4 p.p.*
Eventuais	(176,8)	(199,4)	12,8%
(%) Receita Líquida	*5,9%*	*5,9%*	*0,0 p.p.*
Arrendamento (Impacto IFRS-16)	72,4	75,3	4,0%
(%) Receita Líquida	*-2,4%*	*-2,2%*	*0,2 p.p.*
Depreciação e Amortização	(116,6)	(145,2)	24,5%
EBITDA	498,7	519,2	4,1%
Margem EBITDA	*16,6%*	*15,3%*	*-1,4 p.p.*
EBITDA (pré IFRS-16)	425,4	442,6	4,0%
Margem EBITDA (pré IFRS-16)	*14,2%*	*13,0%*	*-1,2 p.p.*
EBIT	373,1	362,7	-2,8%
Resultado Financeiro	(144,7)	(156,8)	8,4%
EBT	228,4	205,9	-9,9%
IR e CSLL	34,5	(37,0)	n.a.
Lucro Líquido	262,9	168,9	-35,8%
Margem Líquida	*8,8%*	*5,0%*	*-3,8 p.p.*
Lucro Líquido (ex. Lei 14.789/23)	262,9	241,5	-8,1%

Notas: (1) Apresentamos acima os resultados recorrentes para o 4T24 e o 4T23. Os resultados pro forma consideram os números combinados das empresas (Arezzo&Co. e Grupo SOMA). Os resultados recorrentes excluem os efeitos não recorrentes que encontram-se detalhados nas páginas 32 e 35 deste relatório; (2) O lucro líquido foi impactado pela aprovação da Lei 14.789/23 que passou a tributar IRPJ e CSLL sobre subvenções de ICMS. Excluindo os efeitos relacionados à Lei 14.789/23, o lucro líquido recorrente seria de R$ 241,5 milhões no 4T24. O lucro líquido contábil encontra-se nas páginas 39 e 40 deste relatório.

Indicadores Financeiros 2024

R$ Milhões	2023 recorrente (pro forma)	2024 recorrente (pro forma)	Δ (%) recorrente 24 vs. 23
Receita Bruta	12.779,4	14.159,8	10,8%
Receita Líquida	10.510,6	11.578,5	10,2%
CMV	(4.708,3)	(5.194,6)	10,3%
CMV (ex. D&A)	(4.672,2)	(5.153,8)	10,3%
CMV (ex. D&A ex. IFRS-16)	(4.676,5)	(5.159,0)	10,3%
Arrendamento (impacto IFRS-16)	4,3	5,2	20,9%
Depreciação e Amortização	(36,1)	(40,8)	13,0%
Lucro Bruto	5.802,3	6.383,9	10,0%
Margem Bruta	*55,2%*	*55,1%*	*-0,1 p.p.*
Despesas	(4.530,3)	(5.111,7)	12,8%
Despesas (ex. D&A)	(4.089,8)	(4.590,1)	12,2%
(%) Receita Líquida	*38,9%*	*39,6%*	*0,7 p.p.*
Fixas	(1.674,3)	(1.893,3)	13,1%
(%) Receita Líquida	*15,9%*	*16,4%*	*0,5 p.p.*
Variáveis	(2.067,7)	(2.309,7)	11,7%
(%) Receita Líquida	*19,7%*	*19,9%*	*0,2 p.p.*
Eventuais	(596,3)	(657,0)	10,2%
(%) Receita Líquida	*5,7%*	*5,7%*	*0,0 p.p.*
Arrendamento (Impacto IFRS-16)	248,5	269,9	8,6%
(%) Receita Líquida	*-2,4%*	*-2,3%*	*0,1 p.p.*
Depreciação e Amortização	(440,5)	(521,6)	18,4%
EBITDA	1.748,6	1.834,6	4,9%
Margem EBITDA	*16,6%*	*15,8%*	*-0,8 p.p.*
EBITDA (pré IFRS-16)	1.495,8	1.559,5	4,3%
Margem EBITDA (pré IFRS-16)	*14,2%*	*13,5%*	*-0,8 p.p.*
EBIT	1.272,0	1.272,2	0,0%
Resultado Financeiro	(531,4)	(611,8)	15,1%
EBT	740,6	660,4	-10,8%
IR e CSLL	143,1	(69,7)	n.a.
Lucro Líquido	883,7	590,7	-33,2%
Margem Líquida	*8,4%*	*5,1%*	*-3,3 p.p.*
Lucro Líquido (ex. Lei 14.789/23)	883,7	907,3	2,7%

Notas: (1) Apresentamos acima os resultados pro forma recorrentes para os anos de 2024 e 2023. Os resultados pro forma consideram os números combinados das empresas (Arezzo&Co. e Grupo SOMA). Os resultados recorrentes excluem os efeitos não recorrentes que encontram-se detalhados nas páginas 32 e 35 deste relatório; (2) O lucro líquido foi impactado pela aprovação da Lei 14.789/23 que passou a tributar IRPJ e CSLL sobre subvenções de ICMS. Excluindo os efeitos relacionados à Lei 14.789/23, o lucro líquido recorrente seria de R$ 907,3 milhões em 2024. O lucro líquido contábil encontra-se nas páginas 39 e 40 deste relatório.

BU Calçados e Acessórios

AZZAS 2154

BU Calçados e Acessórios

Retomada da Franquia (+7,4%)

No 4T24, a receita bruta de Calçados e Acessórios cresceu 4,5% vs. 4T23

Entre os destaques do trimestre vale ressaltar: (1) aceleração do crescimento vs. o 3T24 (+4,5% vs. +3,2%); (2) manutenção do crescimento do sell-out acima de dois dígitos com destaque para lojas próprias (+13,7%); (3) expressiva retomada da franquia (+7,4%) a despeito de uma base forte de comparação e revertendo a tendência dos 9M24; (4) crescimento do SSS de 3,9% com destaque pra Anacapri (+11,0%) e Vans (+13,0%); e (5) retomada do crescimento no mercado internacional e intensificação dos projetos de redução de despesas.

As vendas consolidadas de BU cresceram 4,5% no período acelerando 130 bps frente ao crescimento do 3T23. O indicador de Same Store Sales (SSS), que é composto pelo sell-out de lojas próprias, e-commerce e franquias, cresceu 3,9% com destaque para a performance das lojas próprias.

A receita bruta dos canais de sell-out (lojas próprias e e-commerce) continua crescendo acima de dois dígitos, com destaque para as lojas próprias que cresceram 13,7% vs. 4T23, mesmo sobre uma base de comparação forte (+20,5% no 4T23). A receita do e-commerce cresceu 7,1%, expandindo sua penetração para 20,8% da receita doméstica.

A receita bruta dos canais de sell-in (franquia e multimarca) caiu 0,4% vs. 4T23. Essa performance é composta por um expressivo crescimento da receita de franquias, de 7,4% vs. o 4T23.

O receita do canal de multimarcas caiu 7,8% vs. o 3T24. O canal tem uma forte base de comparação (+17,1%). A queda é explicada pelo cenário de juros altos, no qual as multimarcas tendem a ser mais conservadoras ao investir na coleção e pelo turnaround da Schutz.

A receita bruta internacional subiu 16,9% no 4T24, e ao longo do trimestre reforçamos nossas iniciativas em busca de melhoria na rentabilidade.

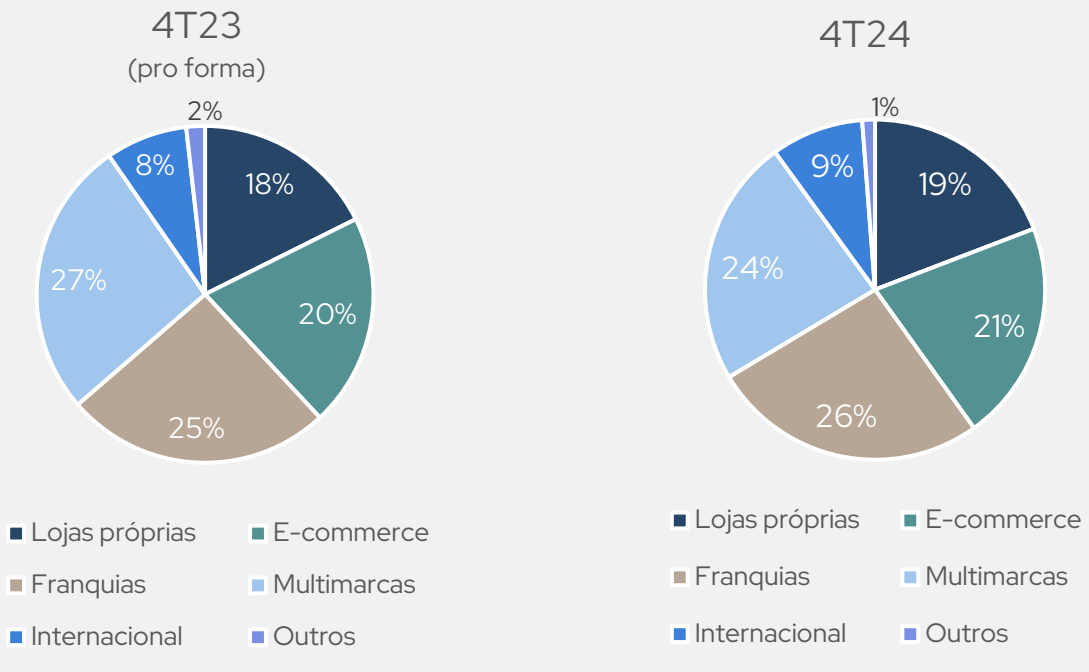
Arezzo praticamente dobrou sua taxa de crescimento vs. o 3T24, crescendo um dígito alto, mesmo patamar atingido pela Vans. Com relação à Schutz, seguimos no processo de reestruturação da marca, que envolve as frentes de branding, comunicação e produto. Acreditamos que essas iniciativas gerem efeito gradualmente ao longo do ano.

BU Calçados e Acessórios

RECEITA BRUTA – CALÇADOS E ACESSÓRIOS
Calçados e Acessórios – Lojas Próprias +14,6%

R$ Milhões	4T23	4T24	4T24 vs. 4T23	2023	2024	2024 vs. 2023
Receita bruta	1.275,6	1.332,7	4,5%	4.565,8	4.785,2	4,8%
Sell-Out	485,5	535,0	10,2%	1.618,9	1.849,9	14,3%
Lojas próprias	225,0	255,9	13,7%	716,5	821,4	14,6%
E-commerce	260,5	279,1	7,1%	902,4	1.028,5	14,0%
Sell-In	667,0	664,5	-0,4%	2.471,9	2.455,2	-0,7%
Franquias	326,3	350,3	7,4%	1.193,0	1.199,8	0,6%
Multimarcas	340,7	314,2	-7,8%	1.278,9	1.255,4	-1,8%
Internacional	100,2	117,1	16,9%	430,4	426,6	-0,9%
Outros[1]	22,9	16,1	-	44,6	53,5	-

RECEITA BRUTA POR CANAL



(1) Contempla receita secundária referente a venda de matéria-prima e outras transações não relevantes

BU Vestuário Feminino

AZZAS 2154

BU Vestuário Feminino

FORTE CRESCIMENTO DE 22,9% vs. 4T23

No 4T24, o crescimento da receita bruta do Vestuário Feminino acelerou pra 22,9% vs. 4T23. Farm Global cresceu 39,3% em BRL (19,7% em USD)

Entre os destaques do trimestre vale ressaltar: (1) aceleração da taxa de crescimento da receita para 22,9% no 4T24 vs. 17,1% no 3T24; (2) Farm crescendo 39,3% na operação internacional e duplo dígito no mercado local, incluindo forte crescimento de Farm ETC; (3) forte performance de sell-out (+20,5%) e sell-in (+14,7%); e (4) SSS (loja própria, franquia e e-commerce) de +18,0%.

A receita bruta dos canais de sell-out cresceu 20,5% vs. 4T23, com alta expressiva da receita de lojas próprias (+22,1%). No 4T24, o indicador de Same Store Sales (SSS) registrou uma alta expressiva de 18,0% vs. 4T23, puxada principalmente pela Farm, e mesmo a Animale, que passou por uma reestruturação do time de estilo cresceu a uma taxa de um dígito alto.

A receita bruta do canal de sell-in cresceu 14,7% vs. 4T23, acelerando frente aos 3,7% reportados no 3T24, explicada pelo crescimento de 16,4% no canal multimarcas com destaque para as marcas Farm, Cris Barros, Maria Filó e Foxton, todas com crescimento acima de dois dígitos. A Farm continua se destacando por sua criatividade e posicionamento mais democrático. A Farm Etc, uma extensão da marca focada em acessórios, tem crescido a taxas expressivas e ajudado no constante rejuvenescimento da marca. A NV retomou o crescimento refletindo uma boa performance no atacado e os investimentos feitos na estruturação da operação. A receita da Animale ficou próxima da estabilidade no 4T24, e com o lançamento da primeira coleção da nova diretora criativa a carteira de sell-in do atacado para as coleções de outono e inverno mostrou-se promissora.

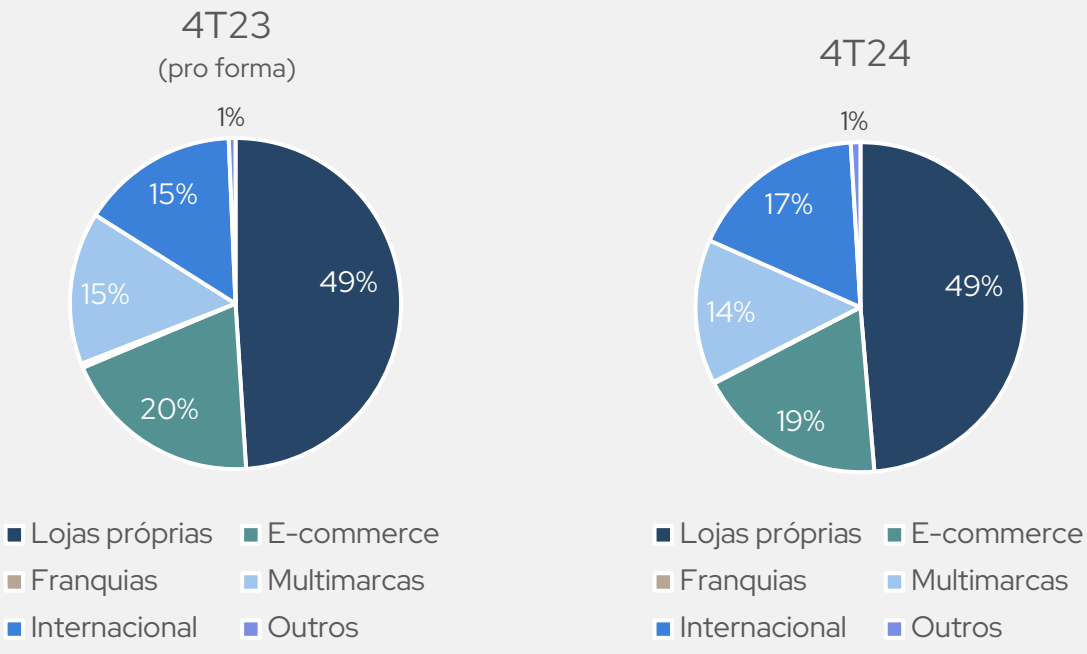
No 4T24 o crescimento da Farm Global atingiu 39,3% em reais e 19,7% em dólares, indicando que o momento da marca continua muito positivo.

BU Vestuário Feminino

FARM RIO GLOBAL (+39,3%)

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Receita bruta	1.109,0	1.362,9	22,9%	4.103,9	4.782,0	16,5%
Sell-Out	761,6	918,0	20,5%	2.484,5	2.880,6	15,9%
Lojas próprias	543,2	663,1	22,1%	1.765,3	2.090,8	18,4%
E-commerce	218,4	254,9	16,7%	719,2	789,8	9,8%
Sell-In	169,6	194,5	14,7%	825,8	866,5	4,9%
Franquias	4,5	2,3	-48,9%	15,2	9,9	-34,9%
Multimarcas	165,1	192,2	16,4%	810,6	856,6	5,7%
Internacional	170,5	237,5	39,3%	775,3	995,7	28,4%
Outros[1]	7,3	12,9	76,7%	18,3	39,2	114,2%

RECEITA BRUTA POR CANAL



(1) Contempla receita secundária referente a venda de matéria-prima e outras transações não relevantes

BU Vestuário Democrático

AZZAS 2154

BU Vestuário Democrático

ACELERAÇÃO NO SELL-IN (+11,8%)

No 4T24, a receita bruta do Vestuário Democrático cresceu 17,6% vs. 4T23 com aceleração do sell-in (+11,8%).

Entre os destaques no trimestre vale ressaltar: (1) aceleração do crescimento da receita para 17,6% vs. 13,1% no 3T24; (2) forte recuperação do sell-in (+11,8%) e (3) crescimento do sell-out de 24,5%, com forte crescimento rentável no e-commerce (54,7%).

O ano de 2024 foi um marco na história da Hering. As iniciativas na geração de desejo de marca com foco em consideração e preferência, inovação de produto, expansão de canais e excelência operacional começam a dar frutos de forma mais consistente. As taxas de crescimento foram acelerando trimestre a trimestre encerrando o 4T24 em 17,6% (no ano a marca cresceu 8,0%). Todos os canais apresentaram crescimento. O indicador de Same Store Sales, que é composto pelo sell-out de lojas próprias, e-commerce e de franquias, atingiu alta de 8,1% vs. 4T23 (excluindo as megastores inauguradas nos últimos 12 meses).

A receita bruta dos canais de sell-out (lojas próprias e e-commerce) cresceu 24,5% vs. 4T23, mais uma vez com destaque para a receita do e-commerce (+54,7%) cuja rentabilidade continua em ascensão. No ano a receita bruta do e-commerce atingiu R$ 480,0 milhões representando um crescimento de 44,4% vs. 2023 e atingindo 17,2% das vendas da BU (+4,4 p.p. vs. 2023).

A receita das lojas próprias cresceu 9,3% e a empresa terminou o ano com 69 lojas próprias, incluindo 24 mega stores (+7 vs. 2023).

A receita bruta dos canais de sell-in (franquia e multimarca) cresceu 11,8% vs. 4T23, sendo que o canal de multimarca reportou o maior crescimento (+14,9%).

A receita com franquias teve alta de 9,0% no 4T24 acelerando vs. o trimestre anterior, e representando o maior crescimento desde o 3T22. A BU terminou o ano com 633 franquias, incluindo um total de 28 megastores (+12 vs. 2023).

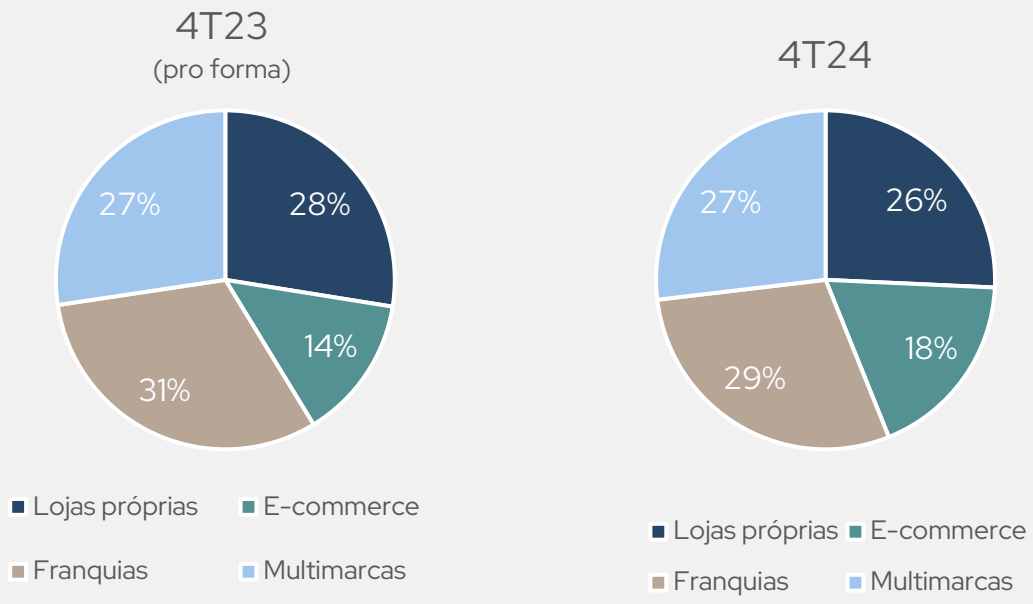
No 4T24, o crescimento da BU de Vestúario Democrático foi apoiado por (1) uma potente campanha de marketing (+58% de engajamento no 4T24); (2) assertividade de coleção e velocidade nos lançamentos; (3) continua evolução na experiência de compra física e online (vale destacar o app representando 50% da receita online e o novo conceito de loja inaugurado no shopping Ibirapuera); (4) primeiras capturas do novo GTM multimarcas; e (5) elevado nível de serviço/entrega e boa execução no piso de loja.

BU Vestuário Democrático

MULTIMARCAS (+14,9%)

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Receita bruta	757,0	889,9	17,6%	2.587,7	2.794,0	8,0%
Sell-Out	311,5	387,7	24,5%	898,6	1.090,6	21,4%
Lojas próprias	207,7	227,1	9,3%	566,3	610,6	7,8%
E-commerce	103,8	160,6	54,7%	332,3	480,0	44,4%
Sell-In	443,0	495,1	11,8%	1.669,3	1.679,9	0,6%
Franquias	236,5	257,9	9,0%	787,5	823,5	4,6%
Multimarcas	206,5	237,2	14,9%	881,8	856,4	-2,9%
Outros [1]	2,5	7,1	184,0%	19,8	23,5	18,7%

RECEITA BRUTA POR CANAL



(1) Contempla receita secundária referente a venda de matéria-prima e outras transações não relevantes.

BU Vestuário Masculino

AZZAS 2154

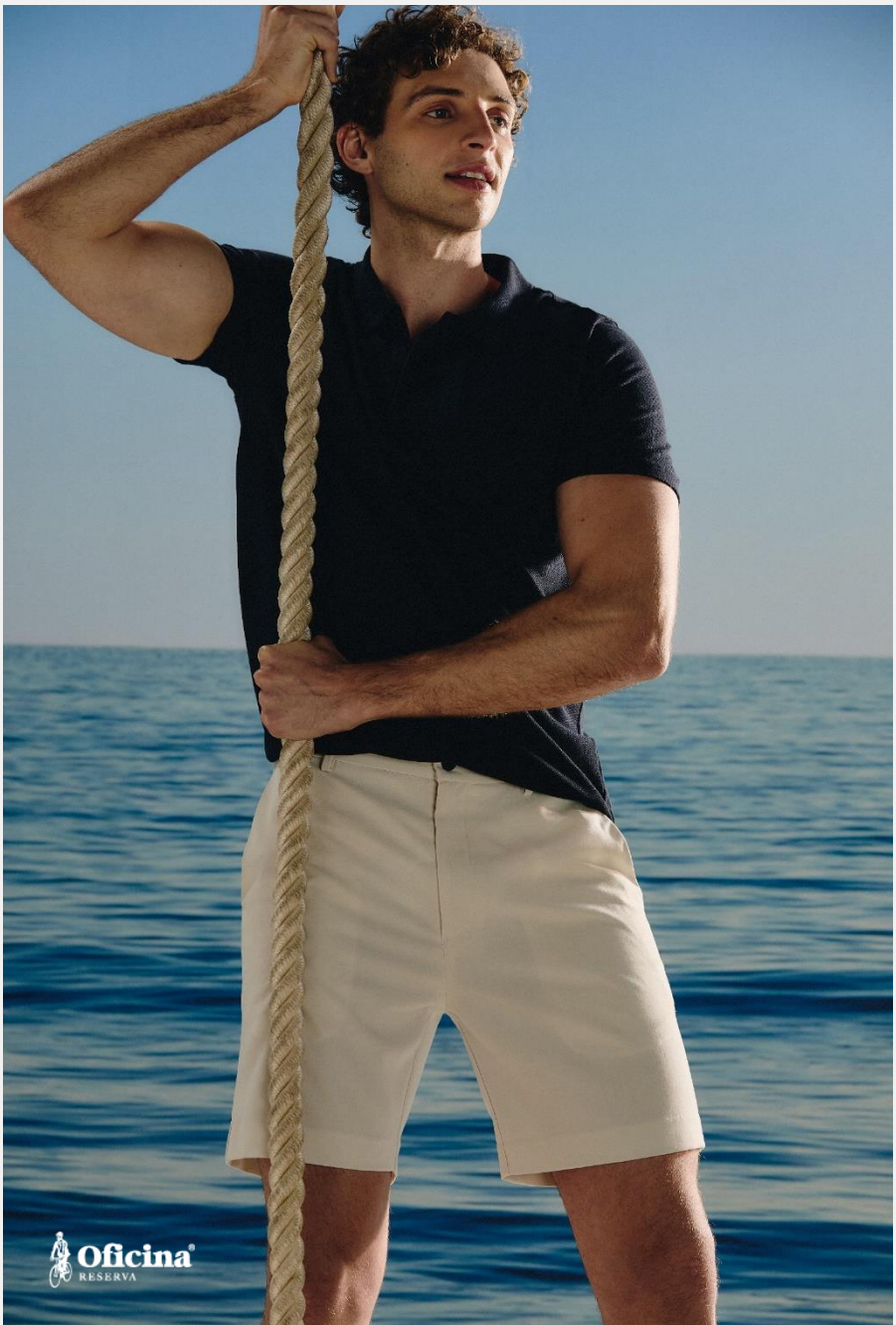
BU Vestuário Masculino

TRANSIÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

No 4T24, a receita bruta do Vestuário Masculino cresceu sólidos 20,7% vs. 4T23, com destaque para os canais de sell-in (37,9%).

Entre os destaques no trimestre vale ressaltar: (1) manutenção do sólido crescimento da receita (+20,7%) a despeito da transição na gestão da BU; (2) crescimentos expressivos no sell-out (+17,0%) e principalmente no sell-in (+37,9%); (3) SSS de +10,3%; (4) abertura de 24 lojas líquidas nos últimos 12 meses (11 lojas próprias e 13 franquias) e (5) simplificação do portfolio.

O 4T24 foi um marco para a Reserva, uma vez que nesse período foi concluída a transição da gestão da BU para novas lideranças. Com amplo suporte de todos os stakeholders esse processo foi bem sucedido e BU manteve uma alta taxa de crescimento (+20,7%). No final do 4T24, como parte da nossa estratégia de focar em rentabilidade e alocação de capital, anunciamos a simplificação de parte do portfólio da BU e esperamos concluir tal processo ao longo do 2T25.



O indicador de Same Store Sales, que é composto pelo sell-out de lojas próprias, e-commerce e franquias, atingiu alta de 10,3% vs. 4T23.

A receita bruta dos canais de sell-out (lojas próprias e e-commerce) cresceu 17,0% vs. 4T23, com destaque para a receita de lojas próprias que cresceram 26,2% como reflexo de uma boa performance de SSS aliada a expansão do parque de lojas (+8 lojas vs. 4T23).

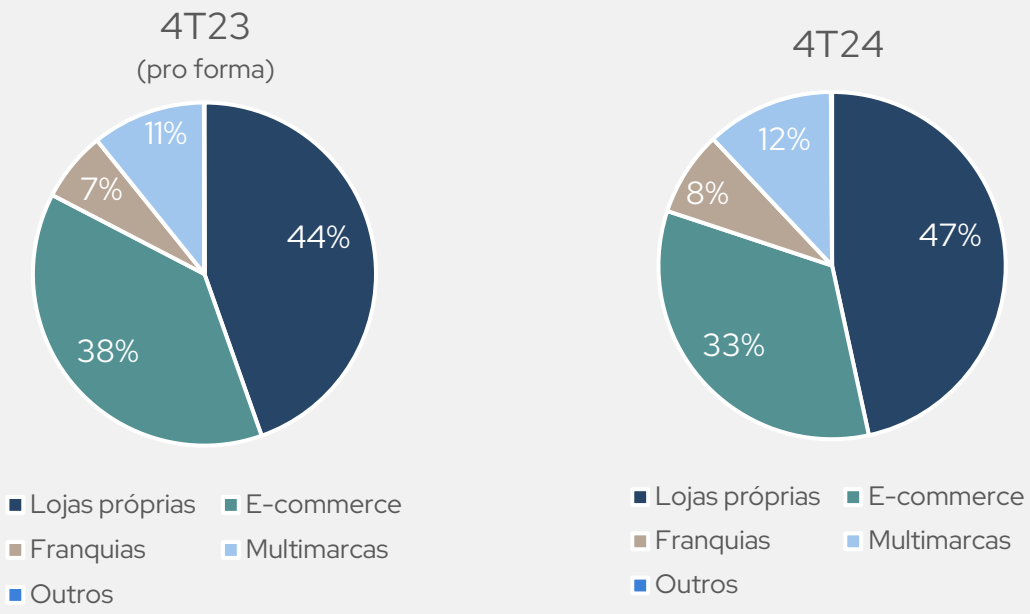
A receita bruta dos canais de sell-in (franquia e multimarca) foi o destaque crescendo 37,9% vs. 4T23, e acelerando vs. os 20,6% reportados no 3T24. Novamente a aceleração do crescimento deu-se principalmente no canal de franquias que cresceu 44,4% em função da expansão da rede nos últimos doze meses (+13 lojas).

BU Vestuário Masculino

CANAL DE SELL-IN (+37,9%)

R$ Milhões	4T23	4T24	4T24 vs. 4T23	2023	2024	2024 vs. 2023
Receita bruta	525,3	634,2	20,7%	1.516,2	1.794,9	18,4%
Sell-Out	434,0	507,9	17,0%	1.122,3	1.340,1	19,4%
Lojas próprias	234,2	295,5	26,2%	643,4	784,8	22,0%
E-commerce	199,8	212,4	6,3%	478,9	555,3	16,0%
Sell-In	91,0	125,6	38,0%	392,6	444,2	13,1%
Franquias	34,7	50,1	44,4%	116,2	154,7	33,1%
Multimarcas	56,3	75,5	34,1%	276,4	289,5	4,7%
Outros[(1)]	0,3	0,7	-	1,3	10,6	-

RECEITA BRUTA POR CANAL



(1) Contempla receita secundária referente a venda de matéria-prima e outras transações não relevantes

Indicadores Financeiros

Receita, lucro bruto, despesas operacionais, EBITDA, resultado financeiro e lucro líquido

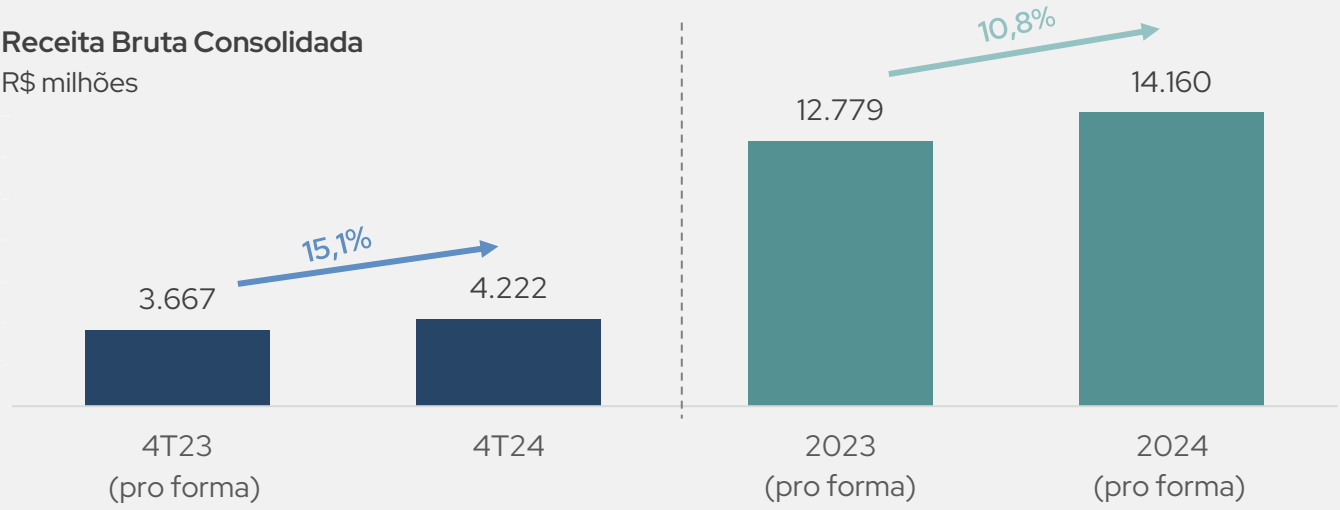
AZZAS 2154

Indicadores Financeiros

Receita consolidada

No 4T24, a receita bruta atingiu R$ 4,2 bilhões, crescimento de 15,1% vs. 4T23, e acelerando vs. 3T23 (+12,0%). O crescimento é explicado pelo forte crescimento das receitas de Vestuário Feminino (+22,9%), Vestuário Masculino (+20,7%) e pela aceleração de Vestuário Democrático (+17,6%). Vale ressaltar o crescimento de Farm Rio Global (+39,3%). Por canal, destaca-se o sell-out com crescimento de 17,9% vs. 4T23, principalmente em função das lojas próprias (+19,1%). A receita líquida consolidada por sua vez cresceu 13,4% em função de maiores devoluções e menor impacto de incentivo fiscal vs. 4T23.

Receita Bruta Consolidada
R$ milhões

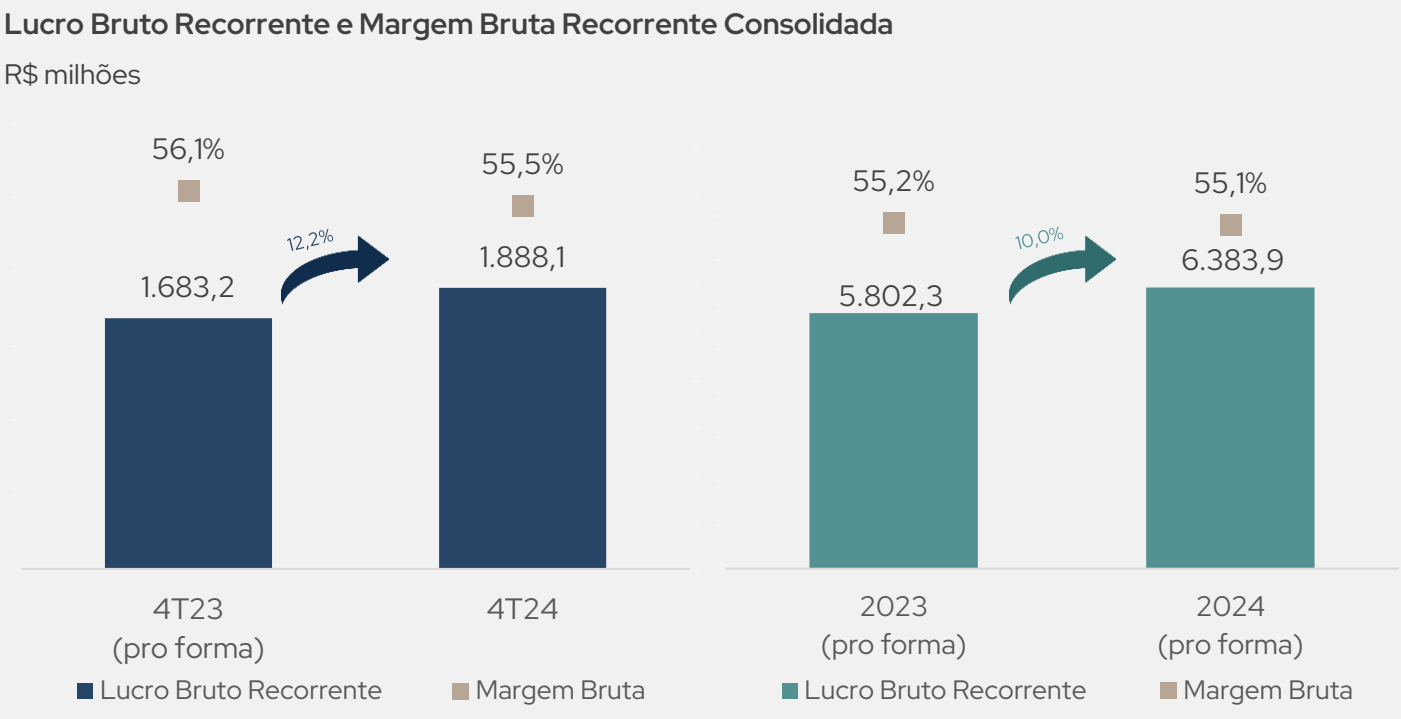


Indicadores Financeiros

Lucro Bruto e Margem Bruta Recorrentes [1]

No 4T24, o lucro bruto recorrente totalizou R$ 1.888,1 milhões, alta de 12,2% vs. 4T23. A margem bruta recorrente foi de 55,5%, um decréscimo de 0,6 p.p vs. a margem bruta recorrente de 56,1% registrada no 4T23. O mix de canais teve um impacto positivo, uma vez que os canais de sell-out representaram 55,6% da receita consolidada no 4T24 vs. 54,3% no ano anterior. Por outro lado, do ponto de vista negativo, esse efeito foi mais do que compensado pelos seguintes fatores: (1) processo de normalização de estoques, principalmente, na BU de Vestuário Masculino e (2) forte demarcação com o objetivo de acelerar as vendas de marcas descontinuadas, principalmente da BAW.

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Lucro bruto	1.636,0	1.828,5	11,8%	5.741,1	6.319,2	10,1%
Ajustes	47,2	59,6	n.a.	61,2	64,7	n.a.
Lucro bruto recorrente	1.683,2	1.888,1	12,2%	5.802,3	6.383,9	10,0%
Margem bruta recorrente	56,1%	55,5%	-0,6 p.p	55,2%	55,1%	-0,1 p.p



(1) Os ajustes encontram-se descritos na reconciliação do EBITDA recorrente na página 32.

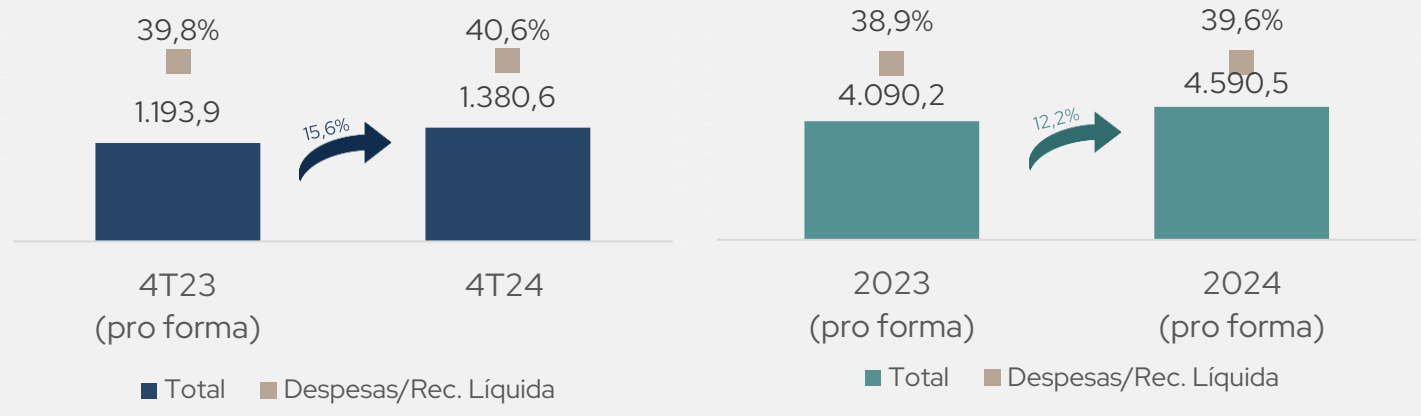
Indicadores Financeiros

Despesas Recorrentes (1)

No 4T24, as despesas recorrentes cresceram 15,6% vs. o 4T23 representando 40,6% da receita líquida (+0,7 p.p. vs. 4T23). Nossas despesas fixas foram impactadas por (1) uma duplicidade temporária de remuneração na BU de Vestuário Masculino como parte do processo de transição na gestão da mesma; (2) reconhecimento de despesas com encantamento e experiência com clientes das marcas AR&Co; e (3) investimentos na frente de criação e apoio em Farm (Global, ETC e Latam) e NV de forma a sustentar o crescimento expressivo destas marcas. O crescimento das despesas variáveis reflete a forte expansão do canal de vendas diretas ao consumidor (sell-out), que naturalmente implica em crescimento das despesas com comissões, fretes, embalagens, marketing digital e aluguel. Por outro lado, as despesas eventuais no 4T24 já cresceram menos do que as receitas a despeito dos investimentos na implementação de projetos (calçados em Hering e Farm e Farm ETC), maiores investimentos em marketing, de ineficiências temporárias no custo de gente resultantes da criação da Soma Brands e, de custos ainda elevados com viagens e locomoção. Para 2025, esperamos que o início da maturação de diversos projetos combinados com o planejado aumento de eficiência resulte em alavancagem operacional.

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Despesas Totais	**4.248,3**	**2.041,9**	**-51,9%**	**7.547,7**	**5.687,6**	**-24,6%**
Ajustes	**3.054,4**	**661,3**	**-78,4%**	**3.457,5**	**1.097,1**	**-68,3%**
Despesas Recorrentes	**1.193,9**	**1.380,6**	**15,6%**	**4.090,2**	**4.590,5**	**12,2%**
(%) Receita Líquida	*39,8%*	*40,6%*	*0,8 p.p.*	*38,9%*	*39,6%*	*0,7 p.p.*
Fixa	470,3	536,5	14,1%	1.674,3	1.893,3	13,1%
(%) Receita Líquida	*15,7%*	*15,8%*	*0,1 p.p.*	*15,9%*	*16,4%*	*0,4 p.p.*
Variável	618,8	719,6	16,3%	2.067,7	2.309,7	11,7%
(%) Receita Líquida	*20,6%*	*21,1%*	*0,5 p.p.*	*19,7%*	*19,9%*	*0,3 p.p.*
Eventual	176,8	199,4	12,8%	596,3	657,0	10,2%
(%) Receita Líquida	*5,9%*	*5,9%*	*0,0 p.p.*	*5,7%*	*5,7%*	*0,0 p.p.*
Arrendamento	(72,4)	(75,3)	4,0%	(248,5)	(269,9)	8,6%
(%) Receita Líquida	*-2,4%*	*-2,2%*	*0,2 p.p.*	*-2,4%*	*-2,3%*	*0,0 p.p.*

Despesas Recorrentes Consolidadas



(1) Os ajustes encontram-se descritos na reconciliação do EBITDA recorrente na página 32.

Indicadores Financeiros

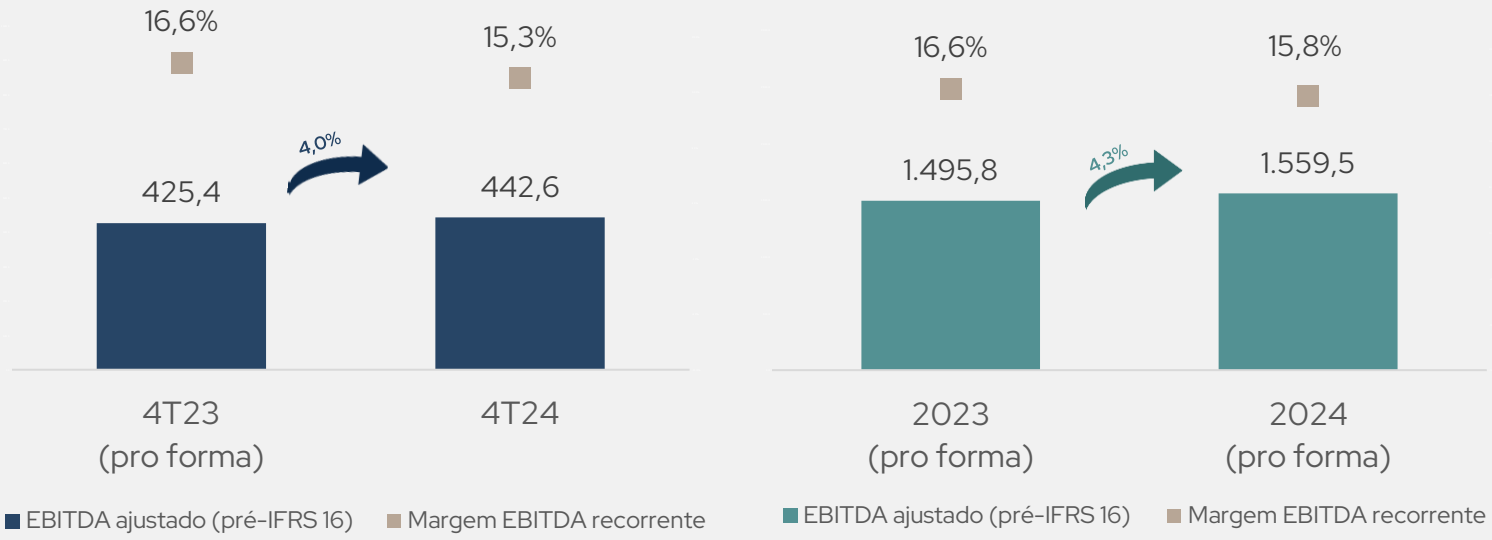
EBITDA e Margem EBITDA Recorrentes[1]

No 4T24, o EBITDA recorrente pós IFRS-16 cresceu 4,1% vs. o 4T23, uma vez que o sólido crescimento da receita (15,1%) foi parcialmente compensado por uma pressão na margem bruta (-0,6 p.p), e por maiores despesas operacionais, principalmente variáveis. A margem EBITDA caiu 1,4 p.p vs. o ano anterior. No 4T24, o EBITDA recorrente pré IFRS-16 cresceu 4,0% e a margem recuou 1,2 p.p.

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
EBITDA	(2.475,7)	(46,0)	(98,1%)	(1.287,3)	1.239,7	(196,3%)
Ajustes	2.974,4	565,2	(81,0%)	3.035,9	594,9	(80,4%)
EBITDA recorrente	498,7	519,2	4,1%	1.748,6	1.834,6	4,9%
Mg. EBITDA recorrente	16,6%	15,3%	-1,4 p.p	16,6%	15,8%	-0,8 p.p
EBITDA recorrente (pré-IFRS 16)	425,4	442,6	4,0%	1.495,8	1.559,5	4,3%
Mg. EBITDA recorrente (pré-IFRS 16)	14,2%	13,0%	-1,2 p.p	14,2%	13,5%	-0,8 p.p

EBITDA e Margem EBITDA Recorrentes (pré-IFRS 16)

R$ milhões e %



(1) Os ajustes encontram-se descritos na reconciliação do EBITDA recorrente na página 32.

Indicadores Financeiros

Reconciliação do EBITDA Recorrente

- **Otimização de Portfólio**: o processo de simplificação do portólio teve um impacto de R$59,6 milhões no CMV relacionado aos ajustes de estoques, e de R$243,0 milhões nas despesas, principalmente relacionados a: (1) ajustes contábeis (impairment), (2) multas contratuais e, (3) despesas com demissões e comissões. Isoladamente os maiores impactos referem-se ao impairment da marca BAW, seguido por Troc e Dzarm. Convém mencionar que o impacto caixa dos ajustes é pouco relevante.

- **Despesas de M&A:** referem-se às despesas extraordinárias relacionadas à fusão do Grupo SOMA com Arezzo&Co. No 4T24, esses despesas totalizaram R$33,1 milhões, excedendo nossas expectativas iniciais para o período, uma vez que decidimos aumentar o escopo de alguns projetos de criação de valor com consultorias. Além disso, incorremos em despesas adicionais com eventos, marketing, passagens e outros itens. Antecipamos um saldo marginal para o ano de 2025.

- **ILP:** programa de incentivo de longo prazo (ILP), sem impacto em caixa no período.

- **Reclassificação de Créditos IRPJ/CSLL:** como parte do alinhamento de práticas contábeis entre Arezzo&Co. e Grupo SOMA, no 3T24, o Grupo reconheceu a mudança na contabilização de subvenções do benefício do ICMS como uma receita alocada em despesas operacionais. No 4T24 esses valores foram reclassificados da despesa para IRPJ e CSLL, sem impacto no lucro liquido do trimestre.

- **Provisão DIFAL:** efeito líquido de constituição de provisão na Arezzo&Co e de reversão de provisão anteriormente constituída pelo Grupo Soma.

- **Ajustes históricos:** Não foram feitos quaisquer ajustes nos números pro forma. Trata-se de ajustes originais realizados separadamente pelas Companhias (Arezzo&Co. e Grupo SOMA) em períodos anteriores à fusão.

R$ Milhões	Impacto DRE	4T23 (pro forma)	4T24	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)
EBITDA	-	(2.475,7)	(46,0)	(1.287,3)	1.239,7
Otimização de Portfólio - CMV	CMV	0,0	59,6	0,0	59,6
Otimização de Portfólio - SG&A	Despesas	0,0	243,0	0,0	243,0
Despesas de M&A	Despesas	0,0	33,1	0,0	180,0
ILP	Despesas	12,4	10,0	44,6	42,1
Reclassificação - Créditos IRPJ/CSLL	Despesas	0,0	217,3	0,0	4,4
Créditos Extemporâneos	Despesas	0,0	2,2	0,0	2,2
Banco Santos	Despesas	(112,0)	0,0	(112,0)	0,0
Provisão DIFAL	Despesas	0,0	0,0	0,0	9,1
Perda por Impairment	Despesas	2.952,1	0,0	2.952,1	0,0
Ajuste Histórico – CMV	CMV	47,2	0,0	61,2	5,1
Ajuste Histórico - Despesas	Despesas	74,7	0,0	90,0	49,4
EBITDA recorrente	-	498,7	519,2	1.748,6	1.834,6
Margem EBITDA recorrente	-	16,6%	15,3%	16,6%	15,8%
Arrendamento (impacto IFRS-16)	CMV	(0,9)	(1,3)	(4,3)	(5,2)
Arrendamento (impacto IFRS-16)	Despesas	(72,4)	(75,3)	(248,5)	(269,9)
EBITDA recorrente (pré IFRS-16)	-	425,4	442,6	1.495,8	1.559,5
Mg. EBITDA recorrente (pré IFRS-16)	-	14,2%	13,0%	14,2%	13,5%

Indicadores Financeiros

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida no 4T24 cresceu 8,4% vs. 4T23. O crescimento das despesas financeiras é resultado de maiores variações cambiais e monetárias. Convém ressaltar que a exposição cambial da companhia encontra-se hedgeada por uma combinação de derivativos e receitas geradas em dólares, euros e libras esterlinas (R$ 426,6 milhões na BU Calçados e R$ 995,7 milhões na BU Vestuário Feminino).

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Resultado Financeiro	(144,7)	(156,8)	8,4%	(515,7)	(611,8)	18,6%
Receitas Financeiras	41,0	45,9	12,0%	201,5	194,7	-3,4%
Rendimentos de aplicações financeiras	14,3	7,4	-48,3%	80,4	88,3	9,8%
Juros ativos	9,6	21,2	120,8%	62,2	51,3	-17,5%
Outras receitas financeiras	17,1	17,3	1,2%	58,9	55,1	-6,5%
Despesas Financeiras	(176,2)	(175,0)	-0,7%	(680,8)	(735,6)	8,0%
Juros sobre financiamentos	(58,9)	(63,3)	7,5%	(251,8)	(279,5)	11,0%
Juros de arrendamento	(25,8)	(19,7)	-23,6%	(80,0)	(87,2)	9,0%
Taxas adm. de cartão de crédito	(30,4)	(39,5)	29,9%	(106,5)	(134,1)	25,9%
AVP de fornecedores	(38,2)	(24,1)	-36,9%	(147,2)	(145,4)	-1,2%
Outras despesas financeiras	(22,9)	(28,4)	24,0%	(95,3)	(89,4)	-6,2%
Variações cambiais e monetárias	(9,5)	(27,7)	191,6%	(36,4)	(70,9)	94,8%

Indicadores Financeiros

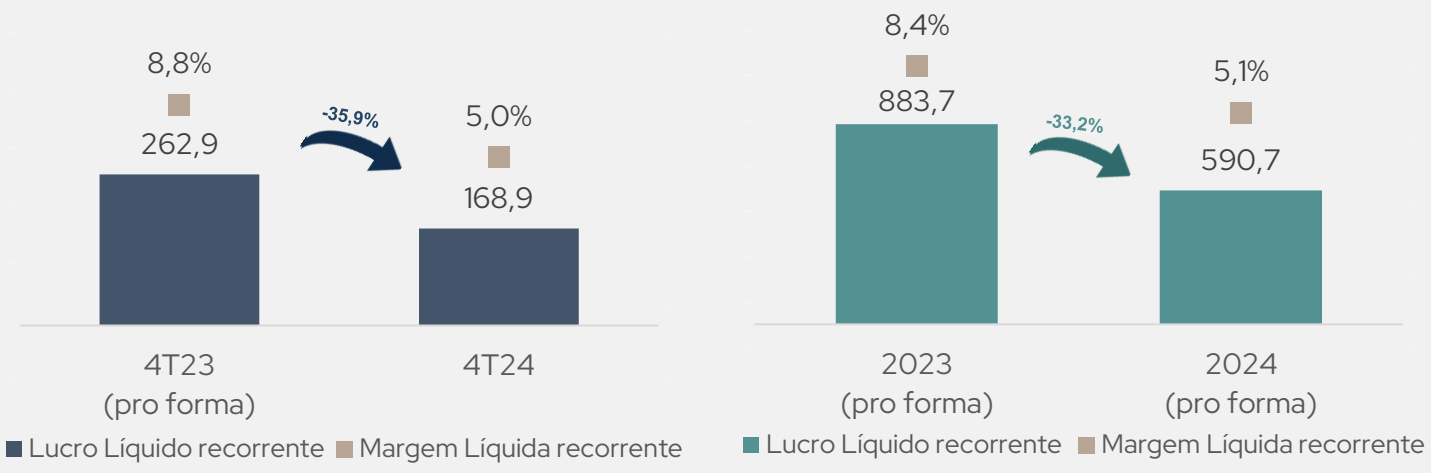
Lucro Líquido e Margem Líquida Recorrentes[1]

No 4T24, o lucro líquido recorrente totalizou R$ 168,9 milhões, um decréscimo de 35,9% vs. 4T23, atingindo uma margem líquida de 5,0%. A redução do lucro líquido é explicada (1) pelo crescimento da depreciação e amortização (+24,5% vs. 4T23), (2) pelo aumento das despesas financeiras e, principalmente (3) pela aprovação da Lei 14.789/23 que a partir de 1 de janeiro passou a tributar IR e CS sobre subvenções de ICMS, resultando em um substancial acréscimo da carga tributária. Excluindo os efeitos relacionados a Lei 14.789/23, o lucro líquido recorrente seria de R$ 241,5 milhões no 4T24 (-8,1% vs. pro forma do 4T23) e de R$ 907,3 milhões em 2024 (+2,7% vs. pro forma de 2023).

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	4T24 vs. 4T23	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 vs. 2023
Lucro Líquido	(1.707,5)	(67,9)	-96,0%	(1.134,3)	200,9	-117,7%
Ajustes	1.970,4	236,8	-88,0%	2.018,0	389,5	-80,7%
Lucro Líquido recorrente	262,9	168,9	-35,9%	883,7	590,4	-33,2%
Margem Líquida recorrente	8,8%	5,0%	-3,8 p.p	8,4%	5,1%	-3,3 p.p
Lucro Líquido recorrente ex. Lei 14.789/23	262,9	241,5	-8,1%	883,7	907,3	2,7%

Lucro Líquido e Margem Líquida Recorrentes

R$ milhões e %



(1) Os ajustes encontram-se descritos na Reconciliação do Lucro Recorrente na página 35.

Indicadores Financeiros

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

- **Ajustes do EBITDA:** explicações detalhadas na página 31 deste relatório.

- **Reclassificação de créditos de IRPJ e CSLL:** como parte do alinhamento de práticas contábeis entre Arezzo&Co. e Grupo SOMA, no 3T24 Azzas 2154 reconheceu a mudança na contabilização de subvenções do benefício do ICMS como uma receita alocada em despesas operacionais. No 4T24 essa receita foi reclassificada para Imposto de Renda.

- **D&A mais valia Hering**: impacto de valores justos CPC15/IFRS3 – combinação dos negócios.

- **Baixa de IRPJ e CSLL diferido do Soma:** baixa dos créditos de IR/CS do Grupo SOMA contabilizados no 3T24 devido à incorporação por Azzas 2154.

- **Efeitos dos ajustes aplicáveis no IRPJ e CSLL (34%):** para o 4T24 equivale a 34% x [R$ 59,6 milhões - Otimização de Portfólio (CMV); R$ 243,0 milhões - Otimização de Portfólio (Despesas); R$ 33,1 milhões - Despesas de M&A; R$ 10 milhões – ILP; e, R$ 2,2 milhões – Créditos extemporâneos].

R$ Milhões	Impacto DRE	4T23 (pro forma)	4T24	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)
Lucro Líquido	-	(1.707,5)	(67,9)	(1.134,3)	201,2
Ajustes do EBITDA	CMV	2.974,4	565,2	3.035,9	594,9
D&A - Mais valia Hering	Despesas	11,0	11,0	44,0	44,0
Atualização monetária	Resultado Financeiro	0,0	0,0	(15,7)	0,0
Reclassificação de Créditos de IRPJ e CSLL	Despesas	0,0	(217,3)	0,0	(217,3)
Baixa de IR e CS diferido do Soma	Despesas	0,0	0,0	0,0	191,3
Ajuste Histórico		0,0	0,0	0,4	2,6
Efeitos dos ajustes aplicáveis no IRPJ e no CSLL (34%)	Despesas	(1.015,0)	(122,1)	(1.046,6)	(225,9)
Lucro Líquido Recorrente	-	262,9	168,9	883,7	590,7
Margem Líquida Recorrente	-	8,8%	5,0%	8,4%	5,1%

Indicadores Financeiros

Dívida Líquida

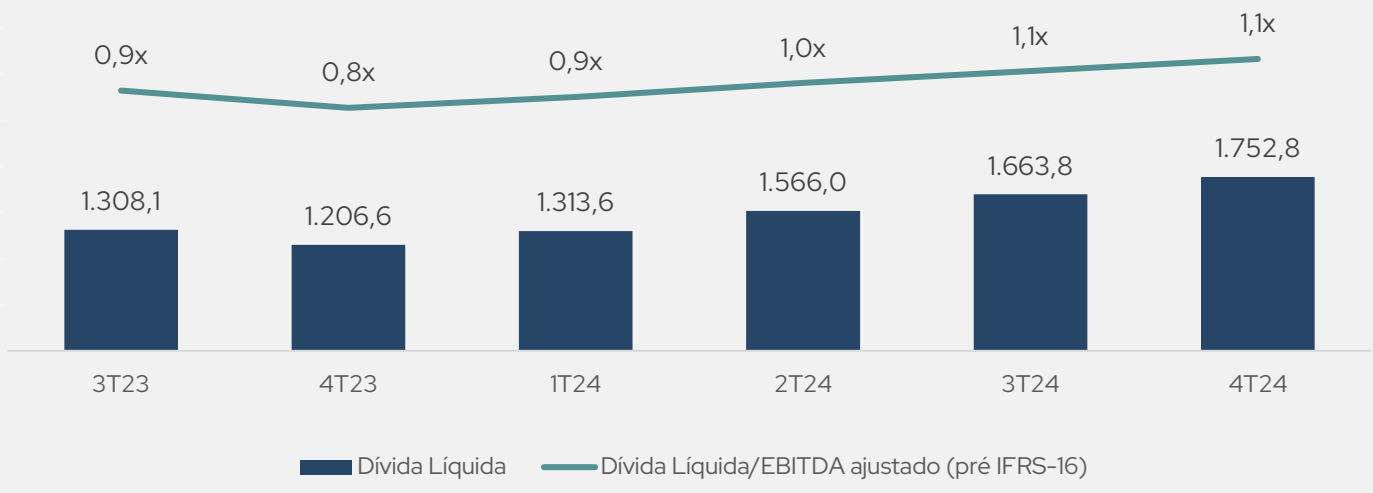
Azzas 2154 encerrou o 4T24 com caixa de R$ 774,5 milhões e dívida líquida de R$ 1.752,8 milhões, atingindo 1,1x no indicador Dívida líquida/EBITDA recorrente LTM (pré IFRS-16). No trimestre a empresa anunciou e distribuiu R$ 118,8 milhões em juros sobre o capital próprio, totalizando uma distribuição de R$ 178,7 milhões no ano de 2024.

A companhia encerrou o 4T24 com saldo total de recebíveis de cartões de crédito no valor de R$ 1.184,0 milhões. Vale ressaltar que tais ativos possuem baixíssimo risco de crédito e alta capacidade de geração de liquidez.

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	1T24 (pro forma)	2T24 (pro forma)	3T24	4T24
Caixa e equivalentes de caixa	1.355,5	1.363,7	1.310,8	766,4	774,5
Contratos de swap (1)	(59,5)	(18,3)	(52,9)	28,7	127,4
Dívida bruta	2.502,6	2.659,0	2.823,9	2.458,9	2.654,7
Curto prazo	1.854,0	1.123,8	1.222,8	903,1	1.476,5
% Dívida bruta	74,1%	42,3%	43,3%	36,7%	55,6%
Longo prazo	648,6	1.535,2	1.601,1	1.555,8	1.178,2
% Dívida bruta	25,9%	57,7%	56,7%	63,3%	44,4%
Dívida líquida	1.206,6	1.313,6	1.566,0	1.663,8	1.752,8
Dívida líquida / EBITDA recorrente (pré IFRS-16)	0,8x	0,9x	1,0x	1,1x	1,1x

Dívida Líquida e Alavancagem

R$ Milhões



(1) Contratos de swap (dólar x CDI) contabilizados em Instrumentos Financeiros Derivativos.

Indicadores Financeiros

CAPEX

No 4T24, o CAPEX totalizou R$ 195,2 milhões, sendo os investimentos divididos nas categorias abaixo:

Corporativo: Investimentos concentrados na área de tecnologia, principalmente, das BU de Calçados e Acessórios, Vestuário Masculino e Vestuário Democrático.

Lojas: Investimentos realizados, principalmente, em aberturas e reformas de lojas nas BU de Vestuário Feminino; Vestuário Masculino, especialmente na expansão da marca Oficina e na abertura e nas reformas da marca Reserva; e na BU de Calçados e Acessórios, em função da abertura da loja conceito da Vans em São Paulo.

Outros: Investimentos concentrados em logística.

R$ Milhões	4T23 (pro forma)	4T24	2023 (pro forma)	2024 (pro forma)
CAPEX	152,0	195,2	502,3	554,4
Corporativo	70,4	73,0	272,9	255,2
Lojas	59,5	92,5	163,1	213,4
Outros	22,1	29,7	66,3	85,8

Anexos

AZZAS 2154

Demonstrativo de Resultados 4T24 e 2024

R$ Milhões	4T23 recorrente (pro forma)	4T24 (contábil)	4T24 recorrente	Δ (%) recorrente 24 vs. 23
Receita Bruta	3.667,3	4.221,7	4.221,7	15,1%
Receita Líquida	3.001,3	3.403,9	3.403,9	13,4%
CMV	(1.318,1)	(1.575,4)	(1.515,8)	15,0%
CMV (ex. D&A)	(1.309,1)	(1.564,1)	(1.504,5)	14,9%
CMV (ex. D&A ex. IFRS-16)	(1.310,0)	(1.565,4)	(1.505,8)	14,9%
Arrendamento (impacto IFRS-16)	0,9	1,3	1,3	44,4%
Depreciação e Amortização	(9,0)	(11,3)	(11,3)	25,6%
Lucro Bruto	1.683,2	1.828,5	1.888,1	12,2%
Margem Bruta	*56,1%*	*53,7%*	*55,5%*	*-0,6 p.p.*
Despesas	(1.310,1)	(2.041,9)	(1.525,4)	16,4%
Despesas (ex. D&A)	(1.193,5)	(1.885,8)	(1.380,2)	15,6%
Fixas	(470,3)	(632,6)	(536,5)	14,1%
Variáveis	(618,8)	(742,2)	(719,6)	16,3%
Eventuais	(176,8)	(586,3)	(199,4)	12,8%
Arrendamento (impacto IFRS-16)	72,4	75,3	75,3	4,0%
Depreciação e Amortização	(116,6)	(156,1)	(145,2)	24,5%
EBITDA	498,7	(46,0)	519,2	4,1%
Margem EBITDA	*16,6%*	-	*15,3%*	*-1,4 p.p.*
EBITDA (pré IFRS-16)	425,4	(122,6)	442,6	4,0%
Margem EBITDA (pré IFRS-16)	*14,2%*	-	*13,0%*	*-1,2 p.p.*
EBIT	373,1	(213,4)	362,7	-2,8%
Resultado Financeiro	(144,7)	(156,8)	(156,8)	8,4%
EBT	228,4	(370,2)	205,9	-9,9%
IR e CSLL	34,5	302,3	(37,0)	n.a.
Lucro Líquido	262,9	(67,9)	168,9	-35,8%
Margem Líquida	*8,8%*	-	*5,0%*	*-3,8 p.p.*
Lucro Líquido (ex. Lei 14.789/23)	262,9	4,7	241,5	-8,1%

R$ Milhões	2023 recorrente (pro forma)	2024 (pro forma)	2024 recorrente (pro forma)	Δ (%) recorrente 24 vs. 23
Receita Bruta	12.779,4	14.159,8	14.159,8	10,8%
Receita Líquida	10.510,6	11.578,5	11.578,5	10,2%
CMV	(4.708,3)	(5.259,3)	(5.194,6)	10,3%
CMV (ex. D&A)	(4.672,2)	(5.218,5)	(5.153,8)	10,3%
CMV (ex. D&A ex. IFRS-16)	(4.676,5)	(5.223,7)	(5.159,0)	10,3%
Arrendamento (impacto IFRS-16)	4,3	5,2	5,2	20,9%
Depreciação e Amortização	(36,1)	(40,8)	(40,8)	13,0%
Lucro Bruto	5.802,3	6.319,2	6.383,9	10,0%
Margem Bruta	55,2%	54,6%	55,1%	-0,1 p.p.
Despesas	(4.530,3)	(5.687,6)	(5.111,7)	12,8%
Despesas (ex. D&A)	(4.089,8)	(5.120,3)	(4.590,1)	12,2%
Fixas	(1.674,3)	(2.108,2)	(1.893,3)	13,1%
Variáveis	(2.067,7)	(2.331,5)	(2.309,7)	11,7%
Eventuais	(596,3)	(950,5)	(657,0)	10,2%
Arrendamento (impacto IFRS-16)	248,5	269,9	269,9	8,6%
Depreciação e Amortização	(440,5)	(567,3)	(521,6)	18,4%
EBITDA	1.748,6	1.239,7	1.834,6	4,9%
Margem EBITDA	16,6%	10,7%	15,8%	-0,8 p.p.
EBITDA (pré IFRS-16)	1.495,8	964,6	1.559,5	4,3%
Margem EBITDA (pré IFRS-16)	14,2%	8,3%	13,5%	-0,8 p.p.
EBIT	1.272,0	631,6	1.272,2	0,0%
Resultado Financeiro	(531,4)	(611,8)	(611,8)	15,1%
EBT	740,6	19,8	660,4	-10,8%
IR e CSLL	143,1	181,4	(69,7)	n.a.
Lucro Líquido	883,7	201,2	590,7	-33,2%
Margem Líquida	8,4%	1,7%	5,1%	-3,3 p.p.
Lucro Líquido (ex. Lei 14.789/23)	883,7	517,8	907,3	2,7%

(1) Apresentamos acima os resultados pro forma e pro forma recorrentes para o ano de 2024, bem como os resultados pro forma recorrentes para o 4T23 e o ano de 2023. Os resultados pro forma consideram os números combinados das empresas (Arezzo&Co. e Grupo SOMA). Os resultados recorrentes excluem os efeitos não recorrentes que encontram-se detalhados nas páginas 32 e 35 deste relatório; (2) O lucro líquido foi impactado pela aprovação da Lei 14.789/23 que passou a tributar IRPJ e CSLL sobre subvenções de ICMS. Excluindo os efeitos relacionados à Lei 14.789/23, o lucro líquido recorrente seria de R$241,5 milhões no 4T24 e de R$907,3 milhões em 2024.

Demonstrativo de Resultados Visão Contábil

R$ Milhões	4T23	4T24	4T24 vs. 4T23	2023	2024	2024 vs. 2023
Receita Líquida	1.424,6	3.403,9	138,9%	4.846,8	8.379,8	72,9%
Custos dos produtos vendidos	(627,6)	(1.575,4)	151,0%	(2.217,7)	(3.914,7)	76,5%
Lucro Bruto	797,0	1.828,5	129,4%	2.629,1	4.465,1	69,8%
Receitas (despesas) operacionais	(643,7)	(2.041,9)	217,2%	(2.070,3)	(4.081,4)	97,1%
Comerciais	(536,6)	(1.080,0)	101,3%	(1.713,6)	(2.834,8)	65,4%
Administrativas e Gerais	(117,1)	(595,4)	408,4%	(395,6)	(1.049,0)	165,2%
Outras receitas (despesas) líquidas	10,0	(366,4)	(3753,1%)	38,9	(197,6)	(607,7%)
Lucro antes do resultado financeiro	153,3	(213,4)	(239,2%)	558,8	383,6	(31,3%)
Resultado Financeiro	(51,5)	(156,8)	204,8%	(182,8)	(393,7)	115,3%
Lucro antes do IR e CS	101,8	(370,2)	(463,6%)	375,9	(10,1)	(102,7%)
Imposto de Renda e Contribuição Sociais	19,3	302,3	1462,8%	22,7	348,6	1433,6%
Corrente	6,7	77,2	1052,0%	(54,5)	65,6	(220,3%)
Diferido	12,6	225,1	1680,7%	77,2	283,0	266,5%
Lucro Líquido do Período	121,2	(67,9)	(156,0%)	398,7	338,5	(15,1%)

Balanço Patrimonial
Visão Contábil

Ativo	2023	2024
Ativo circulante	2.915,1	6.831,7
Caixa e equivalentes de caixa	73,3	181,2
Aplicações financeiras	676,4	593,4
Contas a receber de clientes	1.125,4	2.816,3
Estoques	774,3	2.218,8
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	136,0
Impostos a recuperar	111,7	323,4
IR e CS a recuperar	17,9	197,6
Outros valores a receber	136,0	365,1
Ativo não circulante	3.060,9	8.421,9
Aplicações financeiras	0,0	1,0
Instrumentos financeiros derivativos	78,2	62,3
Contas a receber de clientes	3,2	11,5
Depósitos judiciais	137,8	205,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	193,1	1.051,8
Impostos a recuperar	183,7	1.025,9
Outros valores a receber	7,8	9,4
Propriedades para investimento	4,2	4,1
Imobilizado	890,9	2.308,9
Intangível	1.561,9	3.741,4
Total do Ativo	5.975,9	15.253,5

Passivo	2023	2024
Passivo circulante	2.292,3	4.517,1
Empréstimos e financiamentos	882,2	1.476,5
Fornecedores	834,5	1.817,8
Instrumentos financeiros derivativos Passivo	59,5	0,0
Arrendamento	107,7	213,1
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2,7	0,0
Obrigações fiscais e sociais	100,5	269,3
Obrigações trabalhistas	103,9	351,5
Parcelamento de Impostos	1,9	17,6
Obrigações a pagar na aquisição de controlada	79,3	31,5
Outras contas a pagar	119,0	338,5
Receitas diferidas	1,3	1,3
Passivo não circulante	754,5	3.014,9
Empréstimos e financiamentos	198,9	1.178,2
Arrendamento	407,5	662,5
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	16,1	675,5
Impostos diferidos	0,0	245,6
Obrigações a pagar na aquisição de controlada	42,4	196,1
Parcelamento de Impostos	6,3	27,6
Instrumentos financeiros derivativos Passivo	78,2	0,0
Outras contas a pagar	0,0	25,6
Receitas diferidas	5,1	3,8
Patrimônio líquido	2.929,1	7.721,5
Capital social	1.738,2	2.317,2
Ações em tesouraria	(9,9)	(1,2)
Reservas de capital	183,9	4.234,7
Reserva de lucros	120,5	283,5
Reserva de Incentivos Fiscais	879,1	879,1
Ajuste de avaliação Patrimonial	2,0	(6,2)
Resultados abrangentes	(4,2)	(4,4)
Participação de não controladores	19,5	18,9
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.975,9	15.253,5

Fluxo de Caixa
Visão Contábil

R$ Milhões	2023	2024
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	398,7	338,5
Ajustes - conciliação do resultado à geração de caixa da atividade operacional		
Depreciações e amortizações	222,9	414,9
Perda por Impairment	-	131,9
Lucro de investimentos financeiros	(59,2)	(56,0)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	6,1	413,1
Imposto de renda e contribuição social	(22,7)	(348,6)
Outros	62,7	112,2
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(235,9)	(287,3)
Estoques	(29,1)	(273,4)
Impostos a recuperar	51,1	(166,9)
Variação de outros ativos	4,0	(167,2)
Depósitos judiciais	(56,7)	(4,2)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	135,9	205,5
Obrigações trabalhistas	(19,8)	(14,5)
Obrigações fiscais e sociais	43,1	118,2
Variação de outros passivos	(1,4)	117,1
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(58,9)	(6,9)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(28,2)	(162,3)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	412,6	364,0

Fluxo de Caixa
Visão Contábil

R$ Milhões	2023	2024
Atividades de Investimento		
Aquisição de ativos ficos e intangíveis	(235,2)	(419,0)
Aplicações financeiras	(3.843,9)	(5.562,2)
Resgate de aplicações financeiras	3.660,0	6.039,3
Aquisição de controlada, liquido do caixa obtido na aquisição	(194,9)	-
Caixa proveniente de combinação de negócios	-	467,9
Aquisição de participação de não controladores	-	(1,0)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(614,0)	525,1
Atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	968,2	658,5
Pagamentos de empréstimos financiamento	(273,8)	(968,5)
Pagamento de obrigação na aquisição de controlada	-	(89,9)
Contraprestação de arrendamento	(143,9)	(211,3)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(296,3)	(60,0)
Gastos na emissão de ações	-	(1,8)
Recompra de Ações	(11,2)	-
Juros sobre capital próprio	(263,3)	(118,7)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	242,9	791,8
Aumento (redução) em caixas e equivalentes de caixas	41,5	97,3
Caixa e equivalentes de caixa		
Efeito da variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	3,0	10,6
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	28,8	73,3
Caixa e equivalentes de caixa finais	73,3	181,2
Aumento (redução) em caixas e quivalentes de caixas	41,5	97,3

Rede de Lojas[1]

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
BU Calçados e Acessórios [1]					
Área (m²)	49.873	49.331	49.967	49.753	51.053
Lojas Próprias	11.454	11.431	11.962	11.870	12.187
Franquias	38.419	37.899	38.005	37.883	38.865
Número de Lojas	855	840	851	847	870
Lojas Próprias	90	88	92	91	92
Franquias	755	742	749	746	768
Internacional	10	10	10	10	10
BU Vestuário Feminino					
Área (m²)	45.937	45.450	46.209	45.683	47.324
Lojas Próprias	44.728	44.504	45.328	44.889	46.329
Franquias	1.209	946	881	794	996
Número de Lojas	326	319	317	317	326
Lojas Próprias	307	304	301	301	306
Franquias	15	11	9	8	12
Internacional	4	4	7	8	8
BU Vestuário Democrático					
Área (m²)	93.710	92.524	93.436	92.783	94.302
Lojas Próprias	18.098	18.098	18.618	18.535	19.187
Franquias	75.612	74.426	74.818	74.248	75.115
Número de Lojas	742	723	714	706	702
Lojas Próprias	71	71	71	70	69
Franquias	671	652	643	636	633
BU Vestuário Masculino					
Área (m²)	16.705	16.876	17.226	17.657	18.430
Lojas Próprias	10.690	10.746	10.964	11.103	11.718
Franquias	6.015	6.130	6.262	6.553	6.712
Número de Lojas	207	209	213	217	231
Lojas Próprias	118	118	120	121	129
Franquias	89	91	93	96	102

(1) Para mais detalhamento referente ao número de lojas em cada BU, a planilha completa se encontra no site de RI da Companhia

Resultados Pro Forma

Em 31 de julho de 2024, a incorporação do Grupo SOMA pela Arezzo&Co foi consumada, resultando na extinção do Grupo SOMA e sua sucessão, sem solução de continuidade, pela Arezzo&Co ("Combinação de Negócios"). Nesta mesma data, a Arezzo&Co passou a ser denominada "Azzas 2154".

Em decorrência da incorporação do Grupo SOMA pela Arezzo&Co ("Combinação de Negócios"), a Azzas 2154 (nova denominação da Arezzo&Co), passou a consolidar no 3T24 os resultados do Grupo SOMA. Portanto, as demonstrações contábeis do 4T24 já refletem três meses de operações consolidadas.

Para auxiliar o mercado na análise dos resultados e facilitar a sua visualização e interpretação, neste relatório incluímos os indicadores financeiros pro forma para o 4T23 e 2023, sendo estes meramente informativos e não revisados ou auditados. A planilha de resultados disponibilizada no site de RI (https://ri.azzas2154.com.br/resultados-e-apresentacoes/planilha-dinamica/), simula a estrutura da Azzas 2154 em unidades de negócio e equaliza os tratamentos contábeis entre Arezzo&Co e Grupo SOMA como se a Combinação de Negócios tivesse ocorrido no 1T22.
Azzas 2154 ressalta que:

1. As informações financeiras Pro Forma possuem caráter meramente informativo e foi elaborada exclusivamente para auxiliar o mercado na simulação dos resultados combinados, tendo em vista a Combinação de Negócios e destina-se única e exclusivamente para facilitar a visualização e interpretação dos dados de Azzas 2154.

2. As informações financeiras Pro Forma consideram tão somente equalizações contábeis e de critérios nas Demonstrações de Resultados desde o primeiro trimestre de 2022 até o terceiro trimestre de 2024 da Arezzo&Co e do Grupo SOMA, foram elaboradas pela Companhia, não tendo sido auditada e ou revisada pelos auditores independentes da Companhia e não constitui, sob qualquer hipótese, demonstrações financeiras, conforme a legislação e regulamentação aplicáveis;

3. As informações financeiras Pro Forma são apresentadas em caráter voluntário e não foi preparada com qualquer finalidade de ser informação financeira Pro Forma nos moldes da Orientação Técnica OCPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

4. As informações financeiras Pro Forma não devem ser utilizadas como base para decisões de investimento, tampouco interpretadas como projeção de desempenho futuro de Azzas 2154;

5. As informações financeiras Pro Forma não substituem quaisquer informações financeiras auditadas previamente divulgadas pela Arezzo&Co, pelo Grupo SOMA ou pela Azzas 2154, tampouco as informações financeiras Pro Forma divulgadas no contexto da Combinação de Negócios;

6. Recomenda-se aos investidores uma análise independente e detalhada da Planilha Pro Forma sempre e somente em conjunto com as informações financeiras revisadas ou auditadas da Arezzo&Co, do Grupo SOMA ou da Azzas 2154, conforme o caso.

Reconciliação do EBITDA Pro forma

R$ Milhões	2023	2024
Lucro Líquido (contábil)	398,7	338,5
IRPJ e CSLL (contábil)	22,7	348,6
Resultado Financeiro (contábil)	(182,8)	(393,7)
Depreciação e Amortização (contábil)	(214,4)	(402,2)
EBITDA (base contábil)	773,2	785,9
Ajustes (pro forma)	(2.060,5)	453,9
EBITDA (pro forma)	(1.287,3)	1.239,7

Ajustes (pro forma):

- Resultados do Grupo Soma nos períodos anteriores à incorporação pelo Azzas 2154 realizada em 31 de julho de 2024;
- Contabilização de devoluções na receita bruta com contrapartida na linha de devoluções.
- Contabilização da receita de frete de e-commerce como receita bruta com contrapartida na linha de despesa comercial.
- Contabilização de subvenções de ICMS brutas como receita de impostos com contrapartida no custo de mercadoria vendida.
- Ajuste a valor presente de fornecedores (AVP) com contrapartida na despesa financeira.
- Exclusão da taxa de cartão de crédito da despesa operacional com contrapartida na despesa financeira.
- Ajuste do imposto de renda e da contribuição social, refletindo a mudança na contabilização do estorno do ICMS decorrente da subvenção.

AZZAS 2154

Earnings Release 4T24

Relações com Investidores

ir@azzas2154.com.br

Azzas 2154 S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanço patrimonial	**8**
Demonstração do resultado	**10**
Demonstração de resultado abrangente	**11**
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	**12**
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	**14**
Demonstrações do valor adicionado	**15**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**16**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da

Azzas 2154 S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azzas 2154 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azzas 2154 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Combinação de negócios – Aquisição do Grupo de Moda Soma S.A.

Veja a Nota 5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adquiriu o controle acionário do Grupo de Moda Soma S.A. por meio da incorporação da holding do Grupo Soma, mediante a emissão de novas ações da Companhia que foram entregues aos acionistas do Grupo Soma em contrapartida. A contabilização de tal operação requer, entre outros procedimentos, que a Companhia avalie e aplique os requerimentos dos pronunciamentos CPC 15 – combinação de negócios e IFRS 3 – *business combinations* e, à luz de tais procedimentos, determine, entre outros aspectos, a contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos, principalmente marcas, carteira de clientes e imobilizado, bem como o valor justo dos passivos adquiridos, os impostos diferidos e o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e o desenvolvimento de estimativas pela Administração, baseadas em metodologias específicas e que envolvem premissas relacionadas ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido ao grau de julgamento envolvido na aplicação dos pronunciamentos contábeis e das metodologias de avaliação, bem como as incertezas relacionadas a premissas, tais como expectativas de receitas futuras, custos e despesas, bem como a taxa de desconto, inerentes à mensuração do valor justo, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente: – leitura dos contratos celebrados que formalizaram a combinação de negócios; – avaliação dos julgamentos da Administração em relação á aplicação dos pronunciamentos CPC 15 e do IFRS 3; – com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos intangíveis adquiridos, principalmente carteira de clientes e marcas e avaliamos se as premissas utilizadas são adequadas; – com auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos tangíveis, avaliamos os métodos utilizados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos tangíveis identificáveis adquiridos; – com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a apuração e contabilização do ágio por expectativa de rentabilidade futura e seus impactos tributários; – avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Verificamos que algumas divulgações relacionadas à combinação de negócios não foram apresentadas pela Companhia por terem sido consideradas imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre a combinação de negócios são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

	consolidadas tomadas em conjunto.

Crédito extemporâneo de impostos sobre o lucro	
Veja a Nota 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Ao longo do ano de 2024, a Companhia e suas controladas apuraram créditos tributários extemporâneos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, decorrentes da exclusão de incentivos fiscais do ICMS nas apurações do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, resultando em créditos correntes e diferidos de imposto de renda e contribuição social adicionais de R$ 151.018 mil na controladora e R$ 210.119 mil no consolidado, reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício. O reconhecimento e a fundamentação destes créditos requerem que a Companhia exerça julgamento ao avaliar riscos e aspectos relacionados à aplicação da legislação vigente, o posicionamento de autoridades fiscais e do judiciário, bem como a opinião jurídica de seus assessores externos. Devido aos montantes envolvidos e às incertezas inerentes envolvidas no desenvolvimento dos julgamentos pela Administração, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente: – com o auxílio de nossos especialistas em impostos, recalculamos os valores dos créditos tributários reconhecidos; – com auxílio dos nossos especialistas de *Legal*, avaliamos a argumentação técnica incluída nas opiniões legais dos assessores jurídicos da Companhia; – avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem a natureza e os efeitos deste assunto. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre a combinação de negócios são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 11 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	Controladora		Consolidado	
Ativo	**explicativa**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**32.112**	15.044	**181.160**	73.316
Aplicações financeiras	7	**173.601**	267.441	**593.383**	676.398
Contas a receber de clientes	8	**1.872.214**	1.549.025	**2.816.294**	1.125.449
Estoques	9	**362.595**	381.918	**2.218.815**	774.282
Instrumentos financeiros derivativos	10	**123.324**	-	**135.965**	-
Impostos a recuperar	11	**56.219**	29.427	**323.374**	111.728
IR e CS a recuperar	11	**101.969**	16.486	**197.612**	17.910
Outros valores a receber	12	**229.532**	118.223	**365.080**	135.971
Total do ativo circulante		**2.951.566**	2.377.564	**6.831.683**	2.915.054
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7	**-**	-	**1.027**	-
Instrumentos financeiros derivativos	10	**-**	-	**62.331**	78.211
Contas a receber de clientes	8	**29.204**	22.665	**11.456**	3.238
Depósitos judiciais	21	**52.979**	35.996	**205.657**	137.793
Partes relacionadas - Mútuo	14	**85.074**	40.313	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	**195.512**	127.725	**1.051.786**	193.081
Impostos a recuperar	11	**318.166**	179.017	**1.025.853**	183.695
Outros valores a receber	12	**3.736**	4.762	**9.430**	7.805
		684.671	410.478	**2.367.540**	603.823
Investimento	15	**4.818.974**	1.043.198	**-**	-
Propriedades para investimento		**2.860**	2.860	**4.060**	4.192
Imobilizado	16	**333.794**	328.295	**2.308.909**	890.929
Intangível	17	**1.794.184**	987.080	**3.741.353**	1.561.906
		6.949.812	2.361.433	**6.054.322**	2.457.027
Total do ativo não circulante		**7.634.483**	2.771.911	**8.421.862**	3.060.850
Total do ativo		**10.586.049**	5.149.475	**15.253.545**	5.975.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	Controladora		Consolidado	
Passivo	**explicativa**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	**515.313**	529.035	**1.476.529**	882.205
Fornecedores	19	**764.192**	657.375	**1.817.847**	834.464
Instrumentos financeiros derivativos passivo	10	**-**	59.470	**-**	59.470
Arrendamento	20	**31.327**	28.588	**213.145**	107.671
Imposto de renda e contribuição social a pagar		**-**	-	**-**	2.665
Obrigações fiscais e sociais		**39.157**	39.130	**269.309**	100.517
Obrigações trabalhistas		**104.611**	69.536	**351.488**	103.863
Parcelamento de impostos		**9.445**	-	**17.556**	1.890
Obrigações a pagar na aquisição de controlada		**31.455**	69.617	**31.455**	79.251
Outras contas a pagar	22	**109.180**	68.283	**338.503**	118.987
Receitas diferidas		**1.300**	1.300	**1.300**	1.300
Total do passivo circulante		**1.605.980**	1.522.334	**4.517.132**	2.292.283
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	**440.542**	150.320	**1.178.202**	198.919
Arrendamento	20	**138.782**	151.714	**662.525**	407.514
Partes relacionadas mútuo	14	**232.244**	218.260	**-**	-
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	21	**58.580**	11.406	**675.521**	16.110
Impostos diferidos	13	**-**	-	**245.620**	-
Obrigações a pagar na aquisição de controlada	10	**77.840**	-	**196.091**	42.424
Parcelamento de Impostos		**21.100**	-	**27.576**	6.252
Instrumentos financeiros derivativos Passivo	10	**-**	-	**-**	78.211
Provisão para perdas com inventimentos		**304.536**	180.796	**-**	-
Outras contas a pagar	22	**-**	-	**25.571**	-
Receitas diferidas		**3.792**	5.092	**3.792**	5.092
Total do passivo não circulante		**1.277.416**	**717.588**	**3.014.898**	**754.522**
Total de passivo		**2.883.396**	2.239.922	**7.532.030**	3.046.805
Patrimônio líquido					
Capital social	23	**2.317.183**	1.738.229	**2.317.183**	1.738.229
Ações em tesouraria	23.5	**(1.238)**	(9.923)	**(1.238)**	(9.923)
Reservas de capital		**4.234.652**	183.853	**4.234.652**	183.853
Reserva de lucros		**283.497**	120.520	**283.497**	120.520
Reserva de Incentivos Fiscais	23.3.2	**879.079**	879.079	**879.079**	879.079
Ajuste de avaliação Patrimonial		**(6.150)**	1.959	**(6.150)**	1.959
Outros resultados abrangentes		**(4.370)**	(4.164)	**(4.370)**	(4.164)
Resultado do exercicio		**-**	-	**-**	-
Patrimonio líquido atribuível aos acionistas controladores		**7.702.653**	**2.909.553**	**7.702.653**	**2.909.553**
Participação de não controladores		-	-	18.862	19.546
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.586.049**	**5.149.475**	**15.253.545**	**5.975.904**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	26	**4.622.088**	4.037.684	**8.379.753**	4.846.768
Custo das mercadorias vendidas	28	**(2.356.998)**	(2.061.974)	**(3.914.692)**	(2.217.707)
Lucro bruto		**2.265.090**	1.975.710	**4.465.061**	2.629.061
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	28	**(1.179.013)**	(972.460)	**(2.834.836)**	(1.713.632)
Administrativas e gerais	28	**(376.371)**	(335.141)	**(1.048.954)**	(395.572)
Equivalência patrimonial	15	**(305.608)**	(223.282)	**-**	-
Outras receitas operacionais	31	**24.845**	48.998	**49.295**	68.025
Outras despesas operacionais	31	**(82.808)**	(16.146)	**(246.927)**	(29.098)
Total das receitas (despesas) operacionais		**(1.918.955)**	(1.498.031)	**(4.081.422)**	(2.070.277)
Lucro antes do resultado financeiro		**346.135**	477.679	**383.639**	558.784
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	30	**(192.684)**	(118.204)	**(465.484)**	(212.372)
Receitas financeiras	30	**42.189**	55.135	**111.986**	74.345
Variação cambial líquida	30	**(17.583)**	(46.819)	**(40.199)**	(44.816)
Total do resultado financeiro		**(168.078)**	(109.888)	**(393.697)**	(182.843)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**178.057**	367.791	**(10.058)**	375.941
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	13	**69.482**	(12.447)	**65.577**	(54.500)
Diferido	13	**94.188**	44.056	**283.030**	77.232
Total do imposto de renda e contribuição social		**163.670**	31.609	**348.607**	22.732
Lucro líquido do exercício		**341.727**	399.400	**338.549**	398.673
Lucro líquido do exercício atribuível					
Acionistas controladores		**341.727**	399.400	**341.727**	399.400
Acionistas não controladores		**-**	-	**(3.178)**	(727)
		341.727	399.400	**338.549**	398.673
Lucro básico por ação - R$	25	**2,6145**	3,6042	**2,6145**	3,6042
Lucro diluído por ação - R$	25	**2,5631**	3,5126	**2,5631**	3,5126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	**341.727**	399.400	**338.549**	398.673
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	**(8.315)**	6.209	**(8.521)**	5.593
Resultado abrangente atribuível aos:	**333.412**	405.609	**330.028**	404.266
Acionistas controladores	**333.412**	405.609	**333.412**	405.609
Acionistas não controladores	**-**	-	**(3.384)**	(1.343)
	333.412	**405.609**	**330.028**	404.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

					Reserva de lucros							
	NE	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção de lucros	Resultado do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.738.229**	**(9.923)**	**183.853**	**98.716**	**879.079**	**21.804**	-	**(2.205)**	**2.909.553**	**19.546**	**2.929.099**
Mudança na participação societária de não controladores		**-**	**-**	**(7.821)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.821)**	**(979)**	**(8.800)**
Lucro líquido do exercício	24	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**341.727**	**-**	**341.727**	**(3.178)**	**338.549**
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.738**	**1.738**
Outros resultados abrangentes do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(8.315)**	**(8.315)**	**(206)**	**(8.521)**
Total de resultados abrangentes do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**341.727**	**(8.315)**	**333.412**	**(1.646)**	**331.766**
Opção de compra na aquisição de controlada		**-**	**-**	**(30.766)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(30.766)**	**-**	**(30.766)**
Aumento de capital social		**578.954**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**578.954**	**1.941**	**580.895**
Incorporação de ações para aquisição de controlada		**-**	**8.087**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.087**	**-**	**8.087**
Gastos na emissão de ações		-	-	**(1.793)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.793)**	-	**(1.793)**
Ações restritas e opções de ações outorgadas reconhecidas		-	-	**17.316**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.316**	-	**17.316**
Ações restritas distribuídas		-	**598**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**598**	-	**598**
Venda de ações relacionada com a combinação de negócios		-	-	**6.712**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.712**	-	**6.712**
Reservas de capital na combinação de negócios		-	-	**4.067.151**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.067.151**	-	**4.067.151**
Reserva de retençao de lucros	23.3.3	-	-	**-**	**-**	**-**	**162.977**	**(162.977)**	**-**	**-**	-	**-**
Destinação:												
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	-	-	-	**(118.750)**	**-**	**(118.750)**	**-**	**(118.750)**
Dividendos intermediários	24	-	-	-	-	-	-	**(60.000)**	**-**	**(60.000)**	**-**	**(60.000)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		**2.317.183**	**(1.238)**	**4.234.652**	**98.716**	**879.079**	**184.781**	**-**	**(10.520)**	**7.702.653**	**18.862**	**7.721.515**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

					Reserva de lucros							
	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Resultado do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.671.716**	**(46)**	**176.140**	**78.746**	**560.789**	**174.861**	**-**	**-**	**(8.414)**	**801**	**2.654.593**
Aquisição de controlada com partitipação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.155	19.155
Lucro líquido do exercício	24	-	-	-	-	-	-	-	399.400	-	(727)	398.673
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	6.209	(616)	5.593
Total de resultados abrangentes do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	399.400	6.209	(1.343)	404.266
Aumento de capital social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	933	933
Incorporação de ações para aquisição de controlada		66.513	-	(7.239)	-	-	-	-	-	-	-	59.274
Ações restritas e opções de ações outorgadas reconhecidas		-	-	16.323	-	-	-	-	-	-	-	16.323
Ações restritas distribuídas		-	1.432	(1.371)	-	-	-	-	-	-	-	61
Reserva legal		-	-	-	19.970	-	-	-	(19.970)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	23.3.2	-	-	-	-	318.290	-	-	(318.290)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	23.3.3	-	-	-	-	-	19.022	-	(19.022)	-	-	-
Ações próprias adquiridas		-	(11.309)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.309)
Destinação:												
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	-	-	(139.119)	-	(42.118)	-	-	(181.237)
Dividendos	24	-	-	-	-	-	(32.960)	-	-	-	-	(32.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.738.229**	**(9.923)**	**183.853**	**98.716**	**879.079**	**21.804**	**-**	**-**	**(2.205)**	**19.546**	**2.929.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**341.727**	399.400	**338.549**	398.673
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	**127.616**	115.270	**414.855**	222.944
Resultado na venda de ativos permanentes	**2.751**	(1.183)	**13.156**	8.168
Perda por impairment	**3.009**	-	**131.881**	-
Resultado de equivalencia patrimonial	**305.608**	223.282	**-**	-
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	**9.615**	(320)	**35.270**	(1.666)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	**245.220**	(8.220)	**413.057**	6.136
Rendimento de aplicação financeira	**(18.863)**	(32.811)	**(55.966)**	(59.201)
Perdas esperadas	**14.633**	(1.474)	**(13.669)**	(1.317)
Estimativa de perda nos estoques	**65.008**	(5.630)	**67.990**	(1.696)
Plano de opções de ações e ações restritas	**17.916**	17.348	**17.916**	17.348
Juros de arrendamento	**21.519**	22.379	**62.767**	43.080
Receitas extemporâneas	**(11.830)**	(22.596)	**(22.363)**	(40.977)
Despesas extemporâneas	**28.560**	-	**68.587**	-
Imposto de renda e contribuição social	**(163.670)**	(31.609)	**(348.607)**	(22.732)
Outros	**(181.086)**	45.707	**(117.469)**	39.750
Descréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	**(337.882)**	(772.823)	**(287.336)**	(235.857)
Estoques	**(5.003)**	55.665	**(273.352)**	(29.144)
Impostos a recuperar	**(119.691)**	59.171	**(166.900)**	51.117
Variação de outros ativos	**(155.544)**	4.716	**(167.204)**	3.973
Depósitos judiciais	**2.381**	(10.714)	**(4.193)**	(56.685)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	**100.019**	7.578	**205.506**	135.914
Obrigações trabalhistas	**(3.501)**	(29.830)	**(14.518)**	(19.796)
Obrigações fiscais e sociais	**59.551**	23.791	**118.173**	43.113
Variação de outros passivos	**31.785**	(8.979)	**117.077**	(1.397)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	**-**	(17.035)	**(6.937)**	(58.926)
Pagamento de juros sobre empréstimos	**(60.425)**	(25.376)	**(162.314)**	(28.230)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**319.423**	5.707	**363.956**	412.592
Das atividades de Investimento				
Acréscimo do imobilizado e intangível	**(160.428)**	(153.282)	**(418.962)**	(235.201)
Caixa proveniente de combinação de negócios	**1.163**	-	**467.861**	-
Aquisição de controlada, liquido do caixa obtido na aquisição	**-**	(40.000)	**-**	(194.866)
Aquisição de participação de não controladores	**-**	-	**(979)**	-
Recebimento de dividendos	**72.445**	-	**-**	-
Aplicações financeiras	**(2.830.430)**	(2.554.448)	**(5.562.189)**	(3.843.876)
Resgate de aplicações financeiras	**2.937.425**	2.490.172	**6.039.337**	3.659.954
Integralização de capital em controladas	**-**	(138.225)	**-**	-
Caixa líquido usado (gerado) nas atividades de investimento	**20.175**	(395.783)	**525.068**	(613.989)
Das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	**440.000**	696.847	**658.468**	968.219
Pagamentos de empréstimos financiamento	**(428.786)**	(150.151)	**(968.544)**	(273.847)
Contraprestação de arrendamento	**(51.830)**	(56.733)	**(211.288)**	(143.892)
Mútuos s/ financiamento	**(30.777)**	214.701	**-**	-
Juros sobre o capital próprio	**(118.749)**	(263.342)	**(118.749)**	(263.342)
Pagamento de dividendos	**(60.000)**	(32.960)	**(60.000)**	(32.960)
Pagamento de obrigação na aquisição de controlada	**(70.596)**	-	**(89.866)**	-
Gastos na emissão de ações	**(1.792)**	-	**(1.792)**	-
Recompra de Ações	**-**	(11.248)	**-**	(11.248)
Caixa líquido usado (gerado) pelas atividades de financiamento	**(322.530)**	397.114	**(791.771)**	242.930
Aumento (redução) das disponibilidades	**17.068**	7.038	**97.252**	41.533
Efeito da variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	**-**	-	**10.592**	2.957
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	**15.044**	8.006	**73.316**	28.826
Caixa e equivalentes de caixa finais	**32.112**	15.044	**181.160**	73.316
Aumento (redução) das disponibilidades	**17.068**	7.038	**97.252**	41.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas	**4.953.045**	4.659.588	**9.385.451**	5.562.763
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**5.242.668**	4.920.836	**10.164.948**	6.087.569
Abatimentos, descontos e devoluções	**(274.991)**	(262.722)	**(790.086)**	(526.123)
Perdas esperadas	**(14.632)**	1.474	**10.589**	1.317
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.945.626)**	(3.380.135)	**(6.825.779)**	(3.771.035)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(2.993.016)**	(2.618.381)	**(4.474.078)**	(2.469.547)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	**(934.919)**	(744.132)	**(2.198.891)**	(1.246.859)
Outros custos de produtos e serviços prestados	**(17.691)**	(17.622)	**(152.810)**	(54.629)
Valor adicionado bruto	**1.007.419**	1.279.453	**2.559.672**	1.791.728
Retenções	**(127.616)**	(115.270)	**(414.855)**	(222.944)
Depreciação, amortização e exaustão	**(127.616)**	(115.270)	**(414.855)**	(222.944)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**879.803**	1.164.183	**2.144.817**	1.568.784
Valor adicionado recebido em transferência	**(281.646)**	(116.771)	**66.072**	146.747
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos de investimentos avaliados ao custo	**(305.608)**	(223.282)	**-**	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa	**57.175**	56.312	**238.954**	84.078
Outras receitas (despesas)	**(33.213)**	50.199	**(172.882)**	62.669
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**598.157**	1.047.412	**2.210.889**	1.715.531
Distribuição de valor adicionado:				
Empregados	**431.463**	386.171	**1.309.395**	664.015
Remuneração direta	**383.381**	323.048	**1.158.645**	583.769
FGTS	**20.681**	23.752	**88.585**	39.283
Participação dos empregados no lucro	**2.651**	22.023	**37.415**	23.615
Plano de opções de ações e ações restritas	**24.750**	17.348	**24.750**	17.348
Tributos	**(425.432)**	57.155	**(254.423)**	300.467
Federais	**(23.667)**	150.958	**(95.132)**	247.977
Estaduais	**(406.270)**	(97.639)	**(173.822)**	45.835
Municipais	**4.505**	3.836	**14.531**	6.655
Financiadores	**250.399**	204.686	**817.368**	352.376
Juros	**58.424**	66.806	**226.155**	98.414
Aluguéis	**25.146**	38.486	**184.717**	85.455
Despesas financeiras	**166.829**	99.394	**406.496**	168.507
Remuneração de capitais próprios	**341.727**	399.400	**338.549**	398.673
Juros sobre o capital próprio	**118.750**	181.237	**118.750**	181.237
Dividendos	**60.000**	-	**60.000**	-
Lucros retidos no exercício	**162.977**	218.163	**162.977**	218.163
Participação de não controladores nos lucros retidos	**-**	-	**(3.178)**	(727)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**598.157**	1.047.412	**2.210.889**	1.715.531

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

Azzas 2154 S.A. (a "Companhia" ou a "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – sala 402, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) sob o código AZZA3 desde 1 de agosto de 2024.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio varejista e atacadista de calçados, bolsas, acessórios, vestuário para o mercado feminino, principalmente, masculino e democrático.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com 1495 franquias no Brasil e 28 no exterior; 596 lojas próprias no Brasil e 10 lojas próprias no exterior; e um canal "webcommerce", destinado à venda de produtos das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Alme, Vans, Reserva, Reserva Mini, Reserva INK, Reserva Go, Oficina Reserva, Brizza, Troc, Baw, Carol Bassi, ZZMALL, Reversa, Simples Reserva, Paris Texas, Vicenza, Animale, Farm, Farm Global, Fábula, Foxton, Cris Barros, Off Premium, Maria Filó, NV, Hering e Dzarm.

O sistema de franquias e a estrutura de lojas próprias são controlados pela própria Companhia.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas na Nota 2.2.

1.2. Eventos relevantes do exercício

Em 4 de fevereiro de 2024, as Companhias Arezzo&Co e Grupo Soma celebraram Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo de Associação") tendo por objeto a junção de seus negócios e a unificação das respectivas bases acionárias ("Operação").

O Grupo Soma, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, foi fundado em 2010, com a fusão das marcas Animale e Farm. Ao longo dos anos, o Grupo cresceu com diversas marcas, chegando ao ano de 2021 quando adquiriu NV, DZARM e Hering.

Até o segundo semestre de 2024, a operação do Grupo Soma contava com 373 lojas próprias e 658 franquias, distribuídas por todos os Estados do Brasil e, internacionalmente, nos Estados Unidos e Europa (Farm), Uruguai, Bolívia e Paraguai (Cia. Hering).

Em 31 de julho de 2024 a operação foi finalizada com a confirmação pelos Conselhos de Administração das Companhias das condições suspensivas a que estava sujeita a incorporação do Grupo Soma pela Arezzo&Co, conforme esclarece a nota explicativa 5 – Combinação de Negócios.

Em 01 de dezembro de 2024, a empresa Vicenza, adquirida 100% em 30 de maio de 2023, foi incorporada pela Controladora. Essa incorporação foi realizada sem relação de substituição e não acarretará aumento de capital da Companhia nem a emissão de novas ações pela Companhia. Portanto, não houve diluição do capital social da Companhia.

A partir desta data a Vicenza será extinta de pleno direito e para todos os fins, e a Companhia sucederá a Vicenza, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os direitos e obrigações.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 e suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para divulgação em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2025.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual é assim resumida:

Controladas	País-sede	Participação total			
		2024		2023	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB") (a)	Brasil	**99,99%**	-	99,99%	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP") (b)	Brasil	**99,99%**	-	99,99%	-
RBX Fashion GMBH (c)	Austria	**100,00%**	-	-	-
ZZEXP Comercial Exportadora S/A ("ZZEXP") (d)	Brasil	**100,00%**	-	99,99%	-
Tiferet Comércio de Roupas Ltda. ("Tiferet") (e)	Brasil	**100,00%**	-	100,00%	-
Soma Brands Brasil Ltda. (f)	Brasil	**100,00%**	-	-	-
Cidade Maravilhosa Ind. E Comércio de Roupas S.A. (g)	Brasil	**100,00%**	-	-	-
Soma Ventures Participações Ltda. (h)	Brasil	**100,00%**	-	-	-
ARZZ International INC. ("ARZZ") (i)	Estados Unidos	**100,00%**	-	100,00%	-
ARZZ Itália SRL (j)	Itália	**100,00%**	-	100,00%	-
Soma Brands Group "UK CO." Company (k)	Reino Unido	**100,00%**	-	-	-
Paris Texas (l)	Itália	-	**65,00%**	-	65,00%
Troc.com.br Atividades de Internet S.A. ("Troc") (m)	Brasil	-	**100,00%**	-	81,06%
Guaraná Brasil Difusão de Moda Ltda. ("Carol Bassi") (n)	Brasil	-	**100,00%**	-	100,00%
CIA. HERING (o)	Brasil	-	**100,00%**	-	-
HRG Com. de Vest. E Interm. De Serv. Financ. Ltda. (p)	Brasil	-	**100,00%**	-	-
ARZZ Co. LLC (q)	Estados Unidos	-	**100,00%**	-	100,00%
Schutz 655 LLC (r)	Estados Unidos	-	**100,00%**	-	100,00%
Schutz Cali LLC (s)	Estados Unidos	-	**100,00%**	-	100,00%
Plantage Rio, INC. (t)	Estados Unidos	-	**100,00%**	-	-
Soma Brands France Registration (u)	França	-	**100,00%**	-	-
Soma Brands UK Company (v)	Reino Unido	-	**100,00%**	-	-
Soma Brands INTL GMBH (w)	Suiça	-	**100,00%**	-	-
Hering INTL S.A.F.I. (x)	Uruguai	-	**100,00%**	-	-
Sitedur S.A. (y)	Uruguai	-	**100,00%**	-	-

a) ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

b) ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

c) RBX Fashion GMBH

Empresa fundada em dezembro de 2022, cujo objeto social é comércio de roupas em países estrangeiros.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.2. Bases de consolidação—Continuação

d) ZZEXP Comercial Exportadora S/A ("ZZEXP")

A ZZEXP tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda.

e) Tiferet Comércio de Roupas Ltda. ("Tiferet")

A Tiferet tem por objeto a comercialização e exportação de sapatos, bolsas, cintos, artigos de vestuário e acessórios de moda.

f) Soma Brands Brasil Ltda

Empresa fundada em 15 de março de 2024, cujo objeto social é a confecção de peças de vestuário, acessórios e joalheria, bem como na comercialização varejista e atacadista, em lojas físicas e webcommerce, destes itens e mercadorias em geral, gestão de participações em outras sociedades e gestão de ativos intangíveis não financeiros.

g) Cidade Maravilhosa Ind. E Comércio de Roupas S.A.

Seu objeto social é a confecção/fabricação de peças de vestuário e acessórios, bem como a venda pelo atacado de mercadorias em geral.

h) Soma Ventures Participações Ltda.

Holding fundada em maio de 2021, com intuito de ser veículo de investimento e aceleração de marcas em estágio inicial com grande potencial de crescimento.

i) ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC, Schutz Cali e Showroom Itália.

j) ARZZ Itália SRL

Em 02 de março de 2023, a ARZZ Itália S.r.l, subsidiária integral da Companhia constituída sob as leis da Itália, antes subsidiária indireta da controladora (subsidiária direta da controlada ARZZ Estados Unidos), passou a integrar a base de consolidação como subsidiária direta da Companhia.

k) Soma Brands Group "UK CO." Company

Holding fundada em abril de 2023, cujo objeto social é comércio de roupas em países estrangeiros.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.2. Bases de consolidação—Continuação

l) Paris Texas

Em 02 de março de 2023, a Companhia, mediante a sua subsidiária ARZZ Itália, adquiriu 65% do capital social da Paris Texas, ("Paris Texas"), obtendo a transferência de seu controle e o fechamento da operação.

m) Troc

A Troc trata-se de uma sociedade anônima, cujo objeto consiste na intermediação de negócios envolvendo compra e venda de roupas femininas, infantis, bolsas, sapatos e acessórios de marcas premium e de luxo, de segunda mão, por meio de um portal online, de endereço www.troc.com.br.

n) Guaraná Brasil Difusão de Moda Ltda. (Carol Bassi)

A Carol Bassi trata-se de sociedade empresária limitada cujo objeto é a exploração do ramo de atividade de indústria e comércio varejista de artigos do vestiário feminino de luxo.

o) Cia. Hering

Seu objeto social é confecção de artigos de vestuário e acessórios em geral, bem como a comercialização varejista e atacadista

p) HRG Com. de Vest. E Interm. De Serv. Financ. Ltda.

Seu objeto social é confecção de artigos de vestuário e acessórios em geral, bem como a comercialização varejista e atacadista.

q) ARZZ Co. LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

r) Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

s) Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.2. Bases de consolidação—Continuação

t) Plantage Rio, INC.

Seu objeto social é o comércio varejista de artigos de vestuário, acessórios, assim como mercadorias em geral. Ela possui sede no Estado de Delaware, Estados Unidos.

u) Soma Brands France Registration

Empresa fundada em abril de 2023, cujo objeto social é a comercialização de peças de vestuário e acessórios, bem como a venda pelo atacado de mercadorias em geral em países estrangeiros.

v) Soma Brands UK Company

Empresa fundada em abril de 2023, cujo objeto social é a comercialização de peças de vestuário e acessórios, bem como a venda pelo atacado de mercadorias em geral em países estrangeiros.

w) Soma Brands INTL GMBH

Empresa fundada em dezembro de 2022, cujo objeto social é comércio de roupas em países estrangeiros.

x) Hering INTL S.A.F.I.

Seu objeto social é confecção de artigos de vestuário e acessórios em geral, bem como a comercialização varejista e atacadista.

y) Sitedur S.A.

Seu objeto social é confecção de artigos de vestuário e acessórios em geral, bem como a comercialização varejista e atacadista.

2.3. Moeda funcional

Apresentamos as demonstrações financeiras em Reais (R$), moeda funcional da Companhia, com saldos arredondados para o milhar mais próximo. As controladas no exterior, tem como moeda funcional o Dólar, o Euro e ainda a Libra Esterlina, sendo que as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal e os ativos e passivos pela taxa final. As variações são ajustadas sob a rubrica de ajustes de conversão de câmbio.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

2.4.1. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à

2. Políticas contábeis—Continuação

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira —Continuação

2.4.2. Empresas controladas

taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. A norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para os quais se aplicam normas específicas.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

i. Identificação de um contrato com o cliente;
ii. Determinação das obrigações de desempenho;
iii. Determinação do preço da transação;
iv. Alocação do preço da transação; e
v. Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

I. Vendas de mercadorias

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performance forem concluídas.

As receitas do Grupo (Controladora e suas controladas) advêm principalmente da venda de calçados femininos, masculinos, infantis, bolsas, acessórios e vestuário para o consumidor final. Tratando-se de um Grupo que atua na indústria de varejo de calçados, vestuário e acessórios, onde o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas, onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho, não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Além disso, as receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.5. Reconhecimento de receita

II. Receita de vendas de mercadorias aos franqueados e royalties

A receita de venda de mercadorias aos franqueados é reconhecida quando a obrigação de performance é cumprida, que compreende a transferência da mercadoria ao franqueado em suas dependências. Adicionalmente, no momento em que a obrigação de performance da venda é cumprida há, também, o reconhecimento da receita de royalties, conforme percentuais definidos em contrato.

III. Devoluções e cancelamentos

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja altamente provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

I. Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio.
II. Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
III. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As estimativas de perdas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando perdas relacionadas a itens desta natureza sejam consideradas prováveis pela Administração.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.8. Investimentos em controladas—Continuação

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação, menos a depreciação acumulada e provisão para a redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16 e leva em consideração a vida útil estimada dos bens para o exercício corrente e comparativo, conforme segue:

	Vida útil média estimada
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento. Após o reconhecimento, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.10. Intangível—Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados, no mínimo, anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.11. Arrendamentos

Na data de início do contrato, a Companhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos para efetuar pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes, na data de início dos arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamentos. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos e ainda uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.11. Arrendamentos—Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita nos arrendamentos não é imediatamente determinável. Para os contratos de arrendamentos reconhecidos nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou uma taxa nominal correspondente às cotações de mercado que variam nos Estados Unidos da América às taxas 1,8% a.a a 6,0% a.a (1,8% a.a a 2,5% a.a em 31 de dezembro de 2023), na Europa que variam de 5,0% a.a a 8,0% a.a e no Brasil de 3,6% a.a a 18,3% a.a (3,6% a.a a 16,5% a.a em 31 de dezembro de 2023).

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamentos é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo dos arrendamentos e a vida útil estimada dos ativos. Os valores de direito de uso foram contabilizados no ativo não circulante na rubrica de imobilizado e o passivo nas rubricas de arrendamento no passivo circulante e passivo não circulante.

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

2.12.1. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.12.2. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Os testes realizados para os ativos não financeiros não indicaram a necessidade de reconhecer uma perda por desvalorização em 31 de dezembro de 2024 e 2023, adicionalmente, foram provisionadas perdas de ativos intangíveis de vida útil indefinida, decorrentes da revisão do portfólio, conforme detalhado na Nota 17.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.13. Provisões

2.13.1 Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.13. Provisões—Continuação

2.13.2 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação

2.14.1. Impostos

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos, exceto:

I. Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
II. Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos; e
III. Quando o valor líquido dos impostos, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As transações comerciais da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4,00% a 22,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50% a 2,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	1,82% a 10,12%
Corporate Income Tax (Estados Unidos/Europa)	20,5% A 26%
Value - Added (Europa)	8,1% a 20%

Na demonstração do resultado, as receitas são apresentadas líquidas destes tributos. Os benefícios fiscais e os regimes especiais de tributação estão divulgados na nota 34.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.14. Tributação—Continuação

2.14.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.14.3. Impostos diferidos

A Companhia aplica a interpretação técnica IFRIC 23/ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais do imposto de renda e sobre a base negativa de contribuição social na data do balanço. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

I. Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
II. Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias é controlado pela Companhia e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível; e
III. Em 01 de janeiro de 2023 entrou em vigor a emenda do CPC 32/IAS 12, que requer reconhecimento de imposto diferido ativo e passivo, sobre as adições aos direitos de uso, passivos de arrendamento e mensuração subsequentes destes ativos e passivos.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos não reconhecidos e/ou baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.14. Tributação—Continuação

2.14.3. Impostos Diferidos—Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.15. Outros benefícios a empregados

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legalmente executável para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, se os impostos diferidos são relacionados e sujeitos à mesma entidade tributária e se houver a intenção da administração em fazer a liquidação simultânea ou pelo valor líquidos dos impostos ativos e passivos.

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis, como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.18. Instrumentos financeiros

2.18.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras, sendo classificados nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio de resultado conforme descrito na Nota 29.

2.18.2. Mensuração subsequente

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e obrigações a pagar na aquisição de controlada. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados na Nota 29.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

I. Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

O ativo ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- **a.** o ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- **b.** os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
  Passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

II. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou o ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.19. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.20. Informações por segmento

As atividades da companhia estão concentradas no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, masculinos, infantis, bolsas, acessórios e vestuário em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados pelas marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Alme, Vans, Reserva, Reserva Mini, Reserva Go, Oficina, INK, Troc, Baw, Carol Bassi, Brizza, Reversa, Simples Reserva, Paris Texas, Vicenza, embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda.

2.21. Pagamento baseado em ações

2.21.1 Plano ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano.

A despesa é registrada em uma base “pro rata temporis” que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 33.1.

2.22. Combinações de Negócio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado através da comparação entre o montante da contraprestação transferida, incluindo o valor das participações minoritárias na entidade adquirida e o valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), com os valores líquidos a valor justo, na data de aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a mensuração, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, incluindo o valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.22. Combinações de Negócio—Continuação

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída no montante de contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação após o período de mensuração são ajustes do período em que ocorrem, e ajustadas prospectivamente, com correspondentes impacto no resultado do período. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, e ajustados aos montantes dos ativos adquiridos ou passivos assumidos, e ao ágio.

O ágio é reconhecido e inicialmente mensurado conforme descrito acima. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem.

2.23. Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. Quando o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

O estatuto da Companhia permite a constituição de reservas estatutárias de acordo com a Lei nº 6.404/76, observando que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência, a Reserva de Incentivos Fiscais e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

2. Políticas contábeis—Continuação

2.24. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

2.25. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia e suas controladas gozam de incentivos fiscais de ICMS, que de acordo com a Lei complementar 160/17, são classificados como subvenção para investimentos. O saldo da reserva se refere aos incentivos fiscais de ICMS destinados em exercícios anteriores.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

I. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de projeções para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

3.2. Estimativas e premissas --Continuação

II. Provisões para riscos tributários e realização de imposto de renda e contribuição social diferido ativo

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

III. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, a volatilidade da ação e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 33.

IV. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

V. Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque esta taxa de juro implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Para os contratos de arrendamento reconhecidos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou uma taxa nominal correspondente às cotações de mercado, que variam entre a taxa de 1,8% a.a a 6,0% a.a nos Estados Unidos da América (1,8% a.a a 2,5% a.a em 31 de dezembro de 2023), na Europa que variam de 5,0% a.a a 8,0% a.a e no Brasil de 3,6% a.a a 18,3% a.a (3,6% a.a a 16,5% a.a em 31 de dezembro de 2023). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

3.2. Estimativas e premissas --Continuação

V. Arrendamentos--Continuação

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21; e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. Combinação de negócios

Em 31 de julho de 2024 ("Data do Fechamento"), a Companhia adquiriu 100% do controle acionário do Grupo de Moda Soma S.A. ("Grupo Soma"). Com a conclusão da operação, os acionistas do Grupo Soma receberam, para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão do Grupo Soma, 0,121695988348 novas ações ordinárias de emissão da Arezzo&Co (“Relação de Troca”), resultando na emissão de 95.500.607 novas ações da Arezzo&Co na data de fechamento, de modo que os acionistas da Arezzo&Co e do Grupo Soma passaram a ser titulares de, respectivamente, 53,74% e 46,26% das ações do bloco de controle. Outras ações são detidas por outros acionistas.

Com a finalização da operação foram organizadas em quatro verticais de negócios: (i) calçados e acessórios; (ii) vestuário feminino; (iii) vestuário masculino; e (iv) vestuário democrático. O surgimento dessa nova empresa acarreta grandes oportunidades de geração de valor adicional, tais como, o desenvolvimento das categorias de calçados e bolsas nas marcas do Grupo Soma gerando alavancagem de receita, otimização da gestão dos canais de multimarcas, e-commerce e, principalmente, franquias, otimização da planta industrial de malharia da Hering e a preparação dessa nova empresa para conectar outras verticais de negócio. A governança da nova Companhia será comandada de maneira conjunta pelos atuais acionistas de referência da Arezzo&Co e do Grupo Soma. Com o implemento das condições suspensivas a operação foi consumada com a incorporação do Grupo Soma pela Arezzo&Co. Dessa forma, na mesma data, a Companhia obteve o controle do Grupo Soma.

O Grupo Soma é uma sociedade anônima cujo objeto é a confecção de peças de vestuário e acessórios, bem como na comercialização varejista e atacadista, em lojas físicas e no mercado eletrônico, destes itens e mercadorias em geral, contando com lojas próprias e franquias, distribuídas por todos os Estados do Brasil e, internacionalmente, nos Estados Unidos e Europa (Farm), Uruguai, Bolívia e Paraguai (Cia. Hering). Suas principais marcas são: Animale, Farm, Fábula, Foxton, Cris Barros, Off Premium, Maria Filó, NV e Hering.

Na mesma data a holding do Grupo Soma foi incorporada e sucedida pela Companhia, com a consequente extinção da incorporada e a transferência para a incorporadora, a título universal e sem solução de continuidade, de todos os elementos, ativos e passivos, integrantes do patrimônio da incorporada.

O Grupo Soma foi adquirido mediante a estratégia da Companhia de complementar seus negócios no setor de moda e varejo, ampliar sua oferta de produtos e expandir seu portfólio de marcas.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a Data de Fechamento, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios.

5. Combinação de negócios —Continuação

Segue a posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócios realizada em 31 de julho de 2024.

	Valor justo
Ativos Adquiridos	
Caixa e equivalentes de caixa	467.861
Aplicações financeiras	342.787
Contas a receber de clientes	1.398.057
Estoque	1.330.719
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	83.239
Tributos a recuperar	883.503
Investimentos financeiros derivativos	10.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	601.550
Depósitos judiciais	63.671
Outros créditos	51.345
Imobilizado	1.279.665
Intangível	1.679.703
Total dos ativos adquiridos	**8.192.862**
Passivos assumidos e participação de não controladores	
Empréstimos e financiamentos	1.631.788
Fornecedores	777.877
Arrendamento	322.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238.581
Obrigações fiscais e sociais	67.353
Obrigações trabalhistas	206.271
Parcelamento de impostos	3.221
Obrigações a pagar em combinação de negócios	105.104
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	604.422
Outras contas a pagar	161.793
Total dos passivos assumidos	4.119.127
Total dos ativos líquidos	4.073.735
Contraprestação transferida	4.646.105
Instrumentos patrimoniais (95.500.607 ações ordinárias da Companhia)	4.646.105
Ágio contábil preliminar	**572.370**

5. Combinação de negócios —Continuação

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

a) Intangível: Os ativos intangíveis identificados foram marcas e relacionamento com clientes sendo os métodos de avaliação utilizados o *relief-from-royalty* e *multi-period excess earnings* respectivamente. O método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de *royalties* estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.

b) Imobilizado: Refere-se aos ajustes a valor justo do ativo imobilizado, que em sua maioria são representados pelos grupos de bens terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos, benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de informática, obras em andamento, veículos, entre outros, de propriedade do Grupo Soma, realizados conforme avaliação baseada nas diretrizes da ABNT NBR 14653 (Avaliação de Bens), Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, e do Método do Custo de Reprodução ou Reposição.

O Contas a receber de clientes é composto por montantes contratuais mensurados a valor justo de R$1.470.335 e a melhor estimativa da Companhia sobre os fluxos de caixa contratuais, cujo recebimento não seja esperado na data de aquisição, está representado pela “Estimativa para perdas em créditos” no montante de R$72.277, apresentado líquido nas "Contas a receber de clientes.

O ágio contábil preliminar identificado é no montante de R$572.370, atribuído às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia, ampliação dos negócios do mercado endereçável da Companhia, e ativos intangíveis que não se qualificam para reconhecimento separado, como por exemplo, *workforce*. Espera-se que os ágios registrados anteriormente nas entidades do Grupo Soma continuem dedutíveis para fins do imposto de renda e contribuição social e os impostos diferidos resultantes da operação foram também mensurados na data da aquisição.

O valor justo da contraprestação transferida foi de R$4.646.105, sendo uma relação de troca que considera a emissão de 95.500.607 novas ações pela Companhia, pela cotação de suas ações (ARZZ3) negociadas no Brasil, Bolsa, Balcão - B3 na Data de Fechamento.

Os custos relacionados à aquisição (incluídos em “despesas operacionais”) totalizam R$180.002.

O Grupo Soma contribuiu com receitas líquidas no valor de R$2.851.862 e lucro líquido contábil de R$110.697 para o resultado da Companhia para o período entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2024. A receita líquida consolidada e resultado consolidado da Companhia seriam, se a data de aquisição fosse no início do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024, de R$11.540.820 e de R$151.816, respectivamente.

Os resultados na data base 31 de dezembro de 2024 consolidam os números do Grupo Soma a partir de 31 de julho de 2024. Os saldos patrimoniais estão sendo apresentados consolidados com o Grupo Soma, no entanto, as informações dos mesmos períodos de 2023, não incluem o Grupo Soma.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e bancos				
Caixa	**868**	1.183	**7.165**	2.749
Bancos	**30.401**	13.381	**147.598**	69.138
Equivalente de caixa				
CDB	**-**	-	**-**	306
Aplicações automáticas	**843**	480	**26.397**	1.123
Total de caixa e equivalência de caixa	**32.112**	15.044	**181.160**	73.316

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média das aplicações financeiras enquadradas em equivalente de caixa é de 20% do CDI, sendo que 100% estão em aplicações automáticas.

7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Renda Fixa				
CDB	**26.771**	27.259	**148.175**	69.223
Operações compromissadas	**-**	83.022	**160.193**	210.867
Fundo de investimento exclusivo				
Letras financeiras do tesouro	**146.830**	123.916	**146.830**	311.872
Letras financeiras	**-**	33.244	**138.185**	84.436
Titulos e valores mobiliários				
Titulos e valores mobiliários	**-**	-	**1.027**	-
Total das aplicações financeiras	**173.601**	267.441	**594.410**	676.398
Circulante	**173.601**	267.441	**593.383**	676.398
Não circulante	**-**	-	**1.027**	-

Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas.

7. Aplicações financeiras—Continuação

Fundo de investimento exclusivo—Continuação

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média do fundo de investimentos é de 102,13% do CDI (101,90% em 31 de dezembro de 2023). Os ativos são compostos em 18,13% por Letras Financeiras do Tesouro – LFT, 58,74% em Operações Compromissadas, 6.51% em CDB, 16,65% em Letras Financeiras de títulos privados (46% em LFT, 31% em Operações Compromissadas, 10% em CDB, 16% em Letras Financeiras de títulos privados 31 de dezembro de 2023) sendo que 100% dos ativos possuem liquidez diária (79,51% em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de grande porte e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Títulos e valores mobiliários

Fundo constituído em março de 2021. O escopo da transação consiste na cessão de direitos creditórios pelos fornecedores da Companhia, sobre as faturas a receber das empresas do Grupo. O Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Rio Capital "FIDC", se constitui em um condomínio fechado, com a totalidade das cotas pertencentes à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Clientes nacionais	**1.764.254**	1.410.515	**1.531.585**	723.991
Duplicatas a receber	**557.670**	602.557	**1.531.585**	723.991
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 14a)	**1.206.584**	807.958	**-**	-
Clientes estrangeiros	**29.184**	429	**164.140**	64.998
Duplicatas a receber	**4.226**	429	**164.140**	64.998
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 14a)	**24.958**	-	**-**	-
Outros	**128.983**	167.116	**1.196.156**	346.849
Cartões de crédito	**128.769**	166.960	**1.184.826**	345.782
Cheques e outros valores	**214**	156	**11.330**	1.067
	1.922.421	1.578.060	**2.891.881**	1.135.838
(-) Perdas esperadas	**(21.003)**	(6.370)	**(64.131)**	(7.151)
Total do contas a receber	**1.901.418**	1.571.690	**2.827.750**	1.128.687
Circulante	**1.872.214**	1.549.025	**2.816.294**	1.125.449
Não Circulante	**29.204**	22.665	**11.456**	3.238

8. Contas a receber de clientes—Continuação

Cartões de crédito de terceiros - as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos. O risco de crédito com o consumidor final nessas operações é assumido pelos bancos emissores.

Duplicatas a receber - a Companhia oferece a seus clientes pessoas jurídicas parcelamento por meio de duplicatas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia.

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pelas contas de "duplicatas a receber clientes nacionais" e "duplicatas a receber clientes estrangeiros".

A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
USD	**4.226**	429	**133.547**	64.903
EUR	**-**	-	**29.208**	95
GBP	**-**	-	**1.385**	-
Saldo no final do exercício	**4.226**	429	**164.140**	64.998

A movimentação da perda de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo no início do exercício	**(6.370)**	(7.844)	**(7.151)**	(9.199)
Adições/ reversões	**(27.395)**	(15.762)	**(35.659)**	(16.429)
Aquisição de controlada	**-**	-	**(70.649)**	-
Baixas efetivas	**12.762**	17.236	**49.328**	18.477
Saldo no final do exercício	**(21.003)**	(6.370)	**(64.131)**	(7.151)

8. Contas a receber de clientes—Continuação

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
A vencer	**1.854.301**	1.548.767	**2.704.880**	1.099.830
Vencido até 30 dias	**28.063**	4.836	**66.976**	6.055
Vencido de 31 a 60 dias	**7.397**	5.888	**22.976**	8.229
Vencido de 61 a 90 dias	**4.529**	4.524	**11.282**	5.117
Vencido de 91 a 180 dias	**9.211**	10.055	**21.099**	11.012
Vencido de 181 a 360 dias	**15.466**	2.503	**44.454**	3.394
Vencido há mais de 360 dias	**3.454**	1.487	**20.214**	2.201
	1.922.421	1.578.060	**2.891.881**	1.135.838

A inadimplência pode ser um sinalizador de dificuldade de pagamento por parte do cliente, porém, a Companhia monitora tempestivamente o comportamento do valor de mercado da operação, além dos estoques de seus clientes e, em sua avaliação, não há indícios de insolvência. Dependendo da reação do mercado, poderá ser avaliada concessão de prazo adicional aos clientes, bem como reavaliação da necessidade de estimativa de perdas em créditos.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Produtos acabados	**382.262**	309.278	**1.768.208**	641.339
Matérias primas	**47.387**	73.925	**353.998**	121.459
Produtos em elaboração	**4.501**	5.261	**259.755**	29.878
(-) Estimativa de perdas	**(71.555)**	(6.546)	**(163.146)**	(18.394)
Total dos estoques	**362.595**	381.918	**2.218.815**	774.282

Para melhor apresentação dos saldos, a companhia passa a demonstrar o saldo de estoques desconsiderando os adiantamentos a fornecedores da sua composição. Para comparabilidade, o saldo do ano de 2023 também foi alterado de R$428.221 para R$ 381.918 na Controladora e de R$828.557 para R$774.282 no Consolidado.

9. Estoques—Continuação

A movimentação da estimativa de perdas em estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo no início do período	**(6.547)**	(12.176)	**(18.394)**	(20.090)
Adições/reversões	**(76.040)**	(6.935)	**(79.022)**	(10.869)
Aquisição de controlada	**-**	-	**(76.762)**	-
Realizações	**11.032**	12.565	**11.032**	12.565
Saldo no final do exercício	**(71.555)**	(6.546)	**(163.146)**	(18.394)

As perdas de estoque são estimadas com base nos itens obsoletos ou de baixa rotatividade, bem como de sobras de coleções

10. Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos				
SWAP empréstimo 4131 (Nota 18)	**123.324**	-	**123.324**	-
SWAP debêntures/CRI (Nota 18)	**-**	-	**4.101**	-
Contrato de compra e venda (i)	**-**	-	**58.230**	78.211
Hedge de Importação	**-**	-	**12.641**	-
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos				
SWAP empréstimo 4131 (Nota 18)	**-**	(59.470)	**-**	(59.470)
Contrato de compra e venda (i)	**-**	-	**-**	(78.211)
Total	**123.324**	(59.470)	**198.296**	(59.470)

(i) Opção de compra e venda referente a combinação de negócios da controlada ARZZ Itália com a Paris Texas, realizada 02 de fevereiro de 2023.

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
IRPJ a Recuperar (i)	**77.294**	12.018	**312.127**	13.442
CSLL a Recuperar (i)	**24.674**	4.720	**135.243**	4.720
ICMS a recuperar	**353.741**	204.334	**858.186**	237.222
Pis e Cofins a recuperar	**531**	622	**183.003**	36.890
IPI a Recuperar	**2.166**	1.131	**5.921**	4.327
Outros	**17.948**	2.105	**52.359**	16.732
Total	**476.354**	224.930	**1.546.839**	313.333
Circulante	**158.188**	45.913	**520.986**	129.638
Não Circulante	**318.166**	179.017	**1.025.853**	183.695

(i) O IRPJ e CSLL a recuperar registrados no período de 31 de dezembro de 2024 referem-se, principalmente, ao reconhecimento complementar de IRPJ e CSLL sobre o benefício fiscal de ICMS referente a períodos anteriores na Controladora de R$53.693 e no Consolidado de R$104.235. Cabe mencionar que o aumento do saldo de impostos a recuperar da Controladora compreende os valores incorporados da Controlada GMS de R$37.611 e no Consolidado reflete a integração das empresas do Grupo Soma no montante de R$83.239.

12. Outros valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Adiantamento ao fundo de propaganda	**11.125**	6.008	**11.125**	6.008
Adiantamento a franqueados	**4.485**	7.168	**10.998**	7.168
Adiantamentos a fornecedores (i)	**185.386**	72.862	**229.733**	78.417
Adiantamentos a empregados	**3.649**	871	**12.158**	4.468
Despesas antecipadas	**7.543**	10.195	**79.681**	16.515
Outros valores a receber	**21.080**	25.881	**30.815**	31.200
Total outros valores a receber	**233.268**	122.985	**374.510**	143.776
Circulante	**229.532**	118.223	**365.080**	135.971
Não circulante	**3.736**	4.762	**9.430**	7.805

(i) Para melhor apresentação dos saldos, a companhia passa a demonstrar o saldo de estoques desconsiderando os adiantamentos a fornecedores da sua composição. Para comparabilidade, o saldo da nota outros valores a receber em 2023 também foi alterado de R$26.559 para R$72.862 na Controladora de R$24.142 para R$ 78.417 no Consolidado.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

	Controladora					
	2024			2023		
Fato gerador	**Base IRPJ**	**Base CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**Base IRPJ**	**Base CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Prejuízo fiscal e base negativa	**705.246**	**829.512**	**250.967**	225.507	305.511	83.873
Lucro não realizado nos estoques	**293.696**	**293.696**	**99.857**	246.232	246.232	83.719
Perdas esperadas	**22.025**	**22.025**	**7.489**	8.463	8.463	2.877
Provisão de comissões	**31.092**	**31.092**	**10.571**	24.815	24.815	8.437
Provisão para despesas administrativas e comerciais	**36.061**	**36.061**	**12.260**			
Provisão de despesas com ILP	**44.583**	**44.583**	**15.158**	-	-	-
Provisão de despesas com Earn out	**19.740**	**19.740**	**6.712**	-	-	-
Provisão de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	**58.580**	**58.580**	**19.917**	11.406	11.406	3.878
Estimativa de perdas nos estoques	**71.555**	**71.555**	**24.329**	6.547	6.547	2.226
Arrendamento a pagar	**16.543**	**16.543**	**5.625**	10.368	10.368	3.525
Outras provisões	**1.131**	**1.131**	**385**	4.583	4.583	1.557
Ativo fiscal diferido	**1.300.252**	**1.424.518**	**453.270**	537.921	617.925	190.092
Amortização fiscal do ágio na aquisição de participação societária	**(427.237)**	**(427.237)**	**(145.261)**	(183.434)	(183.434)	(62.367)
Provisão para tributação das subvenções para investimento	**(330.874)**	**(330.874)**	**(112.497)**	-	-	-
Passivo fiscal diferido	**(758.111)**	**(758.111)**	**(257.758)**	(183.434)	(183.434)	(62.367)
Total	**542.141**	**666.407**	**195.512**	354.487	434.491	127.725
Ativo diferido			**195.512**			127.725

13. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

a) Impostos diferidos—Continuação

	Consolidado					
	2024			2023		
Fato gerador	**Base IRPJ**	**Base CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**Base IRPJ**	**Base CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Prejuízo fiscal e base negativa	**2.110.137**	**2.234.403**	**728.631**	428.698	508.702	152.958
Lucro não realizado nos estoques	**536.337**	**536.337**	**182.355**	246.232	246.232	83.719
Perda por impairment	**889.610**	**889.610**	**302.467**	-	-	-
Perda por impairment - Revisão de portifólio	**128.872**	**128.872**	**43.816**	-	-	-
Provisão para despesas administrativas e comerciais	**149.806**	**149.806**	**50.934**	-	-	-
Perdas esperadas	**50.136**	**50.136**	**17.046**	8.553	8.553	2.908
Provisão de comissões	**31.092**	**31.092**	**10.571**	24.815	24.815	8.437
Provisão de despesas com ILP	**44.583**	**44.583**	**15.158**	-	-	-
Provisão de despesas com Earn out	**19.740**	**19.740**	**6.712**	-	-	-
Provisão de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	**247.366**	**247.366**	**84.104**	16.110	16.110	5.477
Estimativa de perdas nos estoques	**159.954**	**159.954**	**54.384**	8.945	8.945	3.041
Arrendamento a pagar	**48.984**	**48.984**	**16.655**	21.643	21.643	7.359
Provisão para PPR	**75.145**	**75.145**	**25.549**	-	-	-
Provisão variação cambial	**18.788**	**18.788**	**6.388**	-	-	-
Outras provisões	**42.519**	**42.519**	**14.459**	8.654	8.654	2.942
Ativo fiscal diferido	**4.553.069**	**4.677.335**	**1.559.229**	763.650	843.654	266.841
Provisão para tributação das subvenções para investimento	**(791.845)**	**(791.845)**	**(269.227)**	-	-	-
Provisão variação cambial	**-**	**-**	**-**	(7.294)	(7.294)	(2.482)
Ganho por compra vantajosa	**(1.194)**	**(1.194)**	**(406)**	(1.194)	(1.194)	(406)
Amortização fiscal do ágio na aquisição de participação societária	**(472.122)**	**(472.122)**	**(160.522)**	(208.448)	(208.448)	(70.872)
Mais valia do imobilizado e intangível	**(949.730)**	**(949.730)**	**(322.908)**	-	-	-
Passivo fiscal diferido	**(2.214.891)**	**(2.214.891)**	**(753.063)**	(216.936)	(216.936)	(73.760)
Total	**2.338.177**	**2.462.443**	**806.166**	546.714	626.718	193.081
Ativo diferido			**1.051.786**			193.081
Passivo diferido			**(245.620)**			

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo de abertura	**127.725**	83.669	**193.081**	115.849
Imposto de renda diferido reconhecido no resultado	**94.188**	44.056	**283.030**	77.232
Baixa de Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL	**(32.914)**	-	**(32.914)**	-
Incorporação	**6.513**	-	**-**	-
Aquisição de controlada	**-**		**362.969**	-
Saldo no final do período	**195.512**	127.725	**806.166**	193.081
Ativo diferido	**195.512**	127.725	**1.051.786**	193.081
Passivo diferido	**-**	-	**(245.620)**	-

13. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Prejuízo fiscal e base negativa

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia estima que, o crédito fiscal diferido oriundo do prejuízo fiscal e base negativa serão consumidos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
2025	**85.146**	15.826	**127.654**	38.739
2026	**102.697**	16.481	**158.999**	20.123
2027	**63.124**	17.036	**129.203**	20.794
2028	**-**	18.404	**76.598**	22.283
Após 2028	**-**	16.126	**236.177**	51.019
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	**250.967**	83.873	**728.631**	152.958

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**178.057**	367.791	**(10.058)**	375.941
Alíquota vigente	**34,0%**	34,0%	**34,0%**	34,0%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(60.539)**	(125.049)	**3.420**	(127.820)
Benefício dos gastos pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	**-**	14.582	**-**	14.582
Equivalência patrimonial	**(87.769)**	(10.079)	**-**	-
Reconhecimento IR/CS s/ subveção adicional extemporâneo	**151.018**	-	**210.119**	-
Parcela isenta de crédito tributário	**4.022**	3.563	**7.603**	5.294
Resultado auferido no exterior líquido dos pagamentos realizados	**26.077**	-	**-**	-
Juros sobre capital próprio	**40.375**	61.620	**40.375**	61.620
IR/CS diferidos s/prejuízos não constituídos em empresas controladas	**-**	-	**(51.753)**	(34.954)
Subvenções governamentais	**90.575**	108.219	**145.578**	124.746
Despesa com planos baseados em ações	**(8.415)**	(5.898)	**(8.415)**	(5.898)
Outras diferenças permanentes	**8.326**	(15.349)	**1.680**	(14.838)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**163.670**	31.609	**348.607**	22.732
Corrente	**69.482**	(12.447)	**65.577**	(54.500)
Diferido	**94.188**	44.056	**283.030**	77.232
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	**163.670**	31.609	**348.607**	22.732
Taxa Efetiva	**-**	**-**	**-**	**-**

13. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

c) Avaliação dos impactos do ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

A Administração avaliou os impactos referentes à aplicação do ICPC 22/IFRIC23 que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existirem incertezas quanto à aceitabilidade de certo tratamento tributário. Na avaliação, entendeu que é mais provável do que não que a autoridade fiscal ou as instâncias finais do judiciário aceitem a ação referente ao tratamento fiscal descrito:

I. Ação Anulatória de Débito Fiscal, nº 1015792-98.2017.4.01.3400, cuja tramitação ocorre na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, visando a suspensão e a posterior anulação dos créditos materializados nos Autos de Infração objeto do Processo Administrativo nº 15504.725551/2013-17 (por supostas omissões de receitas financeiras decorrentes de contratos de mútuo celebrados com empresas coligadas nos anos-calendário de 2008 e 2009; excesso de dedução de despesas decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital próprio nos anos-calendário de 2008 e 2009, supostamente desproporcional à participação societária e amortização fiscal supostamente indevida do ágio pago na aquisição da Empresa pela BRICS em 8.11.2007), assim como a declaração do direito da empresa de deduzir a despesa com amortização de ágio ao menos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o cancelamento da cobrança das multas isoladas exigidas pelo não recolhimento das estimativas no valor entendido como devido, nos termos do artigo 44, II, da Lei nº 9.430/1996 (no patamar de 50%). O processo em questão aguarda julgamento do feito, após apresentação de laudo pericial, que atestou que o negócio desenvolvido à época da aquisição das ações pela BRICS demonstrava relevante vitalidade econômica e propósito negocial. A expectativa da administração é que as autoridades fiscais aceitem o tratamento tributário adotado pela Companhia. O montante atualizado é de R$32.621 (R$ 31.107 em 31 de dezembro de 2024).

II. A Companhia no exercício de 2024 reconheceu crédito tributário adicional, com o IRPJ e CSLL incidentes sobre o benefício fiscal de ICMS referente a exercícios anteriores, foi reconhecido um crédito tributário na linha de IRPJ e CSLL corrente e diferido (R$151.018) na controladora e (R$210.119) no consolidado.

14. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações da empresa controladora com as controladas:

	2024						
	Ativo circulante	Ativo não cirulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber NE 8	Contas a receber NE 8	Mútuo	Fornecedores NE 19	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
ARZZ International INC	**-**	**24.958**	**41.328**	**-**	**-**	**90**	**-**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**1.179.943**	**-**	**-**	**35.147**	**-**	**1.631.804**	**24.612**
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	**16.388**	**-**	**40.102**	**-**	**-**	**15.536**	**387.900**
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	**2**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Tiferet Comércio de Roupas Ltda	**2.096**	**-**	**-**	**-**	**232.244**	**2.607**	**-**
Calçados Vicenza Ltda	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**56.035**
Guaraná Brasil Difusão de Moda Ltda.	**2.306**	**-**	**3.644**	**-**	**-**	**(49)**	**-**
Soma Brands Brasil	**1.665**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.665**	**-**
Cia. Hering	**794**	**-**	**-**	**629**	**-**	**1.234**	**-**
Cidade Maravilhosa e Ind. e Com. S/A	**3.390**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.390**	**-**
Total da controladora	**1.206.584**	**24.958**	**85.074**	**35.776**	**232.244**	**1.656.277**	**468.547**

	2023						
	Ativo circulante	Ativo não cirulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber NE 8	Contas a receber NE 8	Mútuo	Fornecedores NE 19	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
ARZZ International INC	-	19.427	-	-	-	731	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	765.069	-	-	49.091	-	1.315.254	47.566
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	11.886	-	36.971	-	-	1.040	372.465
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	9.656	-	-	-	-	2.020	-
TIFERET Comércio de Roupas Ltda	1.810	-	-	-	218.260	1.858	-
Guaraná Brasil Difusão de Moda Ltda.	15	-	3.342	-	-	1.837	-
Calçados Vicenza Ltda	95	-	-	-	-	-	27.492
HG Ind.e Com.de Calçados Ltda	-	-	-	-	-	-	-
Total da controladora	**788.531**	**19.427**	**40.313**	**49.091**	**218.260**	**1.322.740**	**447.523**

14. Saldos e transações com partes relacionadas—Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes, e não são comparáveis com aquelas realizadas com terceiros.

As transações de mútuos referem-se a contratos com as controladas, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2024 no ativo é de R$85.074 (R$40.313 em dezembro de 2023) e no passivo é de R$232.244 (R$218.260 em dezembro de 2023). Aplica-se na operação de mútuo a taxa CDI vigente na data de assinatura do contrato e essa taxa não se altera ao longo do contrato (pré-fixada).

As transações mais comuns são:

- venda da controladora para as controladas ZZAB, ARZZ e Tiferet;
- venda da controlada Tiferet para controlada ARZZ;
- venda da controlada ZZSAP para controladora e para controlada Tiferet;
- venda da controlada Vicenza para controladora;
- venda da controlada ZZAB para controladora;
- venda da controlada Hering para controlada Cidade Maravilhosa; e
- venda da controlada Cidade Maravilhosa para controlada Soma Brands Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve necessidade de reconhecimento de perdas estimadas em créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore (incluindo encargos) , participação nos lucros e planos baseados em ações. No exercício findo em 31 dezembro de 2024 a remuneração total relativa aos benefícios da Administração da Companhia foi de R$15.968 (R$16.511 em 31 de dezembro de 2023), como segue:

	2024	**2023**
Remuneração fixa anual salário/pró-labore	**13.627**	10.748
Remuneração variável de bônus	**-**	1.898
Plano baseado em ações	**2.341**	3.865
Total da remuneração	**15.968**	16.511

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros para a Administração e seus empregados.

14. Saldos e transações com partes relacionadas—Continuação

d) Transações ou relacionamentos com acionistas

Alguns diretores, conselheiros e pessoas ligadas à Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 33,8% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2024 (40,8% em 31 de dezembro de 2023).

e) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de Consultoria de Desenvolvimento Organizacional, para o CEO e todo C-*Level*, com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, membro do Conselho de Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 esta empresa recebeu R$876 (R$788 em 31 de dezembro de 2023).

15. Investimentos

a) Resumo dos saldos de balanço e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2024:

	2024					
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**Receita líquida**	**Resultado do período**
ARZZ International Inc.	**257.472**	**562.008**	**(304.536)**	**262.401**	**294.280**	**(69.396)**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**1.813.884**	**1.683.885**	**129.999**	**175.656**	**1.663.331**	**(340.850)**
ZZSAP Ind. E Com. De Calçados Ltda.	**245.899**	**229.113**	**16.786**	**22.822**	**402.318**	**(24.513)**
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	**133.824**	**122.996**	**10.828**	**2.000**	**-**	**8.401**
Tiferet Comércio de Roupas Ltda	**627.939**	**423.633**	**204.305**	**64.441**	**202.809**	**24.864**
ARZZ Itália	**209.402**	**100.526**	**108.876**	**138.225**	**508**	**(12.683)**
Calçados Vicenza Ltda	**-**	**-**	**-**	**-**	**69.991**	**(2.125)**
Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.	**6.019.492**	**1.884.736**	**4.134.756**	**4.748.066**	**1.433.499**	**199.005**
Soma Brands Brasil Ltda	**1.682.973**	**1.452.051**	**230.922**	**352.818**	**971.536**	**(63.137)**
Soma Brands Group UK CO.	**547.756**	**237.433**	**310.323**	**172.499**	**-**	**(25.170)**
RBX Fashion GMBH	**176**	**-**	**176**	**176**	**-**	**-**
Soma Ventures Participações Ltda	**1.199**	**255**	**944**	**1.804**	**-**	**(4)**

	2023					
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**Receita líquida**	**Resultado do período**
ARZZ International INC	258.327	439.123	(180.796)	262.401	301.391	(95.014)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	1.654.679	1.190.593	464.086	168.516	1.303.186	(126.364)
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	167.529	126.232	41.297	22.822	331.093	(15.660)
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	216.892	181.852	35.040	2.000	18.346	(13.011)
Tiferet Comércio de Roupas Ltda	490.135	278.060	212.075	64.441	188.024	32.752
ARZZ Itália	215.395	79.843	135.552	138.225	-	(1.439)
Calçados Vicenza Ltda	24.771	14.419	10.352	25.500	45.608	(4.546)

15. Investimentos

Os lucros não realizados nos estoques são demonstrados no resultado do exercício das controladas nas tabelas acima.

b) Saldos de investimentos e equivalência patrimonial:

	Investimento		Resultado de equivalência	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**129.999**	464.086	**(340.850)**	(126.364)
ZZSAP Ind. E Com. De Calçados Ltda.	**16.786**	41.297	**(24.513)**	(15.660)
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	**10.828**	35.040	**8.401**	(13.011)
Tiferet Comércio de Roupas Ltda	**204.305**	212.075	**24.864**	32.752
ARZZ Itália	**108.876**	135.552	**(12.683)**	(1.439)
Calçados Vicenza Ltda	**-**	10.352	**(2.125)**	(4.546)
Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.	**3.134.586**	-	**199.005**	-
Soma Brands Brasil Ltda	**230.922**	-	**(63.137)**	-
Soma Brands Group UK CO.	**310.323**	-	**(25.170)**	-
RBX Fashion GMBH	**176**	-	**-**	-
Soma Ventures Participações Ltda	**944**	-	**(4)**	-
Ágio na aquisição de controlada	**572.371**	81.036	-	-
Mais (menos) valia na aquisição de controlada	**98.858**	63.760	-	-
Total investimento	**4.818.974**	1.043.198	**(236.212)**	(128.268)
ARZZ International INC	**(304.536)**	(180.796)	**(69.396)**	(95.014)
Total	**4.514.438**	862.402	**(305.608)**	(223.282)

c) Movimentação dos investimentos:

	2024	2023
Saldo no início do período, líquido da provisão para perdas	**862.402**	829.526
Integralização de capital	**-**	138.225
Aquisição de controlada	**3.952.608**	14.899
Ágio na aquisição de controlada	**572.370**	81.036
Mais (menos) valia na aquisição de controlada	**99.034**	63.936
Incorporação de controlada	**(424.046)**	-
Reserva de capital na aquisição de controlada (opção de compra)	**(30.766)**	-
Integralização de capital com ações	**7.139**	-
Constituição de reserva com intergalização de capital	**(371)**	-
Distribuição de dividendos	**(65.246)**	(7.199)
Transferência ágio de incorporação	**(81.036)**	(40.168)
Transferência mais valia de incorporação	**(60.341)**	(1.485)
Equivalência patrimonial (i)	**(305.608)**	(223.282)
Amortização de mais/menos valia	**(3.593)**	-
Outros resultados abrangentes	**(8.108)**	6.209
Investimento por incorporação de controlada	**-**	705
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas	**4.514.438**	862.402

(i) Na equivalência patrimonial está sendo apresentado o Lucro não realizado nos estoques.

16. Imobilizado

	2024			2023		
Controladora	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**
Computadores e periféricos	**50.909**	**(34.630)**	**16.279**	46.503	(28.083)	18.420
Móveis e utensílios	**59.043**	**(24.343)**	**34.700**	51.783	(19.105)	32.678
Máquinas e equipamentos	**36.627**	**(17.090)**	**19.537**	29.149	(13.946)	15.203
Instalações e showroom	**156.210**	**(53.179)**	**103.031**	124.909	(40.759)	84.150
Veículos	**1.596**	**(1.095)**	**501**	1.512	(666)	846
Direito de uso de bens imóveis	**289.477**	**(135.911)**	**153.566**	269.195	(99.261)	169.934
Direito de uso de lojas	**16.798**	**(10.618)**	**6.180**	16.798	(9.734)	7.064
Total	**610.660**	**(276.866)**	**333.794**	539.849	(211.554)	328.295

	2024			2023		
Consolidado	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**
Computadores e periféricos	**108.490**	**(53.378)**	**55.112**	64.351	(39.351)	25.000
Móveis e utensílios	**244.332**	**(79.390)**	**164.942**	143.522	(55.278)	88.244
Máquinas e equipamentos	**363.963**	**(57.218)**	**306.745**	84.844	(34.605)	50.239
Instalações e showroom	**951.711**	**(195.119)**	**756.592**	281.013	(135.935)	145.079
Veículos	**2.311**	**(1.581)**	**730**	2.235	(1.034)	1.201
Terrenos	**127.174**	**-**	**127.174**	-	-	-
Direito de uso de bens	**1.314.312**	**(513.146)**	**801.166**	839.097	(355.017)	484.080
Direito de uso de lojas	**113.349**	**(16.901)**	**96.448**	104.281	(7.195)	97.086
Total	**3.225.642**	**(916.733)**	**2.308.909**	1.519.343	(628.415)	890.929

16. Imobilizado—Continuação

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	Computa-dores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipa-mentos	Instalações e showroom	Veículos	Direito de uso de bens	Direito de uso de lojas	Total
Saldos em 31/12/2022	20.891	35.837	13.330	107.658	246	144.430	9.090	331.482
Aquisições	2.822	13.706	5.518	61.970	-	121.354	350	205.720
Incorporação	128	91	8	809	1.036	-	-	2.072
Depreciação	(6.599)	(5.602)	(3.184)	(13.662)	(433)	(42.752)	(315)	(72.547)
Baixas	(26)	(1.468)	(14)	(32)	-	(7.601)	-	(9.141)
Transferência reestruturação	(1.306)	(21.102)	(632)	(30.900)	(3)	(45.497)	-	(99.440)
Transferência	2.510	11.216	177	(41.693)	-	-	(2.061)	(29.851)
Saldos em 31/12/2023	**18.420**	**32.678**	**15.203**	**84.150**	**846**	**169.934**	**7.064**	**328.295**
Incorporação Vicenza	**222**	**451**	**6.024**	**552**	**178**	**-**	**-**	**7.427**
Aquisições	**3.459**	**647**	**3.344**	**46.543**	**-**	**22.929**	**-**	**76.922**
Transferência	**778**	**6.374**	**-**	**(15.166)**	**-**	**-**	**-**	**(8.014)**
Depreciação	**(6.547)**	**(5.238)**	**(3.144)**	**(12.420)**	**(429)**	**(36.650)**	**(884)**	**(65.312)**
Baixas	**(53)**	**(212)**	**(1.890)**	**(628)**	**(94)**	**(2.647)**	**-**	**(5.524)**
Saldos em 31/12/2024	**16.279**	**34.700**	**19.537**	**103.031**	**501**	**153.566**	**6.180**	**333.794**
Taxa média de depreciação	**20%**	**10%**	**10%**	**10%**	**20%**	**20%**	**Indefinida a 20%**	

Consolidado	Computa-dores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipa-mentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Direito de uso de Bens	Direito de uso de lojas	Total
Saldos em 31/12/2022	24.591	64.477	34.358	165.424	1.436	-	357.442	43.854	691.582
Aquisição de controlada	271	657	6.041	76	267	-	-	-	7.312
Aquisições	6.365	31.458	17.959	51.981	82	-	271.263	5.405	384.513
Transferência	2.442	11.216	354	(41.766)	-	-	-	48.474	20.720
Depreciação	(8.429)	(16.057)	(7.320)	(26.609)	(502)	-	(116.850)	(512)	(176.279)
Baixas	(186)	(2.903)	(1.079)	(4.104)	(82)	-	(17.574)	(136)	(26.064)
Variação cambail	(54)	(604)	(74)	77	-	-	(10.200)	-	(10.855)
Saldos em 31/12/2023	**25.000**	**88.244**	**50.239**	**145.079**	**1.201**	**-**	**484.081**	**97.085**	**890.929**
Aquisição de controlada	**31.626**	**45.303**	**247.569**	**490.566**	**95**	**127.174**	**289.657**	**47.675**	**1.279.665**
Aquisições	**10.741**	**30.720**	**33.628**	**179.224**	**94**	**-**	**204.903**	**3.028**	**462.338**
Transferência	**1.959**	**23.656**	**(165)**	**4.874**	**-**	**-**	**(38)**	**(38.901)**	**(8.615)**
Depreciação	**(14.027)**	**(24.112)**	**(22.613)**	**(59.184)**	**(547)**	**-**	**(158.129)**	**(9.706)**	**(288.318)**
Baixas	**(265)**	**(3.345)**	**(2.236)**	**(4.571)**	**(113)**	**-**	**(54.020)**	**(2.733)**	**(67.283)**
Variação cambial	**78**	**4.476**	**323**	**604**	**-**	**-**	**34.712**	**-**	**40.193**
Saldos em 31/12/2024	**55.112**	**164.942**	**306.745**	**756.592**	**730**	**127.174**	**801.166**	**96.448**	**2.308.909**
Taxa média de depreciação	**20%**	**10%**	**10%**	**10%**	**20%**		**20%**	**Indefinida a 20%**	

17. Intangível

	2024			2023		
Controladora	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**
Marcas e patentes	**676.937**	**(734)**	**676.203**	264.241	(734)	263.507
Relacionamento com clientes	**19.758**	**(3.726)**	**16.032**	11.772	(802)	10.970
Ágio	**842.977**	**-**	**842.977**	507.827	-	507.827
Direito de uso de sistemas	**485.123**	**(226.151)**	**258.972**	371.547	(166.771)	204.776
Total	**2.024.795**	**(230.611)**	**1.794.184**	1.155.387	(168.307)	987.080

	2024			2023		
Consolidado	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**
Marcas e patentes	**1.731.469**	**(4.571)**	**1.726.898**	458.584	(796)	457.788
Relacionamento com clientes	**184.714**	**(11.088)**	**173.626**	41.461	(2.047)	39.414
Ágio	**1.335.723**	**-**	**1.335.723**	851.215	-	851.215
Direito de uso de sistemas	**805.392**	**(300.551)**	**504.841**	400.054	(187.627)	212.427
Outros	**1.062**	**(797)**	**265**	1.062	-	1.062
Total	**4.058.360**	**(317.007)**	**3.741.353**	1.752.376	(190.470)	1.561.906

17. Intangível—Continuação

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Relacionamento com o cliente	Ágio	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2022	263.208	-	11.738	467.659	150.621	893.226
Aquisições	299	530	-	-	68.087	68.916
Amortização	-	(950)	(768)	-	(41.004)	(42.722)
Incorporação	-	-	-	40.168	42	40.210
Baixa		-	-	-	(9)	(9)
Transferência reestruturação	-	(2.291)	-	-	(101)	(2.392)
Transferência	-	2.711	-	-	27.140	29.851
Saldos em 31/12/2023	**263.507**	**-**	**10.970**	**507.827**	**204.776**	**987.080**
Aquisições	**873**	**-**	**-**	**-**	**105.562**	**106.435**
Amortização	**-**	**-**	**(2.924)**	**-**	**(59.380)**	**(62.304)**
Incorporação	**366.036**	**-**	**-**	**254.114**	**-**	**620.150**
Incorporação Vicenza	**48.796**	**-**	**7.986**	**81.036**	**38**	**137.856**
Baixa	**-**	**-**	**-**	**-**	**(38)**	**(38)**
Transferência	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.014**	**8.014**
Perda por *Impairment (i)*	**(3.009)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.009)**
Saldos em 31/12/2024	**676.203**	**-**	**16.032**	**842.977**	**258.972**	**1.794.184**
Taxa média de amortização	Indefinida	Indefinida	7%	Indefinido	20%	

Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Relacionamento com o cliente	Ágio	Direito de uso de sistemas	Outros	Total
Saldos em 31/12/2022	354.466	-	13.658	737.656	156.570	1.062	1.263.412
Aquisições	299	49.086	-	-	72.565	-	121.950
Amortização	(330)	(1.043)	(1.565)	-	(43.728)	-	(46.666)
Aquisição de controlada	103.689	-	27.321	113.596	460	-	245.066
Baixas	(582)	(201)	-	-	(510)	-	(1.293)
Transferência	-	(47.842)	-	(37)	27.159	-	(20.720)
Variação Cambial	246	-	-	-	(89)	-	157
Saldos em 31/12/2023	**457.788**	**-**	**39.414**	**851.215**	**212.427**	**1.062**	**1.561.906**
Aquisições	**1.064**	**-**	**-**	**-**	**160.463**	**-**	**161.527**
Amortização	**(3.775)**	**-**	**(9.041)**	**-**	**(112.924)**	**(797)**	**(126.537)**
Aquisição de controlada	**1.299.431**	**-**	**142.088**	**572.370**	**238.184**	**-**	**2.252.073**
Baixas	**(27)**	**-**	**-**	**-**	**(3.630)**	**-**	**(3.657)**
Transferência	**(292)**	**-**	**(1.025)**	**(8)**	**9.940**	**-**	**8.615**
Variação Cambial	**10.349**	**-**	**3.196**	**5.381**	**381**	**-**	**19.307**
Perda por *Impairment (i)*	**(37.640)**	**-**	**(1.006)**	**(93.235)**	**-**	**-**	**(131.881)**
Saldos em 31/12/2024	**1.726.898**	-	**173.626**	**1.335.723**	**504.841**	**265**	**3.741.353**
Taxa média de amortização	Indefinida a 10%	Indefinida	7%	Indefinida	20%	25%	

(i) Valores referente a provisão de perdas pela revisão de portfólio de marcas.

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradores de caixa (UGC), como segue:

	Consolidado	
Unidades Geradoras de Caixa	**2024**	2023
Grupo de Moda Soma	**572.370**	-
Reserva	**467.659**	551.038
Guaraná Brasil Difusão de Moda Ltda	**120.570**	120.570
Calçados Vicenza	**81.036**	81.036
Sunset - Operação de agenciamento	**40.168**	40.168
Paris Texas	**37.933**	32.560
Malu Calçados	**15.987**	15.987
Troc.Com.BR-Atividade de Internet Ltda	**-**	9.856
	1.335.723	851.215

17. Intangível—Continuação

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avalia anualmente seus ativos com vida útil indefinida aplicando o teste de perda por redução do valor recuperável, que mensura a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos, capital de giro futuros e taxas de descontos.

As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuros, são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 a 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa média de desconto antes dos impostos de 12,8% ao ano (equivalente a WACC de 10,0% ao ano), para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.
- **Receitas -** As receitas foram projetadas entre 2025 e 2029 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa, os impactos de novos projetos arquitetônicos de certas lojas e nível de cada loja e marca no mercado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperabilidade dos ativos com vida útil indefinida da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, adicionalmente, foram provisionadas perdas de ativos intangíveis de vida útil indefinida, decorrentes da revisão do portfólio, conforme detalhado na Nota 17.

18. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Em moeda nacional	**83.112**	7.168	**1.192.784**	120.177
Finame (a)	**-**	-	**-**	60
Finep (b)	**78.673**	-	**78.673**	-
BNDES (c)	**4.439**	7.168	**4.439**	7.168
Nota crédito de exportação (d)	**-**	-	**111.040**	112.949
Debêntures e CRI/Debênture (g)	**-**	-	**748.356**	-
Notas Comerciais (h)	**-**	-	**250.276**	-
Em moeda estrangeira	**872.743**	672.187	**1.461.947**	960.947
Capital de giro -Lei 4131 (e)	**872.743**	672.187	**872.743**	672.187
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC (f)	**-**	-	**321.345**	240.161
Pré-pagamento de exportação - PPE (f)	**-**	-	**62.162**	48.599
Capital de giro (i)	**-**	-	**205.697**	-
Total dos empréstimos	**955.855**	679.355	**2.654.731**	1.081.124
Circulante	**515.313**	529.035	**1.476.529**	882.205
Não circulante	**440.542**	150.320	**1.178.202**	198.919

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

a. Finame: 6,00% ao ano, com parcelas mensais e vencimento final em outubro de 2024.
b. Finep: Custo de TJLP + 0,20% ao ano com vencimento até novembro de 2030.
c. Capital de giro: Taxa de juros média de CDI + 1,80 ao ano com vencimentos até setembro de 2026.
d. Nota de crédito à exportação: Taxa de juros média de CDI + 1,10% ao ano com vencimento até janeiro de 2025.
e. Capital de giro – Lei 4.131: denominado em dólares, com taxa de juros pré-fixada de 7,06% ao ano e contrato de Swap (Instrumentos derivativos) para reais com taxa de CDI + 1,15% ao ano em 31 de dezembro de 2024. Contratos com vencimento até março de 2026.
f. Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Pré-pagamento de Exportação (PPE): denominado em dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2024 de 6,29% ao ano + variação cambial. São diversos contratos com vencimentos até dezembro de 2026.
g. Debêntures: Taxa de juros média de CDI +1,00% ao ano, com vencimento até fevereiro de 2030.
h. Notas comerciais: Taxa de juros de CDI + 1,50% ao ano, com vencimento em dezembro de 2025.
i. Capital de giro: Taxa de juros média de SOFR + 2,69% ao ano, com vencimento até fevereiro de 2026.

18. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	FINEP	Operação 4131	Capital de giro	Total
Saldo em 31/12/2022	-	156.520	9.736	166.256
Captação	-	696.847	-	696.847
Pagamento de parcelas	-	(146.847)	(3.304)	(150.151)
Pagamento de juros	-	(25.222)	(154)	(25.376)
Provisão de juros e variação cambial	-	(9.111)	890	(8.221)
Saldo em 31/12/2023	-	672.187	7.168	679.355
Captação	**-**	**440.000**	**-**	**440.000**
Incorporação de controlada	**80.493**	**-**	**-**	**80.493**
Pagamento de parcelas	**(2.974)**	**(422.435)**	**(3.377)**	**(428.786)**
Pagamento de juros	**(1.160)**	**(59.264)**	**-**	**(60.424)**
Provisão de juros e variação cambial	**2.314**	**242.255**	**648**	**245.217**
Saldo em 31/12/2024	**78.673**	**872.743**	**4.439**	**955.855**

Consolidado	FINAME (a)	NCE (d)	PPE (f)	ACC (f)	FINEP (b)	Operação 4131 (e)	Capital de giro (c)	Debêntures (g)	NC (h)	Capital de giro (i)	Total
Saldo em 31/12/2022	133	-	-	235.093	-	156.520	10.127	-	-	-	401.873
Captação	-	100.000	49.000	122.372	-	696.847	-	-	-	-	968.219
Aquisição de controlada	-	-	-	6.767	-	-	208	-	-	-	6.975
Pagamento parcelas	(72)	-	-	(123.000)	-	(146.847)	(3.927)	-	-	-	(273.846)
Pagamento de juros	(6)	-	-	(2.850)	-	(25.222)	(153)	-	-	-	(28.231)
Provisão de juros e variação cambial	6	12.949	(401)	1.779	-	(9.111)	913	-	-	-	6.135
Saldo em 31/12/2023	**61**	**112.949**	**48.599**	**240.161**	**-**	**672.187**	**7.168**	**-**	**-**	**-**	**1.081.125**
Captação	**-**	**-**	**-**	**218.468**	**-**	**440.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**658.468**
Aquisição de controlada	**-**	**-**	**-**	**-**	**80.493**	**-**	**-**	**783.177**	**566.470**	**202.801**	**1.632.941**
Pagamento parcelas	**(61)**	**-**	**-**	**(201.127)**	**(2.974)**	**(422.435)**	**(3.377)**	**(48.384)**	**(290.187)**	**-**	**(968.545)**
Pagamento de juros	**(2)**	**(14.995)**	**-**	**(4.798)**	**(1.160)**	**(59.264)**	**-**	**(24.893)**	**(43.481)**	**(13.720)**	**(162.313)**
Provisão de juros e variação cambial	**2**	**13.086**	**13.563**	**68.641**	**2.314**	**242.255**	**648**	**38.456**	**17.474**	**16.616**	**413.055**
Saldo em 31/12/2024	**-**	**111.040**	**62.162**	**321.345**	**78.673**	**872.743**	**4.439**	**748.356**	**250.276**	**205.697**	**2.654.731**

18. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
2024	**-**	529.035	**-**	882.205
2025	**515.313**	148.618	**1.476.529**	172.923
2026	**388.465**	1.702	**494.189**	25.997
2027	**13.296**	-	**13.296**	-
2028	**13.296**	-	**361.799**	-
2029	**13.296**	-	**155.013**	-
2030	**12.189**	-	**153.905**	-
Total dos empréstimos	**955.855**	679.355	**2.654.731**	1.081.125

Os contratos de Finame possuem como garantia os próprios bens, nestes casos, máquinas de costura e máquinas para montagem de calçados, que são objetos dos contratos.

Os empréstimos estão garantidos por aval das empresas do grupo e com carta fiança bancária do Banco Santander, com comissão de R$795 reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui debêntures e notas comerciais que contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descritos abaixo:

Operação	**2ª Emissão Debêntures**	**2ª Nota Comercial**	**1ª Emissão Debêntures**
	Semestral	Semestral	Semestral
Cláusulas restritivas	Indicadores: Dívida Líquida/ EBITDA (excluindo a perda por impairment de ativos) - menor que 2,0x até a data de vencimento	Indicadores: Dívida Líquida/ EBITDA (excluindo a perda por impairment de ativos) - menor que 2,0x até a data de vencimento	Indicadores: Dívida Líquida/ EBITDA (excluindo a perda por impairment de ativos) - menor que 2,0x até a data de vencimento

18. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está cumprindo os indicadores da tabela acima.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. A Companhia é garantidora dessas operações e em 31 de dezembro de 2024 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R$55 (R$246 em 31 de dezembro de 2023).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores nacionais	**331.431**	255.918	**991.471**	456.889
Operação de risco sacado	**382.482**	343.053	**629.105**	367.489
Partes relacionadas (Nota 14.a)	**35.776**	49.091	**-**	-
Fornecedores estrangeiros	**14.503**	9.313	**197.271**	10.086
Total de fornecedores	**764.192**	657.375	**1.817.847**	834.464

A operação risco sacado é constituída pelas transações mercantis entre a companhia e seus fornecedores de produtos e serviços. Para beneficiar nossos fornecedores produtivos a custos mais competitivos minimizando assim seus custos financeiros, a companhia possui convênios estabelecidos com algumas instituições financeiras. Esses convênios possibilitam que os fornecedores optem por receber os valores de forma antecipada, mediante a descontos, diretamente nessas instituições.

Ao optar por essa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco que, por sua vez, se tornará o credor. Em 31 de dezembro de 2024 o prazo médio dessas operações era 98 dias com um custo em torno de 115% do CDI.

Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais, pois continuam a fazer parte do ciclo operacional da companhia e sua natureza principal permanece. Como os prazos e condições de pagamento originalmente acordadas com os fornecedores não sofrem alterações, a companhia considera adequada a apresentação dessas operações sob a rubrica de fornecedores.

20. Operações de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou sua carteira de contratos de aluguéis de suas unidades de lojas próprias, escritórios, fábricas e centros de distribuição, e identificou operações de arrendamento em 824 contratos.

Nesta avaliação constatou-se que 363 foram classificados nas isenções da norma e 461 dentro do escopo de arrendamentos.

Para os contratos que estão dentro do escopo da norma, a Companhia registrou o direito de uso pelo montante correspondente ao passivo de arrendamentos. Este, por sua vez, foi reconhecido com base no valor presente dos pagamentos remanescentes do contrato, descontado pela taxa nominal correspondente às cotações de mercado que variam nos Estados Unidos da América a taxa de 1,8% a.a a 6,0% a.a (1,8% a.a a 2,5% a.a em 31 de dezembro de 2023), na Europa que variam de 5,0% a.a a 8,0% a.a e no Brasil de 3,6% a.a a 18,3% a.a (3,6% a.a a 16,5% a.a em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação do ativo com direito de uso de bens:

	Controladora	Consolidado
Total de direito de uso de bens em 31/12/2022	144.430	357.442
Adições	121.354	271.263
Baixas	(7.601)	(17.574)
Transferência	(45.497)	-
Depreciação	(42.752)	(116.850)
Variação cambial	-	(10.200)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2023	169.934	484.081
Aquisição de controlada	-	289.657
Adições	22.929	204.903
Baixas	(2.647)	(54.019)
Depreciação	(36.650)	(158.130)
Variação cambial	-	34.712
Transferência	-	(38)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2024	**153.566**	**801.166**

20. Operações de arrendamentos—Continuação

a) Movimentação do passivo de arrendamentos:

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2022	149.132	374.537
Adições	121.354	271.263
Variação Cambial	-	(10.614)
Baixas	(8.076)	(19.189)
Contraprestação	(56.733)	(143.892)
Apropriação de juros	22.379	43.080
Transferência	(47.754)	-
Passivo de arrendamento em 31/12/2023	180.302	515.185
Aquisição de controlada	-	322.717
Adições	22.929	204.903
Variação Cambial	-	33.857
Baixas	(2.811)	(57.784)
Contraprestação	(51.830)	(211.288)
Apropriação de juros	21.519	62.767
Ajuste transição de norma	-	5.313
Passivo de arrendamento em 31/12/2024	**170.109**	**875.670**
Circulante	**31.327**	**213.145**
Não circulante	**138.782**	**662.525**

b) Compromissos futuros

Em atendimento ao Ofício-Circular CVM n° 02/2019 e ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, justificado pelo fato da Companhia não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido à vedação imposta pela IFRS 16 de projeção futura de inflação e com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2024:

	Fluxo de caixa (valor presente)		Fluxo de caixa contratual bruto	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	31.327	213.145	50.116	292.155
2026	30.762	192.328	46.004	250.494
2027	26.780	156.548	38.567	195.262
2028	22.852	102.458	31.639	111.556
Após 2029	58.388	211.191	74.645	253.639
Total	**170.109**	**875.670**	**240.971**	**1.103.106**
Potencial crédito de PIS e COFINS	(15.735)	(57.024)	(22.290)	(75.683)

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Trabalhista	**23.372**	8.883	**61.651**	12.844
Tributária	**27.314**	1.675	**583.603**	2.044
Cível	**7.894**	848	**30.267**	1.222
Total de provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	**58.580**	11.406	**675.521**	16.110

Trabalhistas: A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário: A Companhia e suas controladas são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Cível: A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis—Continuação

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Controladora	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldos em 31/12/2022	8.353	1.675	1.698	11.726
Adições/atualizações	6.943	600	1.293	8.836
Reversões/pagamentos	(6.413)	(600)	(2.143)	(9.156)
Saldos em 31/12/2023	**8.883**	**1.675**	**848**	**11.406**
Adições/atualizações	**15.649**	**7.094**	**7.356**	**30.099**
Reversões/pagamentos	**(11.663)**	**(99)**	**(1.734)**	**(13.496)**
Saldo de incorporação	**10.503**	**18.644**	**1.424**	**30.571**
Saldos em 31/12/2024	**23.372**	**27.314**	**7.894**	**58.580**

Consolidado	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldos em 31/12/2022	13.655	2.044	2.077	17.776
Adições/atualizações	10.291	600	1.405	12.296
Reversões/pagamentos	(11.102)	(600)	(2.260)	(13.962)
Saldos em 31/12/2023	**12.844**	**2.044**	**1.222**	**16.110**
Adições/atualizações	**19.558**	**159.442**	**7.923**	**186.923**
Reversões/pagamentos	**(18.103)**	**(106.894)**	**(6.937)**	**(131.934)**
Aquisição de controlada	**24.888**	**252.747**	**7.066**	**284.701**
Passivos contingentes avaliados a valor justo na combinação de negócio	**22.464**	**276.264**	**20.993**	**319.721**
Saldos em 31/12/2024	**61.651**	**583.603**	**30.267**	**675.521**

Dentre o montante dos valores provisionados como processos tributários em perdas prováveis, em 31 de dezembro de 2024 encontram-se os seguintes processos:

(i) Execução fiscal – PIS e COFINS (Tributárias)

A união federal distribuiu duas execuções fiscais contra a controlada Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A, a primeira em 23 de outubro de 2023, e a segunda em 4 de julho de 2024, que somadas possuem valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R$103.583 (R$ 66.879 em 31 de dezembro de 2023). As execuções estão suspensas aguardando definição da discussão instaurada em sede de Mandado de Segurança ao qual são vinculadas.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza trabalhista, tributária e cível, nas esferas administrativas e judiciais, em 31 dezembro de 2024 no montante consolidado aproximado de R$863.497, sendo que R$319.721 estão na combinação de negócio (R$210.509 em 31 de dezembro de 2023), cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento, sendo o montante distribuído em 31 de dezembro de 2024 de R$98.091, R$720.033 e R$45.373, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível (R$52.819, R$134.673 e R$23.017 em 31 de dezembro de 2023).

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis—Continuação

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

i. Processo Administrativo nº 15504-725.206/2018-80 decorrente de Auto de Infração lavrado em 11/10/2018, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente à Contribuição Previdenciária da Empresa ("Cota Patronal") e Contribuição de Outras Entidades e Fundos ("Contribuição de Terceiros"), relativas ao período compreendido entre setembro de 2014 a setembro de 2017, cumuladas com juros de mora e multa proporcional, pois segundo o fisco, a Companhia teria remunerado seus empregados e contribuintes individuais por intermédio da outorga de opções de compra de ações no âmbito do "Plano de Opção de Compra de Ações", que na concepção da Receita Federal tem caráter remuneratório, passível de contribuição previdenciária. O processo em questão foi impugnado, sob alegação de que o "Plano de Opção de Compra de Ações" utilizado pela Companhia tem caráter mercantil. Atualmente aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais dos Recursos Voluntários apresentados em nome da devedora principal (Arezzo Indústria e Comércio S.A.) e das responsáveis solidárias (ZZAB, ZZEXP e ZZSAP), em face do acórdão n°: 14-91.305 que negou provimento a Impugnação do contribuinte. A expectativa de perda é considerada "possível", no montante de aproximadamente R$8.457.

ii. Ação Anulatória 00000033-68.2017.8.21.0087, cuja tramitação ocorre na 2ª Vara Cível de Campo Bom/RS, visando anular o débito objeto do AL nº 25771370 lavrado sob acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro de 2008 a dezembro de 2011. CDA nº 019/0543060. Paralelamente ao ajuizamento da ação Anulatória. O processo em questão foi julgado parcialmente procedente, procedente no que tange às operações destinadas à ZFM. Excluiu da procedência as operações destinadas às Áreas de Livre Comércio (ALC´s). A Companhia irá interpor Recurso de Apelação para reforma da sentença na parte desfavorável à Azzas.S.A., sustentando a aplicação do Convênio ICM nº 65/88. A expectativa de perda é considerada "possível", no montante de aproximadamente R$10.080.

iii. Processo nº 5001519-32.2019.8.21.0087- Pedido de tutela de Urgência Antecipada – em face da lavratura do Auto do Auto de Infração nº AI: 8225966 ajuizado pelo Receita Estadual do Rio Grande do Sul, em 21 de julho de 2018, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio no período de 01/06/2013 a 31/03/2018. Segundo a Receita, teriam sido detectadas as seguintes irregularidades: (i) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Municípios que não possuem benefício fiscais (isenção de ICMS); (ii) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias importadas para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio; (iii) falta de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio sem comprovação do efetivo ingresso das mercadorias formalizada pela SUFRAMA; e (iv) creditamento indevido do imposto por ausência de estorno de ICMS nas operações de saída de mercadorias.

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis—Continuação

iii. Processo nº 5001519-32.2019.8.21.0087--Continuação

destinadas à Zona Franca de Manaus e área de livre comércio. Obtivemos a liminar e suspensão da exigibilidade do débito. A expectativa de perda é considerada "possível", no montante de R$1.975.

iv. Ação Anulatória de Débito Fiscal, nº 1015792-98.2017.4.01.3400, cuja tramitação ocorre na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, visando a suspensão e a posterior anulação dos créditos materializados nos Autos de Infração objeto do Processo Administrativo nº 15504.725551/2013-17 (por supostas omissões de receitas financeiras decorrentes de contratos de mútuo celebrados com empresas coligadas nos anos-calendário de 2008 e 2009; excesso de dedução de despesas decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital próprio nos anos-calendário de 2008 e 2009, supostamente desproporcional à participação societária e amortização fiscal supostamente indevida do ágio pago na aquisição da Empresa pela BRICS em 8.11.2007), assim como a declaração do direito da empresa de deduzir a despesa com a amortização de ágio ao menos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o cancelamento da cobrança das multas isoladas exigidas pelo não recolhimento das estimativas no valor entendido como devido, nos termos do artigo 44, II, da Lei nº 9.430/1996 (no patamar de 50%). O processo em questão aguarda julgamento do feito, após apresentação de laudo pericial, que atestou que o negócio desenvolvido à época da aquisição das ações pela BRICS demonstrava relevante vitalidade econômica e propósito negocial. A expectativa da administração é que as autoridades fiscais aceitem o tratamento tributário adotado pela Companhia. O montante atualizado é de R$32.621 (R$31.197 em 31 de dezembro de 2023).

v. A incorporada Grupo de Moda Soma S.A. litiga na esfera administrativa contra autos de infração exigindo ICMS e multa emitidos pelo Estado de São Paulo, autuado sob o nº 4.107.468-3 (emitido contra empresa incorporada Wardrobe Criações Comércio S.A) no valor atualizado de R$11.960; e pelo Estado da Bahia, autuado sob o nº 269114.0002/18-1, no valor atualizado de R$7.621. Também litiga judicialmente em embargos contra a execução proposta pelo Estado de Pernambuco a título de ICMS e multa, autuada sob o nº 0013498-68.2019.8.17.2001, no valor atualizado de R$5.353. Os montantes atualizados levam como data base 31 de dezembro de 2024 e foram classificados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível.

vi. A controlada Cia. Hering litiga na esfera administrativa contra autos de infração de ICMS e multas emitidos pelo Estado de Goiás e autuados sob os nºs 4.01.23.006104.89, 4.01.23.006285.07 e 4.01.23.006376.89, no valor somado atualizado de R$ 49.484. Também litiga judicialmente contra as execuções propostas pela União Federal a título de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e multas, autuada sob o nº 5004185-62.2020.4.04.7205, com valor atualizado de R$207.127; a título de IRPJ, CSLL e multas dos períodos de 2010 a 2013, autuadas sob os nºs 5011170-23.2024.4.04.7200 e 5011188-44.2024.4.04.7200, com valor somado atualizado de R$25.934; e a título de IRPJ, CSLL e multas do período de 2009, autuadas sob os nºs 5008598-84.2021.4.04.7205 e 5007900-73.2024.4.04.7205, com valor somado atualizado de R$25.826. Os montantes atualizados levam como data base 31 de dezembro de 2024 e foram classificados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível.

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis—Continuação

vii. A controlada Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A. litiga na esfera administrativa contra auto de infração exigindo ICMS e multa emitido pelo Estado do Rio de Janeiro e autuado sob o nº 03.652062-5 (emitido contra empresa incorporada MF 2008 Comercial Modas Ltda), com valor atualizado de R$17.518; e contra auto de infração exigindo IRPJ, CSLL e multa emitido pela Delegacia da Receita Federal e autuado sob o nº 12448.730744/2017-39 (emitido contra empresa incorporada MF 2008 Comercial Modas Ltda), com o valor atualizado de R$19.739. Também litiga judicialmente em embargos contra a execução proposta pelo Estado de São Paulo (contra empresa incorporada A&F Fabril Indústria Ltda.) a título de ICMS e multa, autuada sob o nº 1509682-57.2023.8.26.0014 com valor atualizado de R$17.224. Os montantes atualizados levam como data base 31 de dezembro de 2024 e foram classificados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível.

Ativos contingentes

As controladas ZZAB e Tiferet possuem discussões judiciais objetivando a recuperação de tributos, cujo prognóstico de êxito é provável de acordo com seus assessores jurídicos. Entre as principais ações, destacam-se: exclusão do Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), em operações de vendas de mercadorias interestaduais para pessoas físicas e jurídicas não-contribuintes do ICMS.

i. Exclusão do Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), em operações de vendas de mercadorias interestaduais para pessoas físicas e jurídicas não-contribuintes do ICMS: As controladas ZZAB e Tiferet ingressaram com ações judiciais em diversas Unidades Federativas para questionar a exigência do DIFAL em operações de vendas de mercadorias interestaduais para pessoas físicas e jurídicas não-contribuintes do ICMS. Em 24 de fevereiro de 2021 o STF julgou ser inconstitucional a cobrança de DIFAL, diante da ausência de Lei complementar que o regulamentasse, na decisão em questão, o Supremo modulou a decisão para produzir efeitos a partir de 2022, exceto para as empresas que entraram com ações até o encerramento do julgamento. Em razão do julgamento favorável aos contribuintes, as controladas pleitearam em cada uma das ações a suspensão dos depósitos mensais em juízo e, ao final, após o trânsito, o levantamento das quantias anteriormente depositadas. Tal decisão representou à controlada ZZAB uma economia de aproximadamente R$21.853 e à então controlada Tiferet- incorporada pela controladora Arezzo de R$4.448, totalizando R$26.301.

Atualmente, a Companhia aguarda conclusão processual de cada uma dessas ações para efetuar o levantamento dos depósitos, que alcançam a quantia de aproximadamente R$548 na controladora e na controlada ZZAB R$16.179.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais e garantia judicial

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos depósitos judiciais é de R$52.979 na Controladora (R$35.996 em 31 de dezembro de 2023) e R$205.657 no Consolidado (R$137.793 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia utiliza a modalidade de garantia judicial, regulamentada pela legislação vigente, utilizada especialmente como uma forma de caução no processo e/ou em substituição às garantias dadas. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo destas garantias judiciais é de R$523.244 (R$102.239 em 31 de dezembro de 2023).

22. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Adiantamento de clientes	**6.532**	5.415	**25.138**	15.271
Serviços a pagar (i)	**55.852**	36.415	**115.868**	40.425
Provisões (ii)	**46.780**	25.718	**192.595**	41.580
Outras contas	**16**	735	**30.473**	21.711
Total	**109.180**	68.283	**364.074**	118.987
Circulante	**109.180**	68.283	**338.503**	118.987
Não circulante	**-**	-	**25.571**	-

(i) Serviços a pagar está agrupado com diversas prestações de serviços, como fretes, honorários e despesas de exportação.

(ii) Provisões contemplam provisão para comissão e royalties; provisão para agenciamento e provisões com aquisição de serviços, marketing, mercadorias e fretes.

23. Capital social e reservas

23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 a composição do capital social da Companhia era de 206.489 mil ações ordinárias.

	Ações em milhares	Capital Social R$
Saldo em 31/12/2022	**110.186**	**1.671.716**
Incorporação de ações	803	66.513
Saldo em 31/12/2023	**110.989**	**1.738.229**
Emissão de novas ações (i)	95.500	578.954
Saldo em 31/12/2024	**206.489**	**2.317.183**

i. Com a consumação da operação, a Arezzo&Co passa a ser denominada Azzas 2154 e seu capital social é aumentado em R$578.954 (quinhentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil), mediante a emissão de 95.500.607 (noventa e cinco milhões, quinhentos mil, seiscentas e sete) novas ações ordinárias (Nota 5).

23.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

23. Capital social e reservas—Continuação

23.2 Reserva de capital

Os eventos societários que deram origem à reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S/A ("BRICS") foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R$13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC Holding S/A ("FIGEAC").

b) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R$7.535.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R$550 (R$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação dos Planos baseados em ações (Nota 33), a Companhia constituiu a Reserva de opções de compra de ações e ações restritas outorgadas com saldo de R$58.536 em 31 de dezembro de 2024 (R$41.218 em 31 de dezembro de 2023).

23.3 Reservas e retenção de lucros

23.3.1 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social, e a companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

23.3.2 Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimento (Nota 34) pela controladora. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2024 é de R$879.079 (R$879.079 em 31 de dezembro de 2023).

23.3.3 Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para a execução do orçamento de capital da Companhia. A retenção acumulada até 31 de dezembro de 2024 é de R$184.781.

Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

23. Capital social e reservas—Continuação

23.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras.

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o dólar e Itália cuja moeda é o Euro.

23.5 Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de ações em tesouraria é de R$1.238 (R$9.923 em 31/12/2023), correspondente a 20.781 (vinte e dois seiscentos e cinquenta e cinco mil) ações ordinárias a um custo médio de aquisição de R$59,55, e em 31 de dezembro de 2023 o custo médio era de R$64,07.

Abaixo demonstramos o saldo de ações em tesouraria:

	2024	2023
Saldo de ações em milhares	**1.238**	9.923
Quantidade	**20.781**	154.856
Custo médio em R$	**59,55**	64,07

24. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

a) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro do exercício	**341.727**	399.400
Reserva legal	**-**	(19.970)
Reserva de incentivos fiscais	**-**	(318.290)
Lucro líquido à destinar	**341.727**	61.140
Dividendos mínimos conforme estatuto	**25%**	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	**85.432**	15.285
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	**118.750**	42.118
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	**(13.029)**	(5.042)
Dividendos intercalares pagos	**60.000**	-
Total	**165.721**	37.076
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	**80.289**	21.791
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação -R$	**0,3889**	0,1963

24. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

a) Dividendos--Continuação

Em 06 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R$32.959 referente a distribuição de proventos, com base no lucro líquido do exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2023, a título de dividendos intermediários. O montante foi pago em 27 de novembro de 2023.

A administração da Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R$341.727, conforme segue:

i. R$162.977 para a execução do orçamento de capital da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.;
ii. R$118.750 já distribuídos e pagos, considerando valores líquidos atribuídos a título de juros sobre capital próprio.
iii. R$60.000 já distribuídos e pagos à título de dividendos intercalares.

b) Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de “despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Em 12 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R$82.107 referente a distribuição de proventos, a título de juros sobre o capital próprio. O montante foi pago em 27 de janeiro de 2023, sem atualização monetária ou incidência de juros.

Em 26 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R$94.195 referente a distribuição de proventos, a título de juros sobre o capital próprio. O montante foi pago em 31 de agosto de 2023, sem atualização monetária ou incidência de juros.

Em 06 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R$44.923 referente a distribuição de proventos, a título de juros sobre capital próprio, com base na reserva de lucros do exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2023. O montante foi pago em 27 de novembro de 2023, sem atualização monetária ou incidência de juros.

Em 02 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R$ 118.750 referente a distribuição de proventos, a título de juros sobre capital próprio, com base no lucro líquido do exercício em curso apurado no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2024. O montante foi pago em 06 de dezembro de 2024, sem atualização monetária ou incidência de juros.

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 23.5).

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**341.727**	399.400
Média ponderada de ações emitidas	**130.704**	110.816
Lucro básico por ação - R$	**2,6145**	3,6042

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras referentes a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2024	2023
Lucro do exercício	**341.727**	399.400
Média ponderada de ações ordinárias	**130.704**	110.816
Ajuste por plano baseado em ações	**2.622**	2.889
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o resultado diluído por ação	**133.326**	113.705
Lucro diluído por ação - R$	**2,5631**	3,5126

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

26. Receita operacional líquida

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receita bruta de vendas	**5.242.668**	4.920.836	**10.164.948**	6.087.569
Devolução de vendas	**(265.397)**	(252.664)	**(756.078)**	(486.307)
Descontos e abatimentos	**(9.594)**	(10.059)	**(34.008)**	(23.573)
Impostos sobre vendas	**(345.589)**	(620.429)	**(995.109)**	(730.921)
Receita operacional líquida	**4.622.088**	4.037.684	**8.379.753**	4.846.768

27. Informações por Segmento

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e webcommerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração em quatro segmentos de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

A Companhia está organizada e tem o seu desempenho avaliado em quatro segmentos que são: Calçados e acessórios, vestuário feminino, vestuário masculino e vestuário democrático para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

i. Não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda.
ii. A sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda.
iii. As decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

A receita bruta consolidada registrada e segregada por portfólio de marca e canal de venda, está demonstrada a seguir:

Marca*	2024	2023
Receita bruta	**10.164.948**	6.087.569
Calçados e acessórios	**4.785.119**	4.565.818
Vestuário feminino	**2.190.296**	-
Vestuário masculino	**1.794.971**	1.516.102
Vestuário democrático	**1.378.659**	-
Outros	**15.903**	5.649

Canal	2024	2023
Receita bruta	**10.164.948**	6.087.569
Lojas próprias	**2.943.009**	1.359.950
Multimarca	**2.446.175**	1.555.437
Webcommerce	**2.430.975**	1.381.229
Franquias	**1.792.679**	1.309.236
Internacional	**448.696**	430.387
Outros	**103.414**	51.330

27. Informações por Segmento--Continuação

* As marcas são agrupadas por porffólio, como segue:

- Calçados e Acessórios consolida as marcas: Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Carol Bassi, Vans, Vicenza, Paris Texas.
- Vestuário Feminino consolida as marcas: Farm, Farm Global, Animale, NV, Cris Barros, Maria Filó, Foxton, Fábula e Off Premium.
- Vestuário Masculino consolida as marcas: Reserva, Oficina Reserva, Reserva Mini, Reserva Simples, Reserva Go, Reversa, e Reserva Ink.
- Vestuário Democrático consolida as marcas: Hering, Hering Kids, Hering Sports, Hering Intimates.
- Outros considera valores referentes a saldo em indústria.

28. Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	**(2.356.998)**	(2.061.974)	**(3.914.692)**	(2.217.707)
Despesas comerciais	**(1.179.013)**	(972.460)	**(2.834.836)**	(1.713.632)
Despesas administrativas e gerais	**(376.371)**	(335.141)	**(1.048.954)**	(395.572)
	(3.912.382)	(3.369.575)	**(7.798.482)**	(4.326.911)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização (i)	**(127.616)**	(115.270)	**(414.855)**	(222.944)
Despesas com pessoal	**(480.868)**	(457.355)	**(1.234.593)**	(681.515)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(2.378.757)**	(2.082.927)	**(3.955.573)**	(2.248.810)
Fretes	**(85.381)**	(99.120)	**(277.243)**	(168.730)
Despesas com ocupação de loja (ii)	**(26.486)**	(39.033)	**(203.040)**	(96.400)
Despesas com marketing	**(311.443)**	(276.225)	**(652.573)**	(453.879)
Utilidades e serviços	**(498.102)**	(287.999)	**(975.248)**	(433.331)
Outras despesas comerciais	**(2.722)**	(824)	**(27.195)**	(6.745)
Outras despesas administrativas e gerais	**(1.007)**	(10.822)	**(58.162)**	(14.557)
	(3.912.382)	(3.369.575)	**(7.798.482)**	(4.326.911)

(i) A depreciação e amortização líquida de Pis/Cofins é de R$402.215 em 31 de dezembro de 2024 (R$214.419 em 31 de dezembro de 2023).
(ii) Compreende aluguel, condomínio, IPTU e fundo de promoção.

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Controladora e suas controladas gerenciam continuamente os riscos de todos os instrumentos financeiros atribuídos a sua operação, buscando minimizar potenciais efeitos adversos no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado**
Ativos		
Caixas e equivalentes de caixa	-	181.160
Aplicações financeiras	593.383	-
Instrumentos financeiros derivativos	198.296	-
Contas a receber de clientes	-	2.827.750
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	-	2.654.731
Fornecedores	-	1.817.847
Arrendamento	-	875.670
Obrigações a pagar na aquisição de controlada	-	227.546

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e outras contas a receber, fornecedores e obrigações a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da estimativa para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Arrendamentos - Decorrem diretamente da avaliação que a Companhia realiza em contratos que transferem o direito de utilizar um ativo subjacente por um período em troca de contraprestação. Os valores justos são equivalentes aos seus valores contábeis.

As **obrigações a pagar na aquisição de controlada** decorrem diretamente das operações de aquisições da Companhia, cujos valores justos são equivalentes aos seus valores contábeis.

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

29.1 Classificação dos Instrumentos Financeiros por Categoria

A Companhia usa o Valor Justo Hierárquico para classificar e divulgar a mensuração de seus instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A tabela a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	**181.160**	-	73.316	-
Aplicações financeiras	**593.383**	**593.383**	676.398	676.398
Instrumentos financeiros derivativos	**198.296**	**198.296**	78.211	78.211
Contas a receber de clientes	**2.827.750**	-	1.128.687	-
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	**2.654.731**	-	1.081.124	-
Fornecedores	**1.817.847**	-	834.464	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	137.681	137.681
Arrendamento	**875.670**	-	515.185	-
Obrigações a pagar na aquisição de controlada	**227.546**	-	121.675	-

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 2 (avaliação de preços observáveis).

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

29.2 Gestão de Risco

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco Cambial;
- Risco de Taxa de Juros;
- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e
- Gestão de Capital.

29.2.1 Risco Cambial

O resultado das operações da Controladora e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas e importação de mercadorias, estão vinculadas a estas moedas. Para minimizar o risco cambial, há proteção da moeda por meio de Hedge.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o valor da exposição líquida vinculada por moeda estrangeira é representada por:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Contas a receber em moeda estrangeira (i)	**48.284**	36.909
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (ii)	**(383.507)**	(960.947)
Fornecedores em moeda estrangeira	**(197.271)**	(10.086)
Exposição líquida	**(532.494)**	(934.124)

(i) Desconsiderados os saldos de terceiros das controladas no exterior.
(ii) Desconsiderados saldos de empréstimos com swap contratados (operação 4131) e aqueles empréstimos contratados em Dólar por controladas no exterior.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores de dólar vigentes em 31 de dezembro de 2024, foi definido o cenário provável para o ano de 2024 e a partir destas calculadas variações de 25,0% e 50,0%.

Operação	**Moeda**	**Cenário provável**	**Cenário A 25% de apreciação**	**Cenário B 50% de apreciação**
Contas a receber em moeda estrangeira	R$	48.284	60.354	72.425
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R$	(383.507)	(479.383)	(575.260)
Fornecedores em moeda estrangeira	R$	(197.271)	(246.589)	(295.970)
Apreciação da taxa de câmbio em referência			25%	50%
Efeito no lucro antes da tributação	R$		**(133.124)**	**(266.311)**
Dólar		**6,19**	**7,74**	**9,29**

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

29.2.2 Risco de Taxa de Juros

A Companhia é exposta a riscos relacionados às oscilações na taxa de juros de seus instrumentos financeiros vinculados principalmente ao CDI, mas também a TJLP e SOFR.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os saldos de Empréstimos e Financiamentos e sua composição em relação à taxa de juros era a seguinte:

	2024	%
Fixos	383.507	14,0
TJLP	78.673	3,0
SOFR	205.697	8,0
CDI	1.986.854	75,0
	2.654.731	**100,0**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. Com base nos valores da CDI vigentes em 31 de dezembro de 2024, foi definido o cenário provável para o ano de 2024 e a partir destas calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e considerando o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Aumento da despesa financeira			
Financiamentos – TJLP	5.845	7.307	8.768
Financiamentos – SOFR	8.989	11.236	13.483
Financiamentos – CDI	241.403	301.753	362.103
Totais	**256.237**	**320.296**	**384.354**
Apreciação da taxa em referência para passivos financeiros		25%	50%
TJLP	7,43%	9,29%	11,15%
SOFR	4,37%	5,46%	6,56%
CDI	12,15%	15,19%	18,23%

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

29.2.3. Risco de Crédito

O Risco de crédito é a possibilidade de perdas relacionadas ao grau de incerteza quanto à capacidade de cliente e/ou contraparte em cumprir com suas obrigações.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais, principalmente pelos saldos a Receber de Clientes e de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia faz avaliação individual para adesão de novos clientes, mas como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco.

Não há clientes que individualmente representem mais que 5,0% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis tempestivamente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou estimativa para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de grande porte.

29.2.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Controladora e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

No que diz respeito a suas obrigações, a Companhia mantém acordos firmados com Bancos para com seus fornecedores, demonstrado na Nota 19 sob a rubrica de Operação de Risco Sacado. Seguindo os termos e condições do acordo, a Companhia não tem os prazos de pagamento estendidos, nem mesmo tem seu controle de liquidez ou fluxo de caixa afetados, pois a rubrica na sua totalidade está inserida no total a pagar aos Fornecedores.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Controladora e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A tabela a seguir demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros		
	Até um ano	**De 1 a 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	1.861.119	1.323.070	**3.184.189**
Fornecedores	1.817.847	-	**1.817.847**
Arrendamento	292.155	810.953	**1.103.108**

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

29.2.5 Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudanças nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Empréstimos e financiamentos	**(2.654.731)**	(1.081.124)
Caixa e equivalência de caixa	**181.160**	73.316
Aplicações financeiras	**593.383**	676.398
Deficiência líquida de caixa	**(1.880.188)**	(331.410)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**7.702.653**	2.909.553
Índice de alavancagem financeira	**(24,4%)**	(11,3%)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	**18.124**	31.326	**53.716**	56.582
Juros ativos	**10.368**	8.426	**32.876**	8.609
Variação monetária ativa	**518**	3.677	**1.060**	4.628
Receitas s/ mutuo	**7.104**	7.088	**-**	-
Outras receitas	**6.075**	4.618	**24.334**	4.526
	42.189	55.135	**111.986**	74.345
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	**(63.823)**	(50.503)	**(175.043)**	(99.665)
Despesas bancárias	**(11.332)**	(9.644)	**(19.515)**	(12.217)
Despesas com custas cartoriais	**(881)**	(2.672)	**(896)**	(2.697)
Juros de arrendamento	**(21.519)**	(22.379)	**(62.767)**	(43.080)
Juros sobre mútuo	**(18.044)**	(16.304)	-	-
Taxa de administração de cartão de crédito	**(15.240)**	(13.171)	**(93.734)**	(45.463)
Ajuste valor presente	**(57.202)**	-	**(94.782)**	-
Outras despesas	**(4.643)**	(3.531)	**(18.747)**	(9.250)
	(192.684)	(118.204)	**(465.484)**	(212.372)
Variação cambial, líquida	**(17.583)**	(46.819)	**(40.199)**	(44.816)
Total	**(168.078)**	(109.888)	**(393.697)**	(182.843)

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Outras receitas (despesas) operacionais				
Taxa de franquia	**(2.732)**	988	**(3.428)**	988
Reembolso de despesas com devoluções	**1.942**	1.756	**1.942**	1.756
Receitas extemporâneas	**11.830**	22.596	**22.363**	38.243
Recuperação de despesa	**10.268**	8.728	**12.749**	10.817
Receita na alienação de imobilizado e Intangível	**2.150**	-	**9.836**	307
Receitas diversas	**1.388**	14.930	**5.833**	15.914
Plano de Opções de Ações e ações restritas	**(24.750)**	(17.348)	**(24.750)**	(17.348)
Receita (Despesa) na alienação de imobilizado e Intangível	**712**	1.202	**4.502**	(3.492)
Perda por *Impairment (i)*	**(3.009)**	-	**(131.880)**	-
Despesas diversas	**(27.202)**	-	**(26.212)**	(8.258)
Provisões tributárias e baixas de créditos tributários	**(28.560)**	-	**(68.587)**	-
Total	**(57.963)**	32.852	**(197.632)**	38.927

(i) Valores referente a provisão de perdas pela revisão de portifólio.

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2024, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Riscos cobertos	Montante da coberura - R$
Responsabilidade civil	753.503
Patrimonial	928.333
Transporte	44.150
Responsabilidade dos Administradores D&O	225.000
Outros	250

33. Pagamento baseado em ações

33.1 Plano de ações restritas

Em 28 de agosto de 2017, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os beneficiários, nos termos do plano de ações restritas e do 1º programa de outorga. E em 30 de julho de 2018, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os beneficiários, nos termos do plano de ações restritas e do 2º programa de outorga. E em 25 de julho de 2019, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os beneficiários, nos termos do plano de ações restritas e do 3º programa de outorga.

33. Pagamento baseado em ações

33.1 Plano de ações restritas--Continuação

Em 28 de junho de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os beneficiários, nos termos do plano de ações restritas e do 5º programa de outorga. Em 22 de setembro de 2022, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os beneficiários, nos termos do plano de ações restritas e do 6º programa de outorga. Em 09 de novembro de 2022, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os beneficiários, nos termos do plano de ações restritas e do 7º programa de outorga. Em 07 de agosto de 2023, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os beneficiários, nos termos do plano de ações restritas e do 8º programa de outorga.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos administradores, executivos e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob seu controle (os "Beneficiários"), selecionados pelo Conselho de Administração, sujeitos a determinadas condições, com o objetivo de:

a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob seu controle;
b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo;
c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e
d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob seu controle.

Para fins desse plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação de um comitê consultivo criado para assessorá-lo na administração do plano, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 5% (cinco por cento) das ações do capital social total da Companhia na data de aprovação do plano.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de outorga, os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada programa e nos respectivos contratos de outorga dos beneficiários, no período compreendido entre a data de outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções:

i. até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da data de outorga;
ii. até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da data de outorga;
iii. até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da data de outorga; e
iv. até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da data de outorga.

33. Pagamento baseado em ações—Continuação

33.1. Plano de ações restritas—Continuação

Não obstante o disposto nos itens (i) a (iv) acima, o beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de ações restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no programa e no respectivo contrato de outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração, podendo este ainda, a seu critério, estabelecer prazos diversos para a aquisição do direito às Ações Restritas outorgadas.

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários, nos termos da ICVM 567.

Demonstramos a seguir os saldos de ações outorgadas e respectivos prazos de carência:

	1ª Outorga em 29/08/2017	2ª Outorga em 30/07/2018	3º outorga em 25/07/2019	5º outorga em 28/06/2021	6ª e 7ª outorga em 22/09/2022 e 09/11/2022	8ª outorga em 07/08/2023
Prazo de carência a partir da outorga						
A partir do primeiro aniversário	60.728	11.066	2.661	4.550	6.694	8718
A partir do segundo aniversário	60.728	11.066	2.661	4.550	6.694	8718
A partir do terceiro aniversário	121.457	22.134	5.321	9.098	13.387	17436
A partir do quarto aniversário	364.370	66.398	15.963	27.294	40.162	52311
Total	**607.283**	**110.664**	**26.606**	**45.492**	**66.937**	**87.183**

Demonstramos a seguir as movimentações dos saldos:

	1ª Outorga 2017	2ª Outorga 2018	3ª Outorga 2019	4ª outorga 2021	6ª e 7ª outorga 2022	8ª outorga 2023
Saldo em 31/12/2019	398.641	80.960	26.606	-	-	-
Exercício	(99.660)	(8.995)	(2.661)	-	-	-
Baixas (**)	(52.799)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	**246.182**	**71.965**	**23.945**	**-**	**-**	**-**
Outorga (*)	-	-	-	45.492	-	-
Exercício	(123.091)	(17.992)	(2.661)	-	-	-
Baixas (**)	-	(8.205)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	**123.091**	**45.768**	**21.284**	**45.492**	**-**	**-**
Outorga (*)	-	-	-	-	66.937	-
Exercício	(123.091)	(45.768)	(5.321)	(4.402)	-	-
Baixas (**)	-	-	-	(1.471)	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	-	**15.963**	**39.619**	**66.937**	
Outorga (*)	-	-	-	-	-	87.183
Exercício	-	-	(15.963)	(3.880)	(6.262)	-
Baixas (**)	-	-	-	(4.700)	(4.320)	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	**31.039**	**56.355**	**87.183**
Exercício	-	-	-	(7.319)	(5.614)	(7.849)
Baixas (**)	-	-	-	(5.224)	(8.558)	(19.017)
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	**18.496**	**42.183**	**60.317**

(*) Outorga antes dos efeitos dos impostos e condições de performance do Plano de ações restritas
(**) Baixas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações ou pelo não exercício das ações.

33. Pagamento baseado em ações—Continuação

33.1 Plano de ações restritas—Continuação

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o montante de R$2.374 (R$2.629 em 31 de dezembro de 2023) referente à despesa do plano de ações restritas reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital.

Na determinação do valor justo das restritas, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	5ª outorga	6ª e 7ª outorga	8ª outorga
	2017	2018	2019	2021	2022	2023
Quantidade de ações	**607.283**	**110.664**	**26.606**	**45.492**	**63.090**	**87.183**
1º Vencimento	60.728	11.066	2.661	4.550	6.409	8.718
2º Vencimento	60.728	11.066	2.661	4.550	6.409	8.718
3º Vencimento	121.457	22.134	5.321	9.098	12.818	17.436
4º Vencimento	364.370	66.398	15.963	27.294	37.454	52.311
Preço de ação - (R$)	**35,50**	**43,38**	**50,74**	**93,21**	**88,68**	**44,09**
Valor justo por ação - (R$)						
1º Vencimento	34,73	43,37	50,50	53,56	47,68	44,09
2º Vencimento	33,97	43,37	50,50	53,56	47,68	44,09
3º Vencimento	33,24	43,37	50,50	53,56	47,68	44,09
4º Vencimento	32,51	43,37	50,50	53,56	47,68	44,09
Dividendos esperados (*"Dividend yield"*)	**2,20%**	**3,14%**	**3,25%**	**2,50%**	**2,50%**	**2,22%**
Volatilidade do preço da ação						
1º Vencimento	32,2%	45,0%	29,5%	36,9%	37,4%	41,1%
2º Vencimento	36,5%	39,1%	38,0%	47,7%	36,1%	39,8%
3º Vencimento	36,6%	39,5%	36,2%	42,7%	45,6%	38,6%
4º Vencimento	36,8%	38,8%	37,3%	43,2%	41,7%	43,8%
Taxa de juro livre de risco						
1º Vencimento	7,9%	7,3%	5,4%	6,6%	13,9%	11,1%
2º Vencimento	8,4%	8,5%	5,7%	7,5%	13,1%	10,0%
3º Vencimento	9,0%	9,3%	6,2%	8,0%	12,8%	9,9%
4º Vencimento	9,4%	10,0%	6,6%	8,3%	12,7%	10,2%
Período esperado até o vencimento - (anos)						
1º Vencimento	1	1	1	1	1	1
2º Vencimento	2	2	2	2	2	2
3º Vencimento	3	3	3	3	3	3
4º Vencimento	4	4	4	4	4	4

33. Pagamento baseado em ações—Continuação

33.2 Plano de opções de ações

Em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o plano de opções de ações para diretores estatutários, para os empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O plano de opções será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério constituir um comitê para a assessorá-lo na gestão do plano de opções.

O plano de opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 02 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções de ações no âmbito do plano de opções. O total de opções objeto da primeira outorga do plano de opções de ações é 1.887.707 opções de compra de ações, sendo 39.805 do Lote I e 1.847.902 do Lote II.

Em 01 de setembro de 2022 o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções de ações no âmbito do plano de opções. O total de opções objeto da primeira outorga do plano de opções de ações é 1.887.707 opções de compra de ações, sendo 39.805 do Lote I e 1.847.902 do Lote II.

O plano de opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 4 anos, a contar da data de exercício.

Por sua vez, os participantes do plano de opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 7 anos contados da data da outorga. O período de carência (vesting) será de até 4 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 10% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 10% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga, 20% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga e 60% a partir do quarto aniversário da respectiva data de outorga.

1ª outorga – dezembro de 2021:

Em 01 de setembro de 2022, a Companhia entregou aos participantes o instrumento particular de outorga com os termos e condições do plano de opções. Este instrumento foi assinado e retornado para a Companhia, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I.

O preço de exercício do plano de opções do lote I está fixado em R$74,33 por ação, baseado na média de cotação da ação dos últimos 20 dias antes da outorga, o preço de exercício do plano de opções de ações do lote II está fixado em R$ 59,47 por ação, baseado no valor da cotação do lote I com 20% de deságio.

2ª outorga – 01 de setembro de 2022:

Em 01 de setembro de 2022, a Companhia entregou aos participantes o instrumento particular de outorga com os termos e condições do plano de opções. Este instrumento foi assinado e retornado para a Companhia, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I.

33. Pagamento baseado em ações—Continuação

33.2 Plano de opções de ações—Continuação

O preço de exercício do plano de opções do lote I está fixado em R$73,58 por ação, baseado na média de cotação da ação dos últimos 20 dias antes da outorga, o preço de exercício do plano de opções de ações do lote II está fixado em R$58,87 por ação, baseado no valor da cotação do lote I com 20% de deságio.

Composição e valor justo das opções

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

Quantidade máxima de ações	**1ª Outorga**	**2ª Outorga**
Prazo de carência a partir da outorga	2021	2022
Até 30 dias da data da outorga	39.805	17.551
A partir do primeiro aniversário	184.790	96.527
A partir do segundo aniversário	184.790	96.527
A partir do terceiro aniversário	369.580	193.054
A partir do terceiro aniversário	1.108.742	579.164
Total de opçoes outorgadas	1.887.707	982.823
Baixa***	(195.506)	-
Opções exercidas	(39.805)	(17.551)
Saldo em 31/12/2023	1.652.396	965.272
Quantidade máxima de ações	**1ª Outorga**	**2ª Outorga**
Prazo de carência a partir da outorga	2021	2022
Até 30 dias da data da outorga	39.805	17.551
A partir do primeiro aniversário	184.790	96.527
A partir do segundo aniversário	184.790	96.527
A partir do terceiro aniversário	369.580	193.054
A partir do terceiro aniversário	1.108.742	579.164
Total de opçoes outorgadas	1.887.707	982.823
Baixa***	(620.018)	(378.444)
Opções exercidas	(39.805)	(17.551)
Saldo em 31/12/2024	**1.227.884**	**586.828**

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o montante de R$9.976 (R$14.719 em 31 de dezembro de 2023) referente à despesa do plano de opções de ações reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções das outorgas do ano de 2021 e do ano de 2022 foi o método Black & Scholes para o Lote I e o método Binomial o Lote II.

33. Pagamento baseado em ações—Continuação

33.2 Plano de opções de ações—Continuação

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Outorga dez/21		2ª Outorga set/22	
Lote	I	II	I	II
Total Quantidade de ações	39.805	1.847.902	17.551	965.272
Quantidade de ações				
1º Vencimento	39.805	184.790	17.551	96.527
2º Vencimento	N/A	184.790	N/A	96.527
3º Vencimento	N/A	369.580	N/A	193.054
4º Vencimento	N/A	1.108.742	N/A	579.164
Preço de exercício - (R$)	74,33	59,47	73,58	58,87
Valor justo por opção - (R$)				
1º Vencimento	3,13	24,42	6,35	30,26
2º Vencimento	N/A	21,01	N/A	25,8
3º Vencimento	N/A	17,76	N/A	21,76
4º Vencimento	N/A	14,75	N/A	18,03
Dividendos esperados ("Dividend yield")	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Volatilidade do preço da ação	50,10%	40,34%	33,45%	40,49%
Taxa de juro livre de risco				
1º Vencimento	8,85%	11,30%	13,57%	12,61%
2º Vencimento	N/A	11,30%	N/A	12,61%
3º Vencimento	N/A	11,30%	N/A	12,61%
4º Vencimento	N/A	11,30%	N/A	12,61%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)				
1º Vencimento	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1095
4º Vencimento	N/A	1.460	N/A	1460

34. Subvenções governamentais

Crédito presumido de ICMS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o montante de R$968.911 (R$366.899 em 31 de dezembro de 2023) referente à benefícios fiscais de ICMS, classificados na receita líquida, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Benefícios fiscais ICMS ES (a)	**266.396**	113.795	**353.759**	155.731
Benefícios fiscais ICMS RJ (b)	**330.874**	204.495	**540.740**	204.495
Benefícios fiscais ICMS BA (c)	**-**	-	**8.120**	6.673
Benefícios fiscais ICMS GO(d)	**-**	-	**55.848**	-
Benefícios fiscais ICMS SC (e)	**-**	-	**10.444**	-
Total	**597.270**	318.290	**968.911**	366.899

34. Subvenções governamentais—Continuação

a) O Estado do Espírito Santo, através das Portarias 088-R de 29 de outubro de 2015 e 077-R de 01 de setembro de 2016, inscreveu a Companhia, por sua Controladora e uma controlada, respectivamente, no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para concessão de crédito presumido de ICMS.

b) O Estado do Rio de Janeiro, através da Lei n 6.331 de 10 de outubro de 2012, concedeu crédito presumido de ICMS, beneficiando os fabricantes de produtos têxteis, artigos de tecidos, confecção de roupas e acessórios de vestuário e aviamentos para costura.

c) O Estado da Bahia, através da Lei 7.025 de 24 de janeiro de 1997 regulamentada pelo Decreto n° 6734 de 09 de setembro de 1997, firmou-se o benefício do Crédito Presumido do ICMS, cujo protocolo de intenção viabiliza a implantação de uma unidade industrial destinada a fabricação de calçados, mediante a ações reciprocamente condicionadas para incremento socioeconômico e produtivo no Estado.

d) O Estado de Goiás, através do art. 8º, VIII e art. 11º, III, LII, LIII e LIV, Anexo IX do RCTE-GO do RCTE-GO, e art. 5º da Lei 20.787/2020, Anexo II, do Decreto 9.724/2020, concedeu crédito presumido de ICMS aos estabelecimentos industriais fabricantes de vestuário para estímulo ao desenvolvimento e ampliação da indústria têxtil e comercialização de artigos de vestuário.

e) O Estado de Santa Catarina, através do art. 246º, Anexo 02 do RICMS/SC outorgou o tratamento tributário diferenciado, TTD 410, concedendo crédito presumido de ICMS em operações com artigos importados destinados à revenda.

35. Eventos Subsequentes

Revisão de Portifólio

Conforme comunicado ao Mercado divulgado em 09 de dezembro de 2024, Azzas 2154 S.A. concluiu o processo detalhado de revisão do seu portifólio de marcas com foco em melhorar sua alocação de capital.

Como resultado desse processo, as marcas Alme, Dzarm, Reversa (linha feminina da Reserva), Simples e TROC serão descontinuadas. Adicionalmente, estão sendo avaliadas alternativas estratégicas para as marcas BAW e Paris-Texas, considerando o estágio de maturidade de cada uma.

As marcas Brizza e Fábula passam a ser categorias de produto das marcas Arezzo e Farm respectivamente e, as marcas Carol Bassi e Foxton serão transferidas para as unidades de negócio Vestuário Feminino e Vestuário Masculino, respectivamente

A Companhia não antecipa incorrer em despesas caixa relevantes. Levando em consideração o estágio das marcas, o término desse processo deve gerar também um impacto positivo no capital empregado, principalmente no que diz respeito à redução de estoques.

Cisão de Cidade Maravilhosa e Soma Brands Brasil

Em 01 de janeiro de 2025, foi realizada uma cisão parcial da investida Soma Brands Brasil para a investida Cidade Maravilhosa. Foi realizado um aumento de capital em R$203.233, correspondente ao acervo líquido transferido, com a emissão de 53.623.409 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, subscritas pela Azzas.

AZZAS 2154 S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 16.590.234/0001-76

NIRE 31.300.025.91-8 | Código CVM n.º 02234-9

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2025

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Azzas 2154 S.A. ("Companhia") e suas controladas é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentação e legislação brasileira vigentes e funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao CAE assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de, dentre outros aspectos, zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (compliance); (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

A partir de agosto de 2024, data de sua instalação, o CAE desenvolveu suas atividades de acordo com o seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a Administração e com gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente, a cargo da KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras.

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos

estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.

O CAE atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O CAE mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O CAE acompanhou os trabalhos de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O CAE também questionou e obteve resposta positiva em relação à aderência da KPMG e Equipe de Auditores às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O CAE avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O CAE manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O CAE não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O CAE, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, bem como de seu início de funcionamento a partir de agosto de 2024, e com base nos documentos examinados e esclarecimentos prestados, entende que a governança contábil confere razoável transparência e qualidade às demonstrações financeiras da Companhia, auditadas pela KPMG e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando que esse Colegiado aprove e autorize a emissão e publicação das referidas demonstrações financeiras.

São Paulo, 10 de março de 2025.

_____ _____

Carlos Elder Marciel de Aquino **Sylvia de Souza Leão Wanderley**

_____

Patricia Regina Verderesi Schindler

AZZAS 2154 S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 16.590.234/0001-76

NIRE 31.300.025.91-8 | Código CVM n.º 02234-9

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2025

Anexo I

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **AZZAS 2154 S.A.** ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião realizada em 07 de março de 2025, de modo exclusivamente digital, considerando-se realizada no escritório da Companhia localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010, procedeu ao exame: **(i)** das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("DFs 2024"); **(ii)** do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iii)** da proposta da administração para o orçamento de capital para o exercício social de 2025; e **(iv)** da proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Auditoria Externa, fundamentado no parecer da KPMG Auditores Independentes S/S Ltda., os membros do Conselho Fiscal concluíram que as referidas DFs 2024, o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a proposta da administração para orçamento de capital para o exercício social de 2025 e a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, opinaram pelo encaminhamento destes documentos para apreciação em Assembleia Geral dos acionistas da Companhia.

São Paulo/SP, 07 de março de 2025.

_____	_____
Martin da Silva Gesto	**João Luiz Trindade Telles da Silva**

_____

Ricardo Gus Maltz

AZZAS 2154 S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 16.590.234/0001-76
NIRE 31.300.025.91-8 | Código CVM n.º 02234-9

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2025

ANEXO II

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Azzas 2154 S.A. ("Companhia").

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia ("CAE") é órgão colegiado, estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pelas disposições previstas em seu Regimento Interno ("Regimento Interno do CAE"), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de setembro de 2024, e pela legislação e regulamentação aplicáveis, em especial a Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("RCVM 23").

Em 5 de agosto de 2024, o CAE foi instalado como órgão estatutário, tendo seus membros sido eleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data. Todos possuem mandato unificado de dois anos, com término na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente à assembleia geral ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a saber: (i) o Sr. Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho; (ii) a Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley; (iii) a Sra. Patricia Regina Verderesi Schindler; e (iv) o Sr. Carlos Elder Marciel de Aquino.

Em 10 de março de 2025, o Sr. Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho apresentou carta de renúncia aos cargos de membro e coordenador do CAE com efeitos a partir de 10 de março de 2025, inclusive. Na mesma data, os demais membros do CAE reunidos tomaram ciência da renúncia do Sr. Edison e elegeram como coordenador interino do CAE o Sr. Carlos Elder Marciel de Aquino.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração, e suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às atribuições previstas no Regimento Interno do CAE.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos termos do Regimento Interno do CAE, as reuniões ordinárias do CAE são realizadas, no mínimo, bimestralmente de acordo com o calendário anual aprovado pelo CAE, em datas que permitam que as informações contábeis sejam sempre avaliadas antes da sua divulgação, e, extraordinariamente,

quando necessário, mediante convocação realizada pelo coordenador do CAE ou por quaisquer 2 (dois) membros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, desde sua instalação, em 5 de agosto de 2024, o CAE se reuniu 5 (cinco) vezes, sendo que todas as reuniões ocorreram em caráter ordinário.

As principais atividades realizadas pelo CAE no exercício social de 2024, desde a sua constituição, foram: (i) análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2024 (3T24); (ii) supervisão das atividades dos auditores independentes; (iii) supervisão e acompanhamento as atividades da área de *compliance*, gestão de riscos, controles internos, de auditoria interna e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; atualização do mapeamento e gestão de riscos da Companhia; (iv) monitoramento da qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; e (b) das informações trimestrais da Companhia; (v) avaliação e monitoramento da exposição de riscos da Companhia; e (vi) avaliação e monitoramento, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

3. CONCLUSÕES

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE ao longo do exercício social desde a sua constituição, os membros do CAE manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo/SP, 10 de março de 2025.

[Restante da página deixado intencionalmente em branco.]
[Assinaturas seguem na próxima página.]

[Página de assinaturas do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário da Azzas 2154 S.A., datado de 10 de março de 2025.]

_____	_____
Carlos Elder Marciel de Aquino	**Sylvia de Souza Leão Wanderley**

_____

Patricia Regina Verderesi Schindler

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

A administração da Azzas 2154 S.A. ("Companhia") propõe que o orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2025 totalize o montante de R$ 162.977.384,09 (cento e sessenta e dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e quatro Reais e nove centavos), montante este totalmente proveniente da reserva de retenção de lucros, constituída nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Abaixo, a administração da Companhia resume as fontes e usos do montante proposto para orçamento de capital:

Quadro resumo de fontes e usos	
Fonte	
Reserva de Retenção de Lucros (Total)	R$162.977.384,09
Usos	
Financiamento do capital de giro	R$162.977.384,09

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os abaixo assinados, diretores da AZZAS 2154 S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, 147, sala 402, Bairro Savassi, CEP 30112-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.590.234/0001-76 ("Companhia"), declaram que:

(i) nos termos da lei e do Estatuto Social, reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Belo Horizonte, 11 de março de 2025.

Alexandre Café Birman

Diretor Presidente

Rafael Sachete da Silva Diretor

Vice-Presidente Corporativo, Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os abaixo assinados, diretores da AZZAS 2154 S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, 147, sala 402, Bairro Savassi, CEP 30112-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.590.234/0001-76 ("Companhia"), declaram que: (i) nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Belo Horizonte, 11 de março de 2025.

Alexandre Café Birman

Diretor Presidente

Rafael Sachete da Silva Diretor

Vice-Presidente Corporativo, Financeiro e de Relações com Investidores